

3.

Pesquisa de Campo e Discussões Teóricas

3.1. *Objetos Artesanais e Mercadorias*

No andamento da pesquisa percebi o aumento da ocorrência de declarações sobre os objetos de uso tradicional, ou do “*tempo dos antigos*”. Isso, sem dúvida ocorreu, à medida que os cipozeiros - que eu tinha maior contato (do grupo de coordenação do MICI) - perceberam meu interesse em compreender fatos e o processo histórico de suas práticas tradicionais. Assim, as próprias questões de pesquisa foram se ajustando na ocasião das saídas a campo para o mapeamento situacional, como por exemplo na pergunta elaborada por D. Maria Hernaski, e sempre levantada nas entrevistas: “*Quando era melhor, hoje ou no tempo dos antigos?*”. Na maioria das respostas mencionavam que antigamente havia fartura de comida, mesmo sem dinheiro, não faltava comida: aipim, o feijão, banana, peixe, a caça, a farinha, o milho, etc; e que hoje havia dinheiro, mas não fartura.

(...) “O arroz dava tanto, dava tanto tanto, que era a coisa mais linda, era farinha de milho, era arroz. O arroz era tanto que os carroceiros botava arroz no buraco pra passá por cima ... Ali no Sol Nascente tinha uma fabriqueta que moia milho. Era moinho movido à roda d’água, de pedra, fazia fubá... a gente levava milho e não sei quanto descontava, era a lata de milho... aí ele descontava 2 ou 3 quilo. Se levava 20 quilo aí voltava com 17 quilo de fubá, as vezes tinha fubá pronto, as vezes tinha que esperá o outro dia pra buscá fubá”(...)”Quando a gente morava lá no sítio, aí tinha engenho de farinha, tudo virado a braço pra ralá mandioca... depois o vizinho arrumô cavalo. Daí ralava o aipim, aí botava naqueles tipití... taquara prensa, prensava bem a massa, penerava numa penerinha, botava no forno, aí

penerava tudo de forneá. Fazia a farinha e ... lavage pros porco. Tinha trinta e cinco mil pé de aimpim, tinha aimpim de 3 ano, de 2 ano e de 1 ano. A terra lá era boa ...” (Dona Maria¹, 11/2009)

As formas de relação dos cipozeiros com a natureza resultaram num amplo domínio de práticas e fazeres de objetos artesanais, em que podemos considerar como um verdadeiro patrimônio imaterial, visto que reúnem estratégias de uso comum do território, técnicas e tecnologias próprias à sua sobrevivência naquela localidade, em que nem todos conseguiriam viver; como no caso dos franceses que vieram se estabelecer em Garuva, no projeto coletivo do Falanstério do Sahy (Vieira, 2007).

Longe de querer realizar uma taxonomia de seus objetos de uso e suas práticas, relato aqui os depoimentos mais interessantes que me chamaram a atenção, quanto à “caracterização” de seu conhecimento na configuração de objetos e práticas que traduzem um jeito único de ser e existir no território. Neste sentido é válido apontar a definição de Patrimônio Cultural Intangível, pela UNESCO, que mesmo que não hajam iniciativas locais de inventariar e registrar os saberes e práticas dos cipozeiros, esta é uma possibilidade paupável como estratégia de reconhecimento e visibilidade. Assim, define-se pela Convenção de 2003 (art. 2), que Patrimônio Cultural Intangível são

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração a geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu meio ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para

1 Dona Maria é esposa de Seu Felício, são tios de Dona Maria Hernaski (antiga coordenadora do MICI), foram entrevistados em 19 de novembro de 2009.

promover o respeito pela diversidade cultural e criatividade humana. (*apud* Simão, 2008:78)

A autora ainda esclarece que

Os critérios para a identificação do patrimônio cultural imaterial são: consagração pelo tempo, permanência e reconhecimento de sua importância para a sua identidade, por parte da própria comunidade. Portanto, a Convenção indica que o patrimônio cultural imaterial é *transmitido de geração em geração* e é *recriado constantemente* por comunidades e grupos aos quais fornecem um *sentido de identidade e continuidade*. Entretanto, essa “proteção” contida na Convenção significa amparar os meios que habilitam as comunidades e grupos a continuarem a desempenhar as suas práticas. Estabeleceu-se, também, que a documentação e o arquivamento são os meios para a *salvaguarda*. A documentação não necessariamente congela o patrimônio cultural imaterial (intangível), nem tampouco restitui o imaterial (intangível) em material (tangível). O que a documentação faz é preservar, para futuras gerações e para pesquisas, um ou mais elementos específicos do patrimônio cultural imaterial. (Simão, 2008:78)

O que existia, não existe mais para muitos, mas a memória é acionada como forma de afirmar a tradicionalidade, assim, com a nostalgia dos tempos passados as histórias são remontadas no presente sempre com menção à cultura material e saberes imateriais; os costumes são lembrados como o regime de “*matirão*” para o trabalho na roça, “*um ajudava na roça do outro*”, o processamento da farinha de mandioca, onde antigamente haviam “*13 engenhos de farinha*”, e hoje somente um; o feitiço da farinha de milho, no moinho de pedra; a ocasião dos fandangos “*pra separar o arroz da palha*”, quando se dançava sobre a colheita, “ (...) *juntava um monte de gente e jogava o arroz no chão e ia fazendo aquele sapateado, com o violero tocando, em cima do arroz (...)*” (Dona Marlene, 08/2009).

Sobre o regime de “*matirão*”, Dona Maria (11/2009) esclareceu que

“(...) tinha o *matirão* pitoco e não pitoco, o pitoco é sem o

baile e o não pitoco era com baile; aí o pessoal dançava e aquele que não trabalhava não entrava... era batida tamanco, era chão batido, era lata, colher, vassoura, fazia reco-reco, era lata com milho dentro... era um tempo bão... era, era (...)"

Em torno das práticas da roça existia a necessidade dos sistemas de transporte e armazenamento dos alimentos produzidos, aí residia a importância de objetos de uso de cipó imbé, timbopeva, taquara, palha, etc, em cestarias, balaios, bacias, etc. Quando esses objetos eram trançados em cipó, ele não era beneficiado, era usado com casca, o que permite praticidade, pois podia ser facilmente lavado e seco ao sol. No caso do cipó imbé, o benefício de seu uso residia também em sua resistência mecânica e durabilidade, desde que coletado “*maduro*”. As técnicas de trançado em fibras naturais eram utilizadas em uma vasta gama de outros objetos de uso, e o são ainda hoje. Não são raros os relatos sobre tais técnicas aplicadas na pesca e utilitários do lar. O covó, por exemplo, era utilizado na pesca, onde era colocado no rio “*na ponte, e o peixe entrava e não saia mais*” (Dona Ruth, 08/2009). Como afirma Berta Ribeiro (1987:335), analogamente sobre as tecnologias indígenas que “(...) Para apanhar peixes utiliza-se equipamento especial, construído com materiais e técnicas de cestaria. Às vezes, formas de utensílios domésticos, tais como peneiras e travessas, são alteradas para conformarem-se a esse fim. (...)”.

Os cestos cargueiros (com boca pequena, para armazenamento do peixe pescado) parecem ilustrar bem esta afirmação. No caso dos balaios utilizados na roça, o principal material utilizado era a timbopeba, ou timbopeva, ou cipó liaça, que, devido à sua maior rigidez resultava em balaios “mais firmes”, onde o perfil do cipó era utilizado inteiro para o “*varão*”, ou urdume, e “*rachado*” para o trançado. Os covos eram feitos de taquara madura, sob a afirmação: “a

gente sabe né!” quando a taquara está madura. Foram mencionados diferentes nomes para o material: “*mambu*”, “*bambu*” e “*taquara*” (Dona Maria, Dona Ruth, Dona Marlene, 08/2009). Os bambus também são utilizados ainda hoje em construções diversas e geralmente com aplicação em sistemas mais simples, como em telhados de pequenos “*puxadinhos*”, varais, “*carramanchões*”, e ferramentas como a vara de extração de cipó, vara de pesca, covos, cestas, peneiras, etc. Foi mencionada uma técnica de pesca, ao qual se “*abria a boca do bambu, e deixava ela aberta com um aro, e o bambu era comprido; ali o peixe ia entrando, um na bunda do outro, e não saia porque não conseguia fazer a volta, e ali ficava (...)*” (Dona Ruth, 08/2009).



Ilustração 2.1: Fotografias de Dona Maria de Sol Nascente exibindo os objetos de uso: pilão e cesto cargueiro de peixe. Fotos: Douglas Ladik Antunes.

Associadas às técnicas de pesca artesanal existiam as técnicas de confecção de fios e redes, que no “*tempo dos antigo*” eram feitas a partir da fibra do tucum. O tucum é uma palmeira com caule e folhas muito espinhosas, cujos talos das folhas eram separados, macerados para desconstituir a fibra

grossa, secos e fiados em fios longos. Os fios eram utilizados nas varas de pesca e no tecido das redes de pesca e tarrafas (Seu Zé Cardomiro, 03/2010). Como bóias das redes de pesca eram utilizadas cabaças, também conhecidas por porongo, ainda fechadas (Dona Ruth, 04/2010). A partir da década de 1960 a fibra do tucum foi substituída pelo *Nylon*, de baixo custo, altíssima resistência e fácil acesso. Não tenho registros da continuidade de uso da fibra de tucum por nenhum informante. Como disse Seu Jango (02/2011): “... *hoje em dia tá tudo fácil, tem linha de tudo que é jeito, tem tudo...*”. Com o Tucum também era feito o “*café de tucum*” (Dona Judith Lopes, 02/2011), com os “*coquinhos*” torrados e moidos, em substituição ao café; também eram utilizados outros grãos como o arroz e o milho no mesmo uso, este último deveria ser utilizado com muito cuidado por ser um alimento “*quente*”, enquanto os outros não. Dona Ruth (02/2011) somente explicou que o milho era “*quente pro corpo*”, e, sinceramente não compreendi muito bem o significado desta categorização do alimento. Posteriormente fui esclarecido por Dona Judith Lopes que o alimento quente é aquele que faz mal se consumido exageradamente (04/2011).

Ilustração 2.2: Seu João Gonçalves (Seu Jango) - Cipozeiro também é



pescador. Foto: Renata M. Zambonim.

Antigamente, segundo o depoimento de Dona Judith Lopes, os barcos eram feitos em gapiruvú, ou guarapuvú, uma árvore que hoje é protegida por lei, de madeira leve e diâmetro grande que eram utilizadas nas “*canoas de um pau só*” e também na confecção de remos. “... *meu pai fazia, fazia canoa de gapiruvú, meus irmão aprenderam, eles fazem...*” (Dona Judith Lopes, 02/2011). Seu Jango explica também que essas canoas não eram fáceis de se usar como as de hoje, “... *se o cabra não soubesse, ele subia e já caía pro outro lado...*” (02/2011). Como apresentado nas fotos anteriores, tais técnicas esculturais, que no caso das canoas se utilizava os enxós como principal ferramenta, eram utilizadas também na confecção de pilões e socadores de grãos. As redes de pesca, como dito, empregavam a fibra do tucum como linha e as cabaças como bóia. Curiosamente, quando utilizei as gravuras de Debret como meio de interlocução sobre suas práticas tradicionais, me surpreendi com o depoimento de Dona Ruth ao afirmar o uso das cabaças na confecção de chapéus (Ilustração 2.3) no “*tempo dos antigos*”; no caso da gravura, o registro sobre o “comerciante de samburás. vendedor de palmito” (em *Viagem Histórica e Pitoresca ao Brasil*, volume 2, 1835) aparece ao lado do vendedor de artesanato, que se pese as diferenças de contexto dos registros, é interessante pensar no uso de recursos naturais (seja qual for o grupo) quanto um conjunto de práticas variadas que compõem um leque de saberes imateriais - seu patrimônio.

Ilustração 2.3: Litografia - Marchand de Sambouras. Vendeur de



Palmito, de Debret (1835). Fonte:
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/624520061>

As técnicas de trançado de redes se estendem também aos objetos de uso caseiro como por exemplo as peças de tapeçaria feitas com um tipo de “*imbira da embaúva*” que também se utilizava para as esteiras (Dona Ruth, 08/2009). A imbira é o fio oriundo de uma técnica de extração da fibra longitudinal da casca da árvore, no caso a “*embaúva*”, também conhecida como embaúba. O artista francês Jean Baptiste Debret curiosamente registrou em uma xilogravura (Ilustração 2.4), presente no livro “Viagem Histórica e Pitoresca ao Brasil”, volume 1 (de 1834), a ilustração onde aparecem juntos o uso da imbira e do cipó imbé. Uso aqui a figura somente para ilustrar o registro histórico desta categoria de uso das fibras mencionadas, ainda que por grupo e localidade por mim desconhecidos.

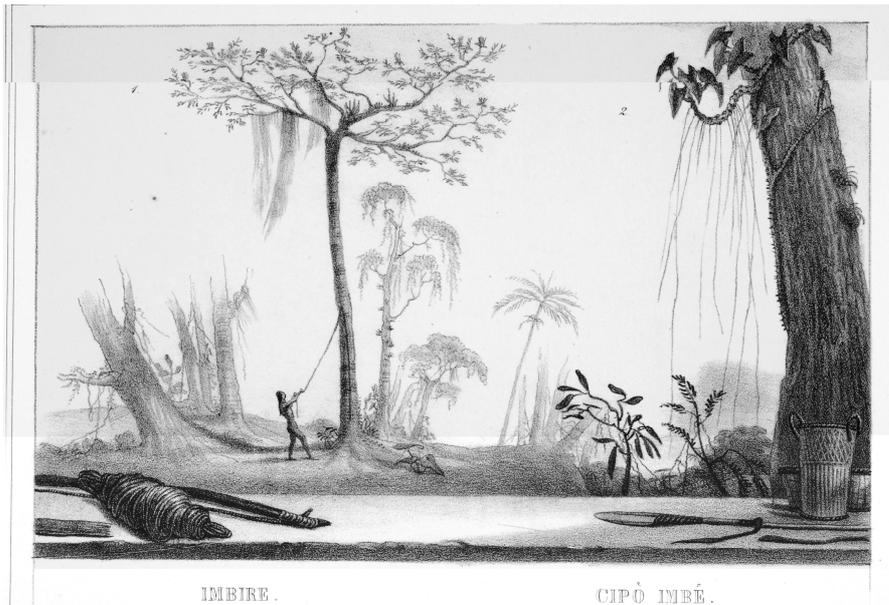


Ilustração 2.4: Litografia - Imbire e Cipó Imbé, de Debret (1834). Fonte: www.brasilianas.usp.br

Outras técnicas diferenciadas para confecção de esteiras foram registradas com uso de fibras como a taboa e o perí (Ilustração 2.5). Tais objetos eram de uso “*dos antigos*” e ainda hoje estão em uso. Estes materiais são encontrados geralmente à beira de rios, coletados na época certa e secos. Embora tenham resistência relativamente mais baixa que os cipós (imbé e liaça), possuem maior “*maciez*”, o que os tornam materiais ótimos para acomodação. Mais recentemente tais materiais também passaram a ser utilizados na confecção de bolsas, almofadas e adornos de chapéus. Dona Judith² explicou que “... *antigamente não tinha cama, a gente dormia em esteira de taboa...*” (04/2011).

Os chapéus sempre são lembrados como símbolo da tradição e do fazer artesanal dos cipozeiros, talvez por manterem-se formalmente “*intactos*” como objeto de uso ou mercadoria. Cipozeiros fazem referência a eles como um dos artefatos mais antigos de seu domínio, e podem ser ainda hoje encontrados nas lojas de beira de estrada na região de Garuva, embora não seja muito comum encontrar cipozeiros

² Dona Judith é moradora de Morro Grande, Guaratuba.

que os façam assiduamente. Os modelos principais são masculino e feminino, se diferenciando pela parte frontal mais ponteguda no masculino e mais arredondada no feminino (Ilustração 2.5), e pelo tamanho, é claro, o que resulta no uso de fôrmas diferentes. Seu modelo masculino assemelha-se ao chapéu “panamá”, podendo ter abas maiores. Muitas famílias nem possuem mais as fôrmas de chapéu. É muito mais comum atualmente a confecção de chapéus em miniatura, vendidos como brinde, sendo, nas palavras de Seu Avelino (2010) “... *só pra bonito...*”, referindo-se à função “estética” como a principal deste artefato; quando produziu uma série para a participação na Feira de Economia Solidária em Joinville.

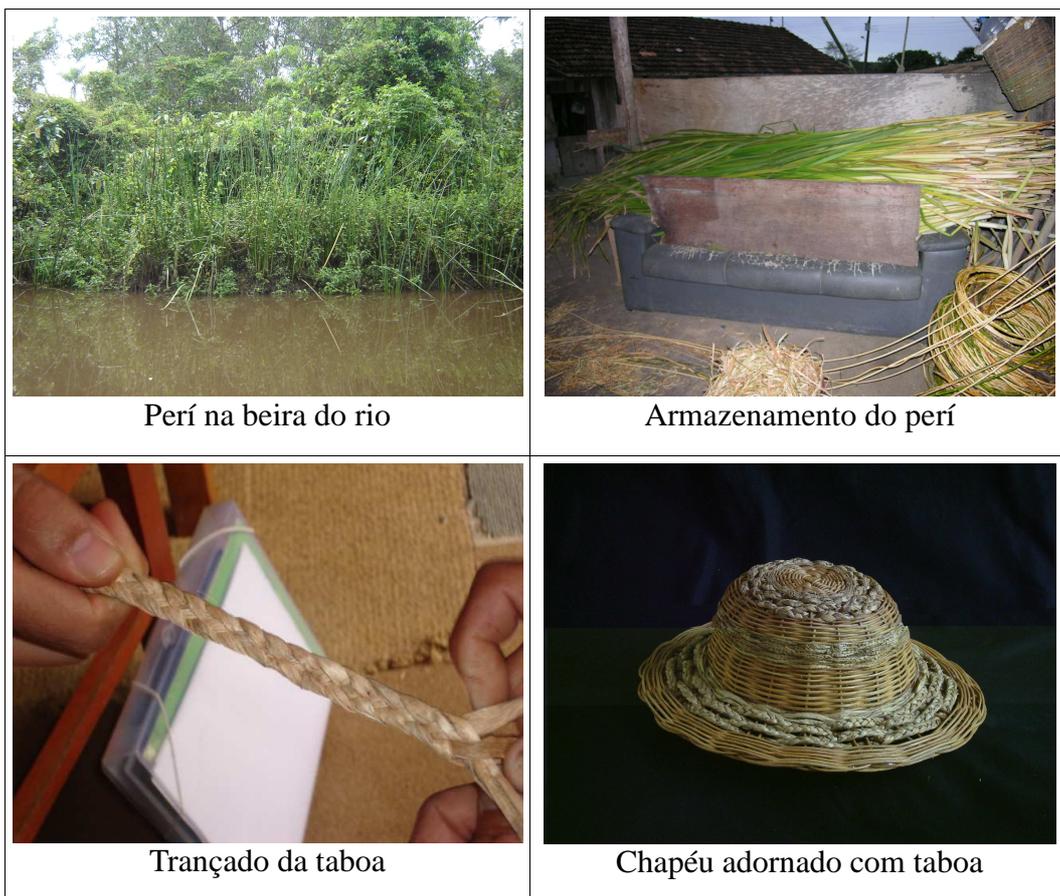


Ilustração 2.5: Quadro de Imagens - Perí e taboa e alguns de seus usos.

O abano de cipó imbé, conhecido localmente como “leque” é outro objeto de uso histórico que ainda pode ser encontrado nas lojas de beira de estrada, também sendo

produzidos atualmente em miniatura, os chamados “lequinhos”, que são *souvenirs* usados na montagem de chaveiros. Tanto o “*chapeuzinho*” quanto o “*lequinho*” são objetos de confecção trabalhosa, pois pelo reduzido tamanho do trançado, as fibras devem ser “*passadas*” (perfiladas) muito finas sendo o “*tecido*” realizado com grande concentração na ponta dos dedos, que se torna mais doloroso em relação à outras peças de maiores dimensões. Outro produto vendido em miniatura é a cestinha, com fundo de compensado e alça.

A vassoura de timbopeba, ou cipó liaça, é outro artefato facilmente encontrado nas lojas locais, e de produção significativa por algumas famílias de cipozeiros. Existem famílias que se dedicam mais a esta produção, como no caso de Seu Alvino, na região do Quiriri (12/2009) e Seu Olavo em Três Barras (12/2010). A fibra da timbopeba é mais rígida que a fibra do cipó imbé, aí destina-se seu uso em vassouras e balaios para a roça, porém isso não impede que sejam produzidas em miniaturas. A coleta deste cipó também segue estratégias de manejo direcionado à renovabilidade da planta, porém não procurei maiores detalhes sobre tais práticas. A maior parte dos cipozeiros também tem domínio de uso deste material.

Mas o objeto citado como “mais produzido” e que teve grande projeção quanto mercadoria foram os “*descansos de panela*”, que era justamente o fundo trançado na forma umbigo asterisco com cipó limpo. Estes artefatos eram tanto objeto de uso das famílias quanto de venda, segundo Dona Judith Lopes (02/2011), eram os mais feitos por sua família, e os mais comercializados inicialmente com um atravessador chamado Renato Massi, segundo ela, “*era um homem muito bom*”, fazendo menção ao bom pagamento executado pelas peças.

Como dito anteriormente muitas declarações e informações sobre os objetos de uso e práticas tradicionais foram feitos à medida em os cipozeiros da unidade social em pesquisa (do MICI), e outros informantes por eles indicados, perceberam meu interesse em conhecer melhor os artefatos tradicionais, e quando acionavam seus conhecimentos na afirmação de sua tradicionalidade. Assim, desde a proposta de realização de oficinas, quando tínhamos um tempo dedicado à fotografia dos objetos trazidos (com interesse específico em fazer o catálogo de produtos), fui presenteado inúmeras vezes com objetos que não eram do circuito comum de comercialização. Comecei a entender tais atitudes não só como uma forma de boa aceitação pelo grupo, mas como uma forma deles se afirmarem através daquilo que sabem fazer, como uma afirmação de domínio muito além da prática comercial. Este aspecto afirmativo, em hipótese, se confirmou na ocasião de algumas feiras em que observei a escolha de “novas” mercadorias que fugiam do “padrão” vendido para os atravessadores (com fundo de compensado e cipó limpo e estufado). Para minha surpresa, para eles o “novo” passou a ser o “velho”, e passei a entender a inovação no sentido do “tradicional”.

Tais artefatos podem ser exemplificados na Ilustração 2.6, abaixo:

Ilustração 2.6: Quadro de artefatos exclusivamente trançados, fora da rota convencional de comercialização. Fotos: Douglas L. Antunes.

 <p>Perú</p>	 <p>Concha</p>
 <p>Cesto de cipó bruto</p>	 <p>Chícara decorativa</p>
 <p>Luminária (cipó lascado)</p>	 <p>Bandeja adornada</p>
 <p>Fruteira</p>	 <p>Chapéus em diferentes tamanhos</p>

Em muitas ocasiões de reuniões e debates do MICI a questão da comercialização foi levantada como preocupação central e em contraposição à prática do “*preço injusto*”. Em certa ocasião D. Maria Hernaski sugeriu que o MICI deveria montar uma loja de beira de estrada para vender os objetos produzidos pelos cipozeiros mobilizados, devendo esta loja remeter à tradicionalidade do grupo, e ser construída como “*os antigos faziam*” (06/2009). Perguntei a ela como os antigos faziam, e ela explicou que a casa dos antigos era feita de barro (taipa de supapo):

“O costume dos antigo era fazer as casas com telhado de palha [guaricana], não tinha telha... não entrava nem uma gota d’água. A palha era usada no telhado e o pau nas paredes... tudo era feito no mutirão, no caso de matar um porco a carne era dividida”

A afirmação de Dona Maria converge com que é afirmado por Vieira (2007), que em entrevista realizada com Seu Zé Cadomiro registrou que a palha do telhado ou sapé, era muito comum na região, porém com o plantio do “capim gordura”, trazido pelos franceses, e seu alastramento, o sapé foi sufocado e não existe mais na região (2007:166). O autor explica que as terras de sesmaria da região do extremo norte do litoral de Santa Catarina foram ocupadas por posseiros, que mais tarde tomaram a condição de posse, e que possivelmente a casa dessas pessoas fossem como a da figura baixo.

Ilustração 2.7: Primeiras casas dos “colonos” da Colônia Dona



Francisca (Joinville) de Rodowicz (1852). Fonte: Ficker, 1965 apud Vieira 2007.

Dona Maria afirmava que eles usavam tudo do mato, o que era “dado” pela natureza era “usado” por eles. O uso dos recursos, também madeireiros, era uma prática comum para a construção das casas, que, mesmo com a mudança no uso de materiais, migrando para o uso de cimento, tijolos e telhas, as madeiras extraídas eram “desdobradas” e utilizadas na estrutura dos telhados. Segundo Dona Judith (05/2010), seu marido chegou a ser multado pelo corte de madeira para o telhado, segundo ela, as multas pagas superaram o valor das madeiras, o que produziu certa indignação, pois esse tipo de prática sempre foi feita. Geralmente o uso da madeira estava associado à roça e à produção de carvão. Dona Maria (09/2009) (esposa do falecido Seu Esaú) explicou que

(...) “Então nós trabalhava na roça e nas hora trabalhava no cipó. Quando chovia, em dia de chuva tinha que cortá banana. Então era assim a gente sempre lutou com tudo né, se não fosse mesmo com o cipó eu acho que era difícil, meu marido também trabalhava quando era mais novo. Assim... a gente tirava madeira. Tirava madeira pra vendê, e trabalhava com forno de carvão. Nunca foi desmatada nenhuma área que não fosse usada pra plantação. Mas o que era desmatado era aproveitado... do pai, a área tem 32 hectare, pouco foi desmatado, o resto é tudo mata nativa, uns 10, 15 hectare... onde era o bananal do pai hoje é capoeira de novo...”

Era comum também a produção de carvão como forma de renda extra, quando “... *não tinha liberação...*” (Dona Maria do Sol Nascente, 10/2009), até que se iniciou a fiscalização pela polícia ambiental e órgãos competentes. Certa vez esta mesma senhora foi indagada pelo “*guarda*” sobre “*o que fazem com o carvão?*”, e respondeu:

“- Nós comemo...

Eles é que assavam a carne e não sabia o que fazia com carvão? Nossa, tinha dia que dava uma raiva na gente. Na época do natal, a gente ia comprá uma ropa pros filho e ia queimá um carvãozinho pra dá um dinheiro a mais. Eles vinham e ... chegava a pegar o caminhão... e cancelava os cheque e perdia tudo... era uma choradeira de filho que deus o livre... ô meu deus, não gosto de lembrar.” (Dona Maria - Dol Nascente, 10/2009)

Assim, alguns dos objetos de uso e das práticas tradicionais passaram, com o tempo, a transformar-se em meios de sobrevivência através da comercialização. Considerando que práticas como a roça, a produção de carvão, a própria extração de diversos recursos naturais se tornaram alvo da fiscalização ambiental, o “fechamento” de determinados recursos significava o re-direcionamento à outros recursos sem “pressão” da fiscalização e favorecido por determinadas condições de mercado. Fatos que explorarei com maior profundidade e clareza adiante. Outros recursos naturais ainda não citados também incluem-se no extrativismo de algumas comunidades, como o “*veludo*” ou “*musgo verde*” que suprem mercados de floriculturas, sendo utilizados como enchimento de vasos de plantas sintéticas, e revestimento de caixões de funerárias.

Comecei a perceber, com esta pesquisa de campo, que diversos objetos presentes nas cidades, que até chegam a passar despercebidos e ignorados, são resultados de um processo de comercialização exploratória de determinados grupos, cujas práticas e saberes tradicionais historicamente

passaram a ser acessados e dispostos em rotas de comercialização diversas. Appadurai (2008), esclarece que

(...) o contexto mercantil se refere à variedade de arenas sociais, no interior de ou entre unidades culturais, que ajuda a estabelecer o vínculo entre a candidatura de uma coisa ao estado de mercadoria e a fase mercantil de sua carreira. (...) A variedade de tais contextos, no interior e através de sociedades, produz o vínculo entre o ambiente social da mercadoria e seu estado simbólico e temporal. Como já sugeri, o contexto mercantil, como uma questão social, pode reunir atores de sistemas culturais bem diferentes, que compartilhem apenas um mínimo de entendimentos (em uma perspectiva conceitual) sobre os objetivos em questão e estejam de acordo apenas acerca dos termos da negociação. (p. 29-30)

A candidatura dos artefatos da cultura material dos cipozeiros à condição de mercadoria também se deu em função da necessidade de compra de itens básicos não produzidos pela família e pela comunidade, “... *tecia pra comprá aquilo que a terra não dava...*” (Dona Margarida, 11/2009). Assim a economia familiar de subsistência sucessivamente se complexificou para uma economia de produção e consumo. Alguns depoimentos, como de D. Maria (esposa de Seu Felício, 11/2009) ilustram essa tradução

“... daí eu co meu filho fiquemo em casa e aí comecemo a lidá com cipó, tirá cipó... aí eu botava a barraquinha na beira da estrada, antigamente lá passava muito carro, passava ônibus, nessa temporada assim passava 3 ônibus, tinha vários especial... domingo passava 3 ônibus pra Itapoá, com as barraquinha na beira da estrada assim. Aí meu filho catava as coisa pra vendê, catava goiaba, ele buscava um balaio... não dava tempo de ir na goiabeira alí no mato, catava um balaio e aí eu ia reparti em prato né, e nós ponhava em pratinho, naquele tempo não era real era outro dinheiro, aí era como se fosse um real o prato... ele derramava o balaio no ônibus e cobrava pelo balaio. Quando ia no mato e tirava esses coqueiro,... cabeça desse coqueiro, num dava tempo, corria ali no mato e tirava a cabeça e corria, vinha pra cá, chegava na barraca, dava tempo de arriá na mesa - já vendia. Limão, maracujá, meu deus, aquele maracujazinho, amarelinho, sumiu agora, mas aquilo era praga, chegava a arcá sabe aquelas vassorera - que nós fazia vassora, em casa... vendia tudo em pratinho pra turma na estrada, aí fomo se batendo assim. O que tivesse vendia tudo lá... eles vinha

bebê água, com aquele pau grande, calibre grande, nós fazia calha com água”(...)

Dona Ruth (08/2009), quando falava sobre a confecção de tapetes de “*imbira de embaúva*” e esteiras, dizia que se fazia muito e vendiam na beira do asfalto: “*vendia muito, mas já acabou faz tempo... muito tempo, eu tinha uns 13 anos quando acabou, hoje eu tenho 56*”. Dona Maria Hernaski complementou na mesma ocasião dizendo: “... *íamos pro asfalto e vendia o artesanato, limão, maracujá, palmito... antes tinha tudo*”. Outro cipozeiro, reconhecido pela variedade de produção artesanal e tino comercial, Seu Agenor (11/2009), reafirmou a importância econômica das antigas “*bancas*”:

“... eu tinha uma banca na BR [referindo-se à estrada SC 415 - Garuva / Guaratuba, antes da pavimentação] alí e fomo... uma peça cada um e fizemo a peça... eu trabalhava na lavôra também... experimentava de tudo alí né... tinha banca, vendia mercadoria na banca - antes de sair o asfalto... vendia de tudo, vendia mercadoria da roça, peça de cipó - isso era coisa que fazia dinheiro né, porquê... levava pra Curitiba também...”

São muitos os depoimentos que confirmam a afirmação de Seu Agenor: “... *criei meus filho tudo no cipó...*”, pois além dos alimentos produzidos na roça, provenientes da pesca, no extrativismo de diversos recursos naturais, o resultado financeiro que o artesanato propiciou desde os tempos das “*bancas*” - e poucas persistem até hoje, como foi verificado no pré-cadastramento - permitia o acesso a itens básicos de consumo, como roupas, sal, querosene, açúcar, ferramentas, etc. Em tempos mais remotos à estrada (SC 415) e às “*bancas*”, Dona Maria e Seu Felício (11/2009) relembrou os poucos itens de consumo:

... Nós vinha di pé, madrugada, fazê compra em Garuva... meu irmão fazia faixa de ripa, acendia pra nós em casa pra nós pegá o caminho... caminho... picadão feito à facão, ia pra Garuva, só passava à cavalo e di pé. Não tinha estrada,

só picadão, vinha a cavalo ou di pé... aí passava por aqui, pela estrada da onça, saia alí no cemitério... aí nós comprava as coisa alí, tinha querosene, comprava em litro né... em litro não tinha plástico... acredita né?! Vidro, o litro de vidro com uma cordinha pendurada no dedo, faziam a cordinha com pauzinho pendurada no dedo, e levava querosene e levava mais uns quilinho nas costas que eu era pequena e a irmã levava os restinho das coisinha de quilinho... sofrimento né... porque só comprava, não se comprava nada, tava contando pro neto. Meu deus do céu, o que que hoje em dia esse povo gasta nas coisa né?! Não se comprava... e eu fui contando pra ele o que eles não comprava... mais da metade das coisa, se comprava trigo, era um quilinho de trigo, mas era muito difícil né?! Um quilinho de açúcar branca pra temperá o leitinho pra criança... e os grande não ganhavam, os que ganhavam era aquela o... açúcar... mascavo, o vermelho do engenho né, que faziam... e açúcar e o sal e anil pra roupa, era pra dexá as roupa branca no lugar na quiboa, uma pedrinha assim... cansei de lavá roupa com, pra limpá, com decuada de cinza, de cinza de fogão né?! Tirava cinza do fogão aí fervia a água e botava a cinza dentro de uma gamela de madeira, aí colocava aquela cinza e derramava água quente em cima e escaldava a cinza, quando acentava a cinza bem... aí pegava aquela água da cinza escorria na outra água e enchia a bacia, porque era que nem quiboa... se botasse puro queimava... Meu pai fazia vassora de liaça, só fazia a vassora de cipó... ele fazia bastante...

A entrevista com Dona Maria e Seu Felício foi muito marcante para mim, pois, por sua idade avançada e a nostalgia entonada no relato de sua história de vida me instigaram para os fatos históricos e práticas locais associadas aos diferentes meios de subsistência. Eles viviam exclusivamente da roça, se casaram nos anos 50, e até a década de 1970 trabalharam só na roça, com arroz, banana, “... criando criação, lutando só da roça, fazia nada outra coisa...”. Nos anos 70 levaram um golpe em uma plantação de banana, foi quando Seu Felício começou a trabalhar na prefeitura, até se aposentar pela idade, nesta ocasião, como forma de complementar a renda ela e o filho começaram “... a lidá com cipó, tirá cipó, aí botava a barraquinha na beira da estrada...”. “Ela [sobre a esposa de Seu Felício] trabalhou com cipó quando ele foi pra prefeitura. Ela começou porque

a renda era pouca, ele ganhava pouquinho na prefeitura”
(Dona Maria Hernaski, 11/2009).

Da mesma maneira, de forma saudosa, Dona Judith Lopes conta sobre seus pais:

“... ela [sua mãe] trabalhava com cipó né?! Trabalhava na roça, fazia farinha, naquela época se vivia bem, porque tinha fartura, tinha, se vivia da roça, se vivia da pesca, da caça, tudo isso era fácil de se conseguir porque tinha bastante, tinha em abundância, a gente não tinha que se deslocar daqui lá no mato pra caçá, ou pra pescá, como hoje...” (02/2011)

Entendo que o feitio de objetos artesanais de uso, como os balaios para a roça, o tipiti para a farinha, a rede de pesca, a tapeçaria, etc, já eram de domínio das diversas famílias, justamente por sua demanda nestas atividades; assim, quando as peças de cipó surgiram como mercadorias em suas rotas de comercialização, inicialmente à beira da estrada, o domínio do fazer já existia, restando o ajuste às peculiaridades das “novas” peças demandadas. Sendo que tais novas peças foram se “ajustando” à demanda segundo prerrogativas externas, de preço mínimo por exemplo, porém com alternativas sugeridas pelos próprios cipozeiros em uma nova “situação mercantil” (Appadurai, 2008). O depoimento de Dona Marlene figura bem essa fase de ajuste da mercadoria:

“Sabia que nós que demo essas dica né [sobre o fundo de compensado], porque nós fazia de papelão, sabe, fazia com papelão o fundo. Nós desenhava, depois nós cortava e furava, ficava quase a noite toda furando, é furo, furo, furo. Tudo co furador sabe?! Furava no fogo, nem fogão à gás não existia, era só fogão à lenha... fazia um fogo no rancho lá fora e era cada um co banquinho, cada um co furador. Pnhava aquele espeto no fogo, quando tava bem vermeio, furava, tic, tic, tic. Tinha que marcá né?! Não podia saí fora, nós que ensinemo... enquanto se faz um fundo de cipó [umbigo asterisco], agente faz duas bandejas” (09/2009)

Em Marx (1971) podemos encontrar uma explicação para este fato de “ajustamento” elucidado por Dona Marlene,

em que “(...) para produzir mercadorias, em vez de meros produtos, um homem tem que produzir valores de uso para os outros, valores de usos sociais” (*apud* Appadurai, 2008:21).

Valendo também o esclarecimento de que

Todo produto do trabalho é, em todos os estados da sociedade, valor de uso; mas só em uma determinada época do desenvolvimento histórico da sociedade o produto do trabalho se transforma em mercadoria, a saber, aquela em que o trabalho gasto na produção de objetos úteis se torna a expressão de uma das qualidades inerentes a esses objetos, ou seja, expressão de seu valor. Resulta daí que a forma-valor elementar é também a forma primitiva sob a qual o produto do trabalho surge historicamente como uma mercadoria e que a transformação gradual desses produtos em mercadorias prossegue passo a passo com o desenvolvimento da forma-valor (Marx, *apud* Appadurai, 2008:21).

O registro principal que possuo é sobre o início desta fase de transformação da “forma-valor” presente na década de 1970, seguindo um processo de mudança gradual, que coincide com os depoimentos sobre o aumento do volume de produção e o maior sacrifício dos sujeitos em função da venda das mercadorias e de sua força de trabalho no artesanato. Este sacrifício, na grande maioria dos depoimentos, se mostra relacionado ao trabalho com o “*artesanato de cipó imbé*” como categoria interna ao grupo, e não aos outros tipos de fazeres associados às práticas tradicionais, e justamente aí surge a importância do elemento identitário do cipozeiro³. Dona Maria (esposa de Seu Felício) explica seu sacrifício vivido:

“Tinha um senhor aqui na Garuva, o Renato Massi, ele tinha uma kombi velha e ele puxava o cipó e levava os tecido. Aí ele levava os cipó pra nós... aí os filho começô a dizê: - tá dando pôco; e os menino ajudava. Aí meu menino começô a tirá cipó e ir pro mato... porquê aí já era livre... não precisava pagar pro patrão o cipó... se não ele descontava o cipó e sobrava pôco pra nós. Aí compremo, compremo, aí os

3 Em algumas ocasiões também mencionam o termo “*cipozeiro*”, porém testemunhei o uso mais comum de “*cipozeiro*”, e por este motivo optei por utilizar unicamente este termo neste trabalho.

menino cresceram... aí ia pro mato e tecia. Eles [atravessadores] me ensinaram um pôco... e era sozinha [marido trabalhando]... nós ia tecendo... ele mostrava e [eu] olhava. Nós fazia as coisa mais fácil, fazia abajur e fazia porta prato e corrente [de cipó - em argolas, para lustres de teto]. Fazia de mil, mil metro na semana [de corrente] pedido né... de noite não tinha luz elétrica era lamparina, e quando fazia muita fumaça entopia o nariz... aí eu comprava vela, botava um litro de azeite em cima da mesa, a velinha e fazia... [dizia ela aos filhos:] - ninguém vai dormir enquanto não fazê quatro dúzia de porta prato... os meu, com nove ano, voltava da escola ia buscá aipim no mato pras vaca, ajudava eu lidá com cipó tudo” (11/2009).

Este trabalho “sofrido” servia, muitas vezes, como única alternativa de renda para os cipozeiros, oque provia o sustento da família por muitos anos, como esclarece uma senhora⁴ de Mina Velha (09/2009):

“A mãe sempre viveu [do cipó], depois que meu pai morreu ela ficou com seis filhos, de um ano e meio até oito anos. Aí ela levava minha irmã mais velha, e toda vida é no cipó. Agora que ela parou né, porque... toda vida foi cipó... sempre tinha roça né, mas quando era com cipó mesmo elas pegaram o dinheiro do cipó, a roça era pra manter um pouquinho...”

No mesmo sentido, o depoimento da vizinha de Seu Agenor, que relutou em gravar a conversa e preferiu não se identificar⁵ (11/2009), após aceitar a gravação ela explica um pouco sobre a rotina da família e sua dependência do trabalho com o cipó:

“(...) Daí, nunca mais saí de casa pra trabalhar... só com cipó... ia de tarde pro mato, tirava cipó de noite, nós descansava até meio dia, nós levantava e ia pro mato de novo. Só que naquele tempo era diferente né?! Tinha pra quem vendê e hoje não tem. Tá se acabando. Esse ano, esse ano que nem eu disse pra vocês, até o ano passado a gente

4 Esta senhora é cipozeira e filha de cipozeiros, vizinha de S. Antonio Laite, que por um lapso de memória não registrei seu nome.

5 Todo processo de mapeamento e registro de informações foi feito por iniciativa de cipozeiros, na ocasião desta entrevista foi a primeira e única vez que saí a campo não acompanhado por cipozeiros e testemunhei a dificuldade de aproximação e consequente desconfiança. Assim, os dados do mapeamento foram gentilmente cedidos pelo grupo de coordenação do MICI para minha análise e contextualização de suas situações sociais.

trabaiô bastante de noite, agora esse ano num... (...) Porquê você vê, eu criei meus filho, tive quatro filho, criei tudo trabaiando no cipó e junto cos meu filho, eu acho muito importante trabaiá no cipó. Crianças minha, essas aí não [referindo-se à neta], mas as outras, todas teceram, e me ajudavam fazê né?!(...)”

Segundo Dona Ruth (09/2008), as crianças são inseridas logo cedo na atividade, “... *enfiaando fundo...*”, que é a inserção de varões no fundo de compensado, sendo essa uma forma de educação dos filhos, que compreende também outras práticas e saberes tradicionais. Já testemunhei, certa vez, na casa de Dona Beth e Seu Nelson (09/2007), o “*tecido*” de peças pela família inteira reunida enquanto assistiam televisão a noite. De maneira geral as crianças estudam no período da manhã, nas comunidades mais afastadas contam com o ônibus escolar - que acaba servindo como transporte público para outras pessoas, não estudantes-, a tarde é concatenada entre as brincadeiras e outros afazeres. Embora não tenha feito uma pesquisa mais focada nesta temática, entendo a atuação das crianças de maneira bem natural nas práticas familiares, não se caracterizando pela categoria externa “trabalho infantil”, pois existe uma lógica educacional dessa inserção, visto que viver “no mato” exige uma preparação para as práticas, conhecimentos e gestos, peculiares à localidade. Em depoimento gravado⁶, Dona Ruth explica que

“eu aprendi com minha mãe, minha mãe criou-se no cipó... com meus avós, ela aprendeu com eles... e ela criou nós tudo no cipó né, e depois ela morreu e nós ficô nessa vida né, nunca parei de trabalhá, sempre trabalhei nas firma tudo [de

6 Programa Globo Ecologia 927 - Cipozeiros da Mata Atlântica, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=107oi8nQjPw>, parte 1, e <http://www.youtube.com/watch?v=05FvOlzYbO8&feature=related>, parte 2. Este programa foi gravado por solicitação do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em complemento ao fascículo elaborado, como estratégia de ampliação da visibilidade social do grupo auto-cartografado.

vime⁷], mas sempre chegava e tinha que tê cipó pra trabalhá no sábado e domingo, toda vida trabalhando, nunca parei... aprendi pequenininha, com oito ano de idade já começamo fazê, e a família toda faz. Tem o nenê de dois ano de idade, que foi agora pra São José dos Pinhais, que já vai enfiando, enfia fundo... todas elas aprendero né, tenho sete filha, todas trabalham com cipó, todas elas tece... Minha bisavó era índia né?! Já vem, como diz o otro, da geração, porquê os índio geralmente eles só trabalha co artesanato né?!” (09/2008)

Assim, a construção da identidade cultural, sua nomenclatura, se dá com enfoque central na atividade que é responsável por uma parcela da renda das famílias, não descartando a importância que outras práticas tradicionais têm, mas simplesmente enfatizando a proveniência de renda, de ganho, por um artefato que se tornou, em determinado momento da história, mercadoria, e com o passar do tempo se firmou nesta “situação mercantil” direcionada como componente de outros produtos. Embora não seja de meu interesse a naturalização dos sujeitos sociais, quanto cipozeiros, numa identidade vinculada unicamente à um fazer, ou a uma espécie vegetal específica, pelo contrário, reafirmo a amplitude e complexidade de sua cultura, entendendo como sendo importante a melhor explicação sobre a situação social de produção que os define em sua identidade, ou a situação em que se convergem o sentimento de pertencimento e os interesses coletivos. Para tanto, iniciarei em maiores detalhes o fazer específico.

A planta, o cipó imbé (*Philodendro Corcovadense* Kunth - ARACEAE), também leva o nome de cipó preto, devido à coloração da casca. É classificada botanicamente como uma aráceia hemiepífita, pois tem uma fase de sua vida

7 As empresas de vime de Garuva, que são muitas, empregam sempre cipozeiros e outros artesãos para sua produção, é muito comum o depoimento de cipozeiros que são, ou já foram contratados pelas empresas. Quando “o vime tá em alta” acaba sendo uma alternativa de renda. Sua produção se concentra em caixotes, móveis, bandejas, etc. A matéria-prima é produzida na região serrana de Santa Catarina, onde se encontra o clima ideal (média anual de 12 a 19° C e água em abundância) EPAGRI, 2008.

sem ligação com o solo, e uma fase ligada ao solo por meio de suas raízes aéreas, ou cipós; utilizam os galhos das árvores como suporte à sua sustentação aérea, não sendo caracterizada como parasita, por não ter seu crescimento associado à extração de nutrientes de seu suporte. Essa é a principal planta utilizada pelos cipozeiros e cipozeiras em seu fazer artesanal.



Ilustração 2.8: A mãezera do cipó em seu ambiente (Foto: Fábio Zambonim)

Outras plantas também são utilizadas tradicionalmente, como as palhas de morro e de várzea, a tabôa, o perí, a fibra de bananeira, o cipó são João, o cipó liaça (timbopeba, ou timbopeva), o veludo (ou musgo verde), o barço, o palmito, o tucum, as taquaras e bambus, etc. Embora estas outras não estejam associadas ao fazer tão intenso quanto o cipó imbé. E, mesmo não sendo esse o único fazer dos cipozeiros e cipozeiras, é um dos mais significativos tanto em aspectos identitários, quanto na composição da renda familiar.

As atividades envolvidas na produção deste artesanato envolvem saberes aprendidos com os pais, familiares mais próximos e vizinhos, estando, de maneira

geral, inseridos no cotidiano dos cipozeiros desde sua infância, quando são iniciados em pequenas tarefas e avançam para as mais trabalhosas com o passar do tempo. Mesmo que os indivíduos da família dominem todas as etapas do fazer artesanal, existe uma subdivisão de tarefas comumente encontrada, como por exemplo, homens, em sua maioria fazem a extração do cipó, todos limpam o cipó, mulheres, o artesanato trançado o “*tecido*” e crianças as etapas de inicialização das peças; e, embora isso não seja uma regra os relatos tendem a essa interpretação. Uma coisa é fato, o tempo de trabalho se dilui e mistura com afazeres da vida cotidiana, ficando difícil diferenciar uma coisa da outra.

Podemos dizer que as etapas principais que configuram o objeto artesanal, ou melhor, a mercadoria, são esquematicamente dispostas na Ilustração 2.9, e podem ser divididas, à título explicativo em quatro etapas principais: acesso ao mato para extração (Tabela 2.2), limpeza e preparação dos fios de cipó (Tabela 2.3), trançado do artesanato (Tabela 2.4) e, por fim, a comercialização.

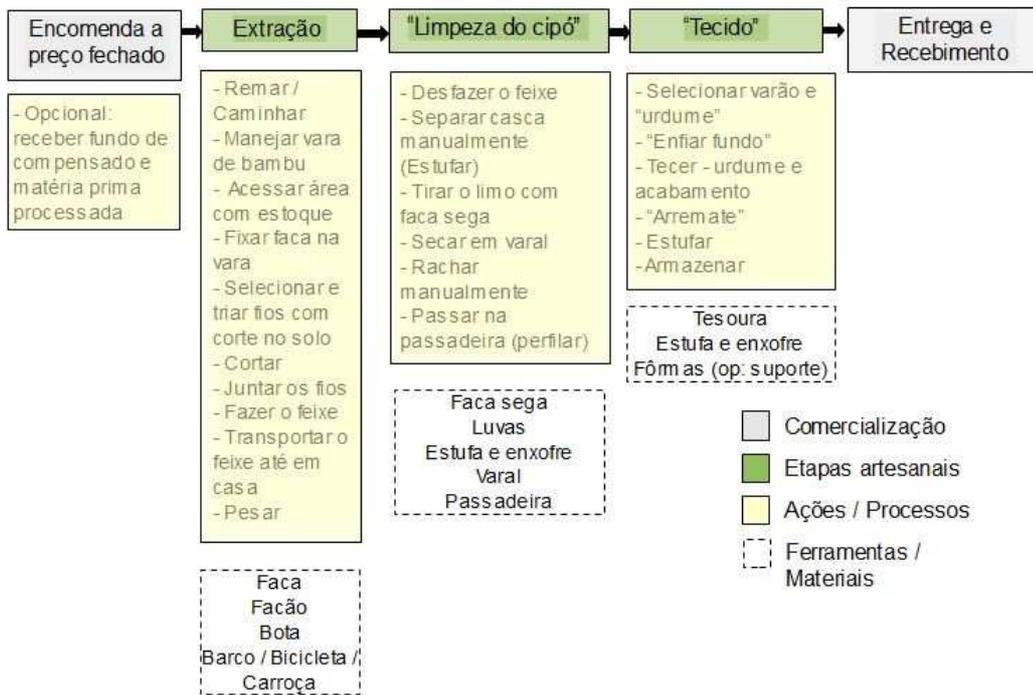


Ilustração 2.9: Diagrama das etapas de produção do artesanato de fundo de compensado.

Embora a linearidade do diagrama acima seja mais conceitual que prática, ele serve para tornar mais didático o passo-a-passo. Caberia apontar desdobramentos deste quadro, de maneira a compreendê-lo relacionado a outras práticas cotidianas, porém, irei me abster a isso. Mesmo assim saliento alguns pontos, como a relação em “*ir pro mato tirar cipó*” e manter a atenção à outros diversos recursos disponíveis, como a caça por exemplo. Já ouvi relatos de um cipozeiro, que por opção minha manterei seu nome em sigilo, que ao “*tirar cipó*”, leva o seu cachorro treinado para a caça, assim, acessar o recurso vai além desse objetivo, sendo uma situação relacional entre cipozeiro-natureza, permitindo outras práticas orientadas à sua subsistência. A presença do cachorro, cabe aqui salientar, envolve todo conhecimento relacionado ao seu treinamento, podendo este ser valorizado economicamente inclusive, no caso de um “*bom cachorro*” (Seu Eugênio, 04/2010); tendo importância na caça e na segurança do cipozeiro no mato, alertando contra cobras por exemplo. Os cachorros são treinados de forma a melhor pegar

sua presa no mato, como por exemplo, o “*bom cachorro*” de Judith que era treinado para pegar o quati; porque “... *o quati tem que ser pego pelo pescoço...*”, para não ser vítima das garras do animal; infelizmente, seu cachorro “... *foi roubado pelo pistoleiro, que vendeu ele... mas eu tô treinando outro...*” (Judith, 02/2011).

Na etapa inicial, no trabalho extrativista propriamente dito, as atividades são as seguintes (numeradas a título explicativo): (1) Trajeto a pé, de barco, bicicleta ou carroça para acesso à área a ser manejada, o uso do meio de transporte depende da localidade e da distância a ser percorrida, podendo incluir inclusive o uso de carro para o trajeto mais longo por estradas. Existe uma noção pré-concebida, sobre a área que deve ser acessada que contenha o cipó maduro, em saída a campo com Dona Judith (2006) ela optou por determinada área em função do longo tempo que não a acessava, ao chegar na área ela verificou que algumas “*mãezeras*” haviam sido manejadas por outro cipozeiro, então afirmou: “*vamos pra lá que aqui não vai ter [cipó maduro]*”. Em outras palavras, existe um mapa mental sobre as áreas potenciais de manejo em determinada época, restando circular nestas áreas e encontrar as mãezeras com boa disponibilidade de cipós maduros.

Ilustração 2.10: Fotografia de área de acesso ao manejo pelo rio Saí-



Guaçú. Foto: Douglas Ladik Antunes (2006)

Este mapa mental é fruto do cruzamento de diversas informações como: presença das mãezeras, tempo em que foram manejadas e observação de manejos feitos por outros cipozeiros, existência de áreas alagadas (em tempos de chuva), presença de “*pistoleiros*”, horário de saída e distância a ser percorrida, observação do regime de maré (no caso de acesso por barco, os rios da região por estarem no nível do mar tem fluxo variável com a cheia e vazante), presença de mutucas e pernilongos, etc. Isso exige um vasto conhecimento sobre o ambiente e o território em que atuam, sem considerar o senso de orientação entre o ponto de partida “*no mato*” e de retorno. Para Seu Jango (02/2011) as saídas “*pro mato*” fazem com que ele fique “*pensando na noite anterior*” e analisando o melhor lugar a se dirigir para o manejo do cipó.

Nas proximidades das áreas de manejo é feito o (2) corte e transporte da vara de extração e a identificação precisa das áreas e plantas a serem manejadas. Em caso de áreas que não possuam toiceiras de bambu, então a vara é levada da localidade de seu corte ao local de extração do cipó, neste local de extração do cipó a vara é “*escondida*” para uso em futuros manejos, o que exige boa memória sobre o local de esconderijo; na referida saída a campo com Dona Judith, em dezembro de 2006, ficamos uma hora e meia procurando a vara escondida no mato, quando não tínhamos outra opção, visto que naquela área não havia bambu em proximidade; em determinado momento Dona Judith afirmou: “... *Douglas, estamos perdidos...*” - creio que para me testar-, e respondi: “*confio em você Judith*”, e após certo tempo encontramos a bendita vara, e portanto, a trilha de interesse. O transporte da vara não é tarefa fácil, pois nas trilhas sempre sinuosas e relativamente fechadas, é necessária a manobra da vara a cada curva mais fechada, o que exige

certa paciência.

Quando são identificadas as plantas a serem manejadas, já em certa distância (presenciei Dona Judith identificando um ponto de coleta estando aproximadamente cinquenta metros distante, dentre outras plantas e árvores) é feita a (3) fixação da faca na vara de extração. Então, já abaixo da “*mãezera*” a ser manejada é feita a (4) seleção manual (visualmente a seleção já estava estabelecida) dos fios maduros com seu corte rente ao chão, sendo feita subsequentemente a amarração (tipo maço) dos fios a serem cortados. Só então é feito o (5) corte dos fios com a faca da vara, um a um, com certo cuidado para não confundir-se com cipós não selecionados, o que simboliza (para mim) o cuidado tomado é justamente este trabalho de triar e separar os fio maduros, formando o maço, previamente ao corte.

Então é feita a (6) organização dos fios dispostos no chão, que é a junção dos fios cortados em um local único. Neste local são coletados os galhos ou pequenas hastes que servirão de gabarito à formação do feixe, sendo feita a fixação do gabarito do feixe no chão e a preparação do feixe. Este feixe é um maço único e fechado de cipó que pode atingir até um metro e meio de comprimento e diâmetro de setenta centímetros aproximadamente. Embora maior parte dos relatos de cipozeiros extratores indiquem o peso de até 60 quilos, ouvi um depoimento de que “... *a coluna minha hoje não vale mais nada... eu carreguei até 90 quilo de cipó no mato...*” (marido de Dona Nica de Bom Futuro, 10/2009). O feixe é (7) carregado sobre um dos ombros, com a cabeça baixa pois a nuca serve de apoio ao peso, uma mão segura o feixe, enquanto a outra fica livre para o uso do facão. Na trajetória do ponto de extração à casa percorrem pontos de alagamento com lama, árvores caídas, trechos escorregadios, enroscos à carga e todas as dificuldades que uma área de

mata “quase-fechada” impõem, o que sobrecarrega ainda mais o trabalho.

Em casa o feixe de cipó deve ser beneficiado (descascamento, retirada do limo⁸, secagem do cipó em varais, partição do fio do cipó em partes, raspagem do cipó, separação e estocagem), podendo acontecer logo após a extração ou dias depois, o maior cuidado tomado é que seu beneficiamento, ou melhor, sua “*limpeza*”, deva ser feita com o material ainda “hidratado”, ou, sem perder a seiva, pelo motivo do cipó soltar a “*nódia*”, ou “*nódi*” em sua secagem, que é uma resina de cor âmbar, com características pegajosas que mancham e enregecem as roupas. Para evitar os percaços da “*nódia*”⁹ na “*limpeza*”, bem como manter a integridade do material, o feixe é mantido armazenado na sombra.

O primeiro passo da “*limpeza*” é o descascamento, feito manualmente, geralmente com luvas, pois há constantes depoimentos sobre a irritação na pele causada na limpeza, principalmente nos dias mais quentes, com sintomas como coceiras e ardência. A casca é um material com boas propriedades mecânicas: resistência à tração, resistência ao corte, flexibilidade, baixa elasticidade, resistência aos intempéries. E, embora não tenha submetido tal material a testes, o que seria recomendável, é sabido que indígenas Guarani M'byá utilizavam sua casca na confecção de objetos, e na amarração da estrutura de suas casas. Segundo Aldo Litaiff (em conversa informal em 2004), antropólogo do Museu da UFSC, indígenas da região de Araquari estariam utilizando pregos e outras alternativas técnicas na construção,

8 O limo é um tecido de coloração esverdeada situado ente a casca e o miolo do cipó, como se verifica na primeira ilustração da Tabela 2.3.

9 Seriam interessantes novas pesquisas sobre as propriedades da “*nódia*” para verificar suas propriedades farmacológicas e químicas. Os cipozeiros nunca defenderam esta demanda, porém indico-a por perceber características intrigantes ao material.

pela falta do cipó imbé na região e conseqüentemente de sua casca, que é a parte mais utilizada por essa etnia.

Após o descascamento é feita a raspagem do “*limo*” feito com faca sega para não cortar o miolo do cipó. Para tanto, o cipó é amarrado em algum suporte, e a lâmina em contato com o fio é trazido na direção do corpo (à altura da barriga). O limo representa a maior percentual em peso de todo material subtraído da carga, sendo que sua retirada é referida como a parte mais insalubre em relação às citadas irritações da pele e a sobrecarga de trabalho. Suas propriedades mecânicas são irrelevantes, porém vale a investigação sobre suas propriedades químicas e farmacológicas. Com o limo retirado, os fios são dispostos em varais para a secagem. A importância do uso do varal reside na necessidade da seiva fluir pelas extremidade dos fios, visto que, se postos a secar “enrolados” haverá deposição de “*nódia*” em boa parte do comprimento do fio, o que prejudica seu uso posterior. Este fato foi verificado em uma das técnicas estudadas em 2006.

Após secos, os fios são “*rachados*” em partes, conforme o diâmetro do cipó, podendo ser partilhado em até 6 partes, no caso dos mais grossos. “*Rachar*” requer habilidade, em minha opinião é a atividade da “*limpeza*” que mais exige treinamento gestual, visto que a partição é manual e o movimento se dá com o distanciamento entre as mãos (cada qual com uma parte do cipó); se uma mão se distanciar com velocidade maior que a outra, há o risco de romper a fibra longitudinalmente, então o movimento sequenciado tem uma “*cadência*” própria, que exige sensibilidade e prática. Com prática, ocorrem variações gestuais da técnica, às quais não consegui aprender. É nesta etapa que se define a função dos fios partilhados, pois os fios mais grossos são utilizados como varões, o urdume, e os mais finos no “*tecido*”, que é o

material a ser trançado. Assim, a preparação, já ao “*rachar*”, exige um planejamento sobre a quantidade de fios em cada espessura, pois o uso de “varões” finos resultaria em cestas com menor rigidez, por exemplo. Esta noção está presente desde a extração, pois, conforme o número de peças encomendadas, já se sabe o volume a ser extraído. Existe uma variação do cipó “*rachado*”, que é o cipó “*lascado*”, quando o cipó é partilhado em forma de fitas; que são usadas no tecido de determinadas peças encomendadas. E, neste caso, a nomenclatura da peça segue com esta especificação, por exemplo, bandeja redonda número quatro de cipó lascado.

Ilustração 2.11: Bandeja retangular com “tecido” de cipó lascado. Foto:



Douglas L. Antunes.

Com os fios “*rachados*” eles são “*passados*” na “*passadeira*”, essa ação consiste em perfilar o cipó, para que fique com seção transversal homogênea em seu comprimento. Assim, a passadeira é uma ferramenta feita pelos próprios cipozeiros que tem como parte principal uma chapa de aço com furos em diversos tamanhos. O ideal é que seja feita com uma chapa de lateral de fogão, por ser mais grossa, mas muitos se referem ao uso da “*chapa de estanho*” ou “*zincada*”, que seria a folha de flandres, utilizada em latas de dezoito litros (de óleo, tintas, etc). A chapa é furada com prego, cuja deformação forma uma superfície de corte. De maneira geral as passadeiras possuem uma tábua frontal perfurada de madeira que serve de guia à entrada do cipó na

chapa metálica, mas existem variações dessas ferramentas.



Ilustração 2.12: Tipos de Passadeiras. Fotos: Douglas Ladik Antunes.

Quando “*passado*” o cipó libera a “*raspa*”, que é um resíduo leve, longo e fino, com baixa resistência mecânica, geralmente utilizado na confecção de enfeites para porta, as “*guirlandas de natal*”. Alguns cipozeiros estocam a “*raspa*” durante o ano para seu uso antes do natal.

Após “*passado*”, o cipó está pronto para o “*tecido*”. No caso das peças comumente produzidas, com fundo de compensado, as etapas são as seguintes: inserção dos “*varões*” no fundo de compensado, sempre em número ímpar pois senão o “*tecido*” não fecha - não se intercala corretamente para a estruturação da peça (etapa que pode ser feita por crianças), trançado “*vai e vem*” das laterais, acabamento na aba superior e corte de excessos, ou “*arremate*”. Para as peças “*padrão*” produzidas, pode-se fazer o uso das fôrmas, que são moldes que guiam o trançado na forma final, assim, as fôrmas podem ser usadas apoiadas no colo do “*tecedor*”, ou ainda apoiada em suporte como parte opcional, que é uma haste dotada de ponta metálica, que permite o encaixe da fôrma e sua rotação livre para agilizar o “*tecido*”. Em muitos casos as peças já prontas são “*estufadas*” em locais próprios, relativamente isolados, as “*estufas*”, onde é queimado um punhado de enxofre em uma pequena lata, para o branqueamento e prevenção aos fungos nas peças.

Em linhas gerais, os principais processos utilizados na confecção das mercadorias são os mencionados acima, podendo haver pequenas variações entre uma família e outra. Os tipos de “peças” encomendadas e a quantidade variam conforme a festividade a que se direcionam. São muito comuns encomendas como seguem na tabela abaixo, de maneira geral com fundos de compensado:

Tabela 2.1: Mercadorias - suas funções e destinos.

Tipo de peça*	Função Prática	Destino de venda
Bandeja em Coração	Embalagem para chocolates	Dia dos namorados / dia das mães
Bandeja em Estrela	Embalagem para chocolate	Natal
Bandeja em Bota	Embalagem para chocolate	Natal
Bandeja Redonda	Embalagem para chocolate, entre outras	Diversos
Bandeja em Coelho	Embalagem para chocolate	Páscoa
Bandeja em Árvore de Natal	Embalagem para chocolate	Natal
Cesta redonda	Embalagens diversas	Diversos
Cesta retangular	Embalagens diversas	Diversos
Cesta oval	Embalagens diversas	Diversos
Cesta quadrada	Embalagens diversas	Diversos
Guirlanda	Decorativo	Natal
Lequinho	Chaveiro / Brinde	Diversos
Chapeuzinho	Chaveiro / Brinde	Diversos
Cestinha	Brinde / Pequenos arranjos	Diversos
Cachepô	Revestimento de vasos	Floriculturas

Porta temperos (azeite, guardanapos, etc)	Produto final	Restaurantes e lanchonetes
---	---------------	----------------------------

* as bandejas e cestas, de maneira geral, são vendidas em jogos de quatro a cinco tamanhos diferentes, sendo numeradas crescentemente conforme o tamanho, mas podem ser feitas em tamanho único.

Tabela 2.2: Quadro das principais atividades no manejo do cipó “ir pro mato”. Fonte: arquivos da equipe de pesquisa.

Seleção da área a ser manejada	Escolha dos cipós maduros (o primeiro e terceiro fio, da esquerda para a direita estão verdes)
	
Amarração da faca na vara de extração	Corte de base e amarração dos cipós em “maço” a serem cortados



Corte dos fios seleccionados

Organização dos fios no chão



Fixação do Gabarito do feixe

Início da preparação do feixe



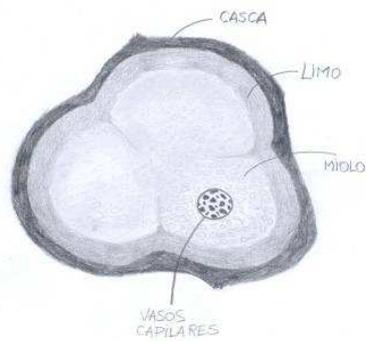
Amarração do feixe

Transporte do feixe sobre os ombros



Tabela 2.3: Quadro das principais atividades do beneficiamento do cipó.
 Fonte: arquivo da equipe de pesquisa.

Ilustração da seção transversal do cipó



Descascamento (separação manual da casca)



Cipós descascados (restando o limo)



Raspagem do limo (com faca cega)



Secagem do cipó em varal



Partição do miolo do cipó - "rachar o cipó"



Perfilamento do cipó - "passá o cipó" na

Cipó limpo

passadeira



Tabela 2.4: Quadro das principais atividades da tecelagem, do “tecido”.
 Fonte: arquivo da equipe de pesquisa.

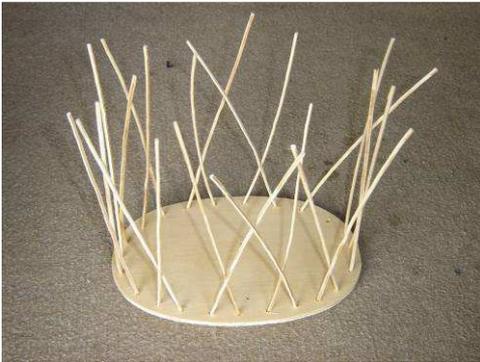
Fundos de compensado



Fôrma de madeira



“Varões” colocados no fundo, “enfiá fundo”



Trançando a peça na fôrma



Peças semi-acabadas, restando o “arremate”



Peças acabadas



Exemplo de outras formas - bota (natal)



Exemplo de estufa para branqueamento e combate a fungos



Os quadros acima apresentados, apesar de representar um esquema simplificado do fazer artesanal, ilustram a quantidade de tarefas relacionadas à uma “simples” peça. Tais tarefas são aprendidas desde a infância, e seguem uma divisão de atividades relacionadas ao papel dos sujeitos na família, como é o caso da mãe que tece concomitantemente ao cozinhar, ou ao pai, que por sua força física tem mais condições de carregar um feixe pesado nos ombros, igualmente aos filhos e filhas que iniciam suas idas ao mato ao fim da infância. Seja qual for a tarefa destinada ao sujeito da ação, o objeto artesanal em questão tece relações sociais que outras atividades de trabalho não costumam tecer. Assim, ser cipozeiro também significa estar unido com a família.



Ilustração 2.13: Foto de cena comum na família cipozeira. Fonte: arquivo da equipe de pesquisa.

O artesanato de cipó imbé mostrou-se na pesquisa como um “saber solidário”, pois muitos cipozeiros que começaram a tecer as mercadorias relatam que aprenderam com os familiares e vizinhos. Isso significa um certo ajuste de práticas, pois, por mais que haja conhecimentos sobre o artesanato de outros artefatos, de uso por exemplo, a produção das “novas” mercadorias exige a adaptação às formas e “padrões” aceitáveis ao que o “mercado” impõe. Ou seja, a definição de uma reestruturação da “forma-valor” dos artefatos exige novas práticas e gestos dos praticantes, e portanto novos significados. As novas práticas podem ser aprendidas, assim como são, visto que sua comercialização representa um meio de sustento da família.

Em meio ao processo dinâmico de “ajuste” das mercadorias, ainda hoje são presentes novas formas e acertos orquestrados pelo “mercado” e pelos dominadores do processo de comercialização indireta: os atravessadores. Os depoimentos mais recentes que denotam isso ocorrem em menção aos materiais plásticos que vêm sendo inseridos, como a fita plástica, que substitui o cipó “*lascado*” e o “junco sintético” que substitui o cipó “*passado*”. Tais ocorrências podem ter ligação com fatos dispersos, como a difusão

mundial de mercadorias artesanais, pelo efeito da globalização econômica, onde mercadorias chinesas e de origem asiática podem ser encontradas “no bairro de casa”, e mesmo a falta de matéria-prima local, onde a inacessibilidade causa aumento de preço.

Muitos cipozeiros dependem hoje da compra do cipó bruto, principalmente aqueles residentes em locais mais distantes dos pontos de coleta, na cidade. Tal dependência representa não somente a falta da matéria-prima, mas também a desassociação entre a prática do artesanato e a ligação do cipozeiro com o mato, em outras palavras, na perda - em certa medida - de sua territorialidade, visto que para tecer (em casa) não é mais preciso sair dela. Temos relatos de que o

atravessador “... já traz tudo pronto pra gente...” (Seu Narciso, 12/2009).

Sistematicamente, com o deslocamento da atividade artesanal como força de trabalho, os materiais e conseqüentemente a forma das mercadorias foram se alterando. Primeiramente com o fundo de papelão e de compensado, com as estufas de enxofre para branqueamento, posteriormente com a compra do cipó bruto e até mesmo beneficiado, e mais recentemente com a inserção do “sintético”. Registrei recentemente o uso de fitas de vime, que são

rejeitos das “firmas” de vime, e vem sendo empregados pelos atravessadores na encomenda e “tecido” de novas peças. Neste caso, as “firmas” cedem as fitas aos atravessadores que as levam aos cipozeiros.

Muitas vezes a encomenda feita pelo atravessador é acompanhada da entrega dos fundos de compensado e do cipó limpo, o que resulta em um ganho mais baixo, visto que



Ilustração 2.14: “Novos” materiais - fitas de vime inseridas na confecção de peças. Foto: Douglas Ladik Antunes.

quando o cipó é extraído pelo próprio cipozeiro há um pequeno ganho sobre o material (o valor comercial do cipó bruto é de R\$ 0,90 / Kg). Mesmo com a extração, o cenário é de exploração sobre o trabalho feito, para todos o ganho é muito pequeno, como afirma Dona Verônica (Nica) e seu marido (10/2009):

“... mas naquela época a gente tecia e tinha lucro né?! O atravessador ficou rico... começaram com uma kombi véia, hoje chegaram onde chegaram... carregando nas costas... se eles pagavam uma bandeja aqui a vinte centavos, lá eles pagavam um real, um real e pouco... mais lucro... isso em São Paulo eles vendiam a revelia [muito]... paga pouco né?! Seu Arnaldo [atravessador], ele vinha aqui, eu enchia o saco dele: - tá na hora de subir esse pedido! Ele dizia: - tá na hora de subir tudo no caminhão...”

Esta família relatou que “*pararam de tecer*” depois que o marido se aposentou, sua justificativa principal foi de que “... *era mixaria, não sobrava...*”. Semelhantemente Dona Maria, a esposa de Seu Agenor (11/2009) afirmou que

“... agora eu queria voltar sim [a tecer]. Parei porque não tinha mais jeito, tinha que comprá cipó, aí é ruim né, porque ir no mato não tem mais força pra carregá... e comprá num vale a pena... o lucro da gente fica tudo no bolso dos outro...”

As famílias que encontram saídas mais rentáveis acabam optando por elas, como no caso do emprego em fabriquetas de objetos de vime, onde cipozeiros são comumente contratados, principalmente quando o cipó tá “*em baixa*” e o vime “*em alta*”. Assim, verifiquei que a tendência em “*tirar*” determinados recursos naturais também seguem uma lógica de avaliação conjuntural. Por exemplo, se a polícia ambiental entra em represália em relação à um recurso específico, por exemplo o veludo, a tendência é uma migração de esforços à outro recurso menos “*cercado*” e com boa projeção como mercadoria no momento, frente às encomendas dos atravessadores, claro. Existe uma tendência

à concentração na extração de certos recursos, que variam conforme a região do território, conforme sua disponibilidade em estar “liberado” ou não. Em entrevista em Descoberto (08/2009), Dona Maria Hernaski questionou às entrevistadas sobre a ação da Força Verde (Dona Ivonete, Maria, Davina e Marilene):

“... Já chegou a prender cipó de vocês? [e a resposta:] - os cipó não tá prendendo, os veludo que tão tirando. [Dona Marlene pergunta:] - e a Comfloresta, também tá? [resposta:] - tava prendendo, mas agora tá liberado, porque isso aí é uma sujeira do mato... [Dona Maria reforça a pergunta:] - o pessoal não conta as história de tá tirando cipó... meio ambiente não pega? [e obteve a resposta:] - Ah pega, pega e toma, quando tem temporada assim, eles ficam...também dependendo do mato que tem dono, não entra né, eles pensa que é palmitero...”

Na continuidade da conversa há a complementação sobre um atravessador local, que atua em Descoberto: “... *o Arnaldo faz muita exploração também, agora que nós tamo de bobeira* [no “tecido” com cipó] *por causa do veludo* [era época de “*veludo em alta*”]”. Dependendo da localidade, e conseqüentemente da existência e “*liberação*” de determinado recurso natural, conjunturados com demandas “*mercadológicas*”, os recursos são colocados em “estado de mercadoria”, como diria Appadurai (2008). E nesse jogo de fluxos de materiais os cipozeiros vão sobrevivendo.

Retomando o caso do artesanato de cipó imbé existe um reconhecimento local do que alguns depoimentos apontam como os “*bons tecidores*”, e não são todas as famílias que são reconhecidas desta forma. Certa vez, Dona Marlene orgulhosa falou: “... *nunca tive uma encomenda devolvida...*”, referindo-se ao fato de fazer tudo com muito capricho, pois caso o atravessador não goste do acabamento e do “*tecido*”, ele devolve a mercadoria. Desta forma, acaba ocorrendo um certo “controle de qualidade” imposto pelo atravessador, que certamente recai sobre a valorização do

trabalho de determinadas famílias. Aos olhos críticos dos “*bons tecidores*” alguns critérios formais são apontados, como: “*varões retos*”, não dispostos inclinados nem curvos em relação ao fundo (Dona Judith, 2008), “*tecido*” fechado com “trama bem apertada” (Dona Marlene), “*arremate*” bem feito, sem muita sobressalência do fim dos “*varões*” (pois o “*arremate*”, que é a borda superior das peças, é feito com a curva e entrelace dos “*varões*”). Alguns “*bons tecidores*” também são reconhecidos por peças, quase que exclusivas, que não são feitas por todos, como bules, galinhas, entre outras.

Desta forma, o processo histórico e econômico e o domínio de poder sobre os cipozeiros impuseram problemas latentes sobre o grupo mediante o deslocamento de suas práticas tradicionais, pois primeiramente um saber prático se tornou mercadoria em um fazer especializado (artesanato), posteriormente e gradativamente tal fazer, como alternativa de renda, se tornou o principal, senão o único trabalho artesanal, assim, as práticas materiais de uso dos recursos naturais vão ficando cada vez mais distantes, à medida que perdem seus direitos territoriais. Enfim, no caso de muitos, o trabalho tornou-se absolutamente alienável da natureza local, visto que não precisam mais “*tirar*” cipó para produzir; na encomenda do “*pedido*” são dispostos todas as matérias-primas pelo atravessador.

O afastamento de seu meio natural se relaciona à história local, que, como em boa parte do Brasil, foi marcada pela “abertura” do mercado de terras no regime de Sesmarias. Em Santa Catarina, após as concessões pelo regime de sesmarias em Garuva e região, houve também o pagamento da construção de estradas de rodagem com terras devolutas. Segundo Vieira, 2007, o governo do Estado pagou 61% das estradas de rodagem com terras devolutas, e “(...) entre estas

terras estavam as do Palmital (em nome da Empresa Industrial Agrícola Palmital Ltda (...))” (2007:120). A concessão de terras na região de Garuva para empresas de extrativismo, destacando-se a madeira e o palmito, marcou significativamente a paisagem e a cultura local. Almeida (2008), quando discute a questão dos territórios tradicionalmente ocupados e o mercado de terras esclarece que

A ocupação permanente de terras e suas formas intrínsecas de uso caracterizam o sentido peculiar de “tradicional”. Além de deslocar a “imemorialidade” este preceito constitucional contrasta criticamente com as legislações agrárias coloniais, as quais instituíram as sesmarias até a Resolução de 17 de julho de 1822 e depois estruturaram formalmente o mercado de terras com a Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, criando obstáculos de todas as ordens para que não tivessem acesso legal às terras os povos indígenas, os escravos alforriados e os trabalhadores imigrantes que começavam a ser recrutados. Coibindo a posse e instituindo a aquisição como forma de acesso à terra, tal legislação instituiu a alienação de terras devolutas por meio de venda, vedando, entretanto, a venda em hasta pública, e favoreceu a fixação de preços suficientemente elevados das terras, buscando impedir a emergência de um campesinato livre. A Lei de Terras de 1850, nesta ordem, fechou os recursos e menosprezou as práticas de manter os recursos abertos seja através de concessões de terras, seja através de códigos de posturas, como os que preconizavam o uso comum de aguadas nos sertões nordestinos, de campos naturais na Amazônia ou de campos para pastagem no sul do País. (2008:39-40)

Mais especificamente no contexto em estudo, a grande beneficiária da concessão de terras foi a companhia francesa *Paix & Cia*, como explica Vieira (2007:130):

A Sociedade Agrícola & Florestal do *Sahy* recebeu do Governo de Santa Catarina as terras do *Sahy* que estavam devolutas e/ou que estavam atreladas às “perdidas” sesmarias incultas, somando uma extensão de 35 mil hectares, conforme títulos públicos de 14 de janeiro de 1921 e de 26 de abril de 1922, ressaltando as antigas posses./ As terras em nome da *Paix & Cia* eram vastas, conforme um antigo mapa da Empresa Palmital Ltda, que apresenta lotes em nome da *Paix* no Palmital, no Saí-Mirim, nas Minas Velhas, no Sol Nascente, entre outras. (...) Em ofícios da Florestal do *Sahy* encontra-se um termo: Sesmaria Portella.

Em 1925, a dita sociedade cumpriu as devidas demarcações, pois o governo legitimaria, definitivamente, a concessão plena das terras devolutas do *Sahy* em favor da Paix. Isso se restringia às terras pendentes, lotadas por posseiros do interior do *Sahy*, alguns vivendo em suas respectivas terras desde meados do século XIX. Porém, provar isso tem gerado alguns impasses. Esses posseiros tinham suas terras “encravadas” - isto é, dentro da área de concessão da Paix & Cia”.

Para Vieira (2007:184)

“As concessões obtidas pela Paix & Cia., aliado as suas iniciativas, modificaram a paisagem humana pelo *Sahy*, armando-se um cenário apropriado para a implementação de diferentes atividades econômicas que vieram a consolidar a vila dos Barrancos”

Me interessa neste momento ressaltar que as iniciativas do Estado, desde o Império e as sesmarias, privilegiou a posse e a concessão de terras aos interessados em “torná-las produtivas” na economia baseada no extrativismo, de madeira e palmito principalmente, e agropecuária. Questiono se os colonos, caboclos, ou ribeirinhos, como afirmaria Vieira (2007), teriam as condições (informações, acesso aos cartórios, respaldo político) ao tempo das sesmarias em tornar-se posseiros das respectivas terras; creio que não. Embora o território em discussão não fosse definitivamente caracterizado por “desertos territoriais”, sendo “tradicionalmente ocupados”, o domínio da posse permeou meios alheios às possibilidades dos “caboclos”. Assim, mesmo que as práticas tradicionais locais determinassem uma estratégia de “uso comum” do território, com o tempo, a destituição da posse e o “fechamento” do território passou a impor uma nova lógica de relações entre os sujeitos e a natureza. Vieira (2007) ilustra o fato na passagem:

Atualmente, as terras do Lamin pertencem quase que em sua totalidade aos empreendimentos extrativistas da Comfloresta, que remanejou a população daquele lugar no

fim da década de 1970, por meio de compras e indenizações. O difícil acesso por uma estrada precária aliado à atividade florestal da Comfloresta, que praticamente não usa mão de obra, fez do lugar um “deserto populacional”. O Lamin, outrora, fora intensamente povoado, em 1939, possuía 38 habitações constituindo um vilarejo tão expressivo quanto os Barrancos. A atual Estrada do Cantagalo, que se apresenta veicular, é mais recente - era uma mera picada para carroças, e seu curso primitivo era mais à beira do canal. O Lamin que no passado foi próspero e promissor, não possui na atualidade qualquer morador, sendo coberto somente por pinus” (2007:168).

Há de se entender a emergência da identidade coletiva dos cipozeiros, suas práticas tradicionais, suas formas de relação com a natureza e seus problemas à face do processo histórico. Embora devesse ser complexo o processo histórico de posse e mercantilização do território é possível compreender em linhas gerais a lógica como tendo origem nas sesmarias, com posterior início de sua comercialização com o loteamento, a regularização por intermédio da Lei de Terras de 1850, e a deflagração da comercialização e formação das grandes propriedades fundadas nas antigas posses. Entendo que esta estruturação do mercado de terras seja absolutamente distinto das formas e uso e práticas tradicionais sobre o território, assim como afirma Almeida (2008) na citação anterior.

Muitas informações historiográficas levantadas por Vieira 2007, enriquecem a compreensão sobre a dinâmica de fluxos populacionais sobre o território em questão, ficando mais claros os dados coletados em campo como a concentração populacional nas sedes dos municípios, o “fechamento” de grandes extensões territoriais e de seus recursos naturais, a construção de estradas - estratégicas à “entrada e saída” de produtos no Estado, a mercantilização dos recursos naturais e por fim, o contexto histórico territorial daqueles que atualmente se auto-definem como cipozeiros.

3.2. Ambiente e Território Tradicionalmente Ocupado

Para Seu Jango (2007) “*o que é da natureza é de todo mundo*”, e embora na prática isso infelizmente não se repercute, a frase denota um valor de uso e uma compreensão de quem sobrevive do uso direto dos recursos naturais, da natureza. Dona Judith reforça a afirmação de Seu Jango, quando diz que “*Isso aqui, esse mato, esse rio, tudo que você vê daqui, é nosso, porque faz parte da nossa vida...*” (2007).

Os relatos feitos durante o tempo de pesquisa demonstram uma preocupação dos cipozeiros frente ao processo de “perda” dos recursos naturais. Essa noção de “perda” também está associada à formação dos cipozeiros quanto sujeitos políticos e sua manifestação sobre os direitos de uso da natureza, seria um indício de “desnaturalização” dos sujeitos, numa compreensão de que os sujeitos não são parte da natureza, mas possuem direito de uso dela, para sua sobrevivência em seu jeito de ser e existir.

Muitos são os discursos assumidos que colocam essa preocupação, entre eles destacam-se aqueles que apontam que antigamente não se comprava nada, e hoje se compra tudo, a necessidade de se percorrer longas distâncias para acesso aos recursos naturais, a restrição de livre acesso por jagunços, que mantêm partes do território “*fechados*”, onde antigamente eram “*livres*”, repressão por órgãos ambientais de fiscalização, que os tratam como “agentes da degradação”, o problema do desmatamento que exaure toda riqueza natural, a produção em monocultivo em vastas extensões de terra, que suprimem as áreas naturais e contaminam rios pelo uso de agrotóxicos, a ação do Estado na construção de rodovias, onde fiscais agem com repressão e as obras

destroem áreas naturais, etc. Assim, a descrição sobre o ambiente local no passado é exposto no lexico do “novo” ambiente.

“Antes tinha muito mais cipó. Tá acabando não é por causa da nossa tirada de cipó, porque se tira certo, o cipó brota de volta, não estraga nada. O pai tirou sempre cipó, há 50 anos; tirando assim certo, continua mais 50 anos. Diminuiu mesmo por causa do desmatamento, desmatação. Pra plantar pinheiro e eucalipto, também plantar arroz, pastagem, muita banana. / O pior é que hoje tem muita gente que tira, quando aperta as contas, mas que não é cipozeiro, mal sabe andar no mato, entra e tira tudo, verde, maduro, tiram até a mãezera! Aí vende, bruto, tudo misturado. Antes não tinha quem vendia, era só pra uso próprio, pra fazer seu artesanato - aí vai se acabando, e a nossa fama que fica ruim. A gente quer licença pra tirar do mato, e o pessoal que não sabe tirar acaba atrapalhando.” (Cipozeiros e Cipozeiras¹⁰ participantes da Oficina de Cartografia, 2007)

Assim, a realidade descrita pela “perda” do ambiente natural se revela em depoimentos de diversas formas, em variados discursos. Nas diversas localidades em que o MICI realizou o trabalho de mapeamento tais fatos vieram à tona rapidamente nos depoimentos, assim como foram percebidos através das vastas áreas em monocultivo de espécies como o pinus e o eucalipto, o arroz e a banana. A Ilustração 2.15 ilustra bem o fato.



Ilustração 2.15: Monocultivo de arroz e eucalipto, entre as comunidades de Sol Nascente e Bom Futuro em Garuva - SC. Foto: Douglas L. Antunes.

O contraste é claro entre os diferentes meios de relação e produção a partir da natureza, de um lado o grupo de cipozeiros, bem como outros povos tradicionais, lutam

10 Houve a solicitação durante a oficina para que estas falas não fossem individualizadas no fascículo. Conforme Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, Fascículo 9 (2007:3).

para sobreviver a partir de uma natureza em salvaguarda, onde os recursos são explorados de modo a prevalecerem no tempo, com estratégias de manejo que permitem a renovabilidade da vida e portanto a sobrevivência da própria comunidade; de outro a força de exploração imposta pela lógica da “super-produção” centralizada e acumulação de capital na mão de poucos. O fato “curioso” é o tratamento dado aos povos e comunidades tradicionais, aqui os cipozeiros, quanto “agentes da degradação”, pelo Estado. Uma frase corriqueira entre muitos informantes é de que “... o grande pode tudo, o pequeno não...”.

No depoimento de Dona Maria de Sol Nascente, fica clara a desigualdade de tratamentos e a indignação, quando sua família não podia fazer uma roça que “... *o meio ambiente vinha...*”, enquanto que paradoxalmente, na mesma localidade um morro inteiro foi subtraído para o aterramento de uma estrada. Neste morro estavam localizadas duas nascentes de água, e nem este fato impediu tal desmonte de terra. Quando questionei à essa senhora se “a fiscalização tá em cima de caça e palmito?”, ela respondeu remetendo-se ao passado:

“- Palmito mesmo acabou-se, caça... matava um, dois, pra comê. Mas é difícil né... me lembro podia matá anta e botá em cima da carroça [hoje oque é feito, é absolutamente escondido], carne a gente fazia... Agora... era época de fatura... bolo, bolacha, essas coisa não tinha. Mas a carne, o arroz, o feijão, a farinha tinha... a roça era a mesma coisa... hoje é cada um pra si. Se minha mãe matava um porco, nós ia levá um presentinho pra cada vizinho... era bem unido mesmo... Hoje não tem vizinho né?! [devido ao êxodo intenso] se não é registrado, não é nada, é perigo perder ainda a vaca que criou, o boizinho pra matá, o porco, porque agora tem que botá brinco, tem que dá baixa se morreu, se matou... Vamo pro morro [convidando-nos para fotografar o resto do morro em frente à sua casa]. É só tirar pedra, explorar, como eles dizem... o barro eles tão botando por aí [uso na construção da estrada para o porto de Itapoá]” (10/2009)



Ilustração 2.16: Fotografias de fonte de água subjacente ao “desmonte” do morro para construção de estrada. Fotos: Douglas Ladik Antunes.

Em meio à situação da entrevista para o mapeamento, os comentários e as fotografias, Dona Maria Hernaski (10/2009) afirmou:

“Nós cipozeiro vive da água, do meio ambiente, e eles falam que nós estraguemo o meio ambiente. Mas quem estraga o meio ambiente? É eles... os grande... O tio Feleco [Seu Felício] morou aqui uns trinta ano, ou mais né?! E não pôde mexê um... pra fazê um cabo de foice. Como eles puderam fazê uma desgraça dessas no morro? Como eles podem fazê isso?(...) [e Dona Maria complementou:] - Tu acha que essa cachoeira não vai secar com eles estourando ali?”

Algumas destas localidades visitadas, referenciadas como território de uso comum no “*tempo dos antigos*”, levam nomes que remetem à determinados recursos e à paisagem natural, como por exemplo Palmital, Tamanduá, ou ainda Bom Futuro que até 1938 era conhecido por “Chiqueiro” pela grande quantidade de catetos nas imediações (Vieira, 2007); *Sahy-mirim* quer dizer em tupi “olho vivo pequeno”, bem como *Sahy-guaçú* significa “olho vivo grande”, mas também é o nome de uma ave (idem, 184:2007). Para o mesmo autor, que documenta o processo de concessão de terras e o uso dos recursos por empresas extrativistas e agropecuárias na colonização da Península do Sahy e nas localidades de Três Barras, Palmital e Barrancos, um fator de forte influência na paisagem local foi a intensa extração de madeira desde o século XIX, que foi responsável pelo uso do boi na região, empregado no reboque da toras (ibidem, 2007). Atualmente,

em grande parte do território destas comunidades, sob posse de grande empresários, estão “fechadas” ao uso dos cipozeiros, como demonstra a Ilustração 2.17..

Ilustração 2.17: Placa de restrição de acesso ao território contíguo ao



cemitério em Mina Velha. Foto: Douglas Ladik Antunes.

As placas, como esta acima, são muito comuns nas diversas comunidades da região em estudo. Em Palmital, uma placa era complementada pela ameaça “sujeito à prisão”, o que representa a inacessibilidade aos recursos que permitem a sobrevivência e a reprodução de sua cultura no território que há tempos atrás era de livre acesso e uso comunal, e também a repressão e violência institucionalizada praticada. Em entrevista, Dona Judith Lopes, ilustra bem alguns aspectos da paisagem local e sua dinâmica, bem como a restrição ao livre acesso no território:

“... mudou muita coisa por causa do reflorestamento né... o reflorestamento acabou muito com a natureza... a distância era bem mais perto, no caso aqui já ao redor de casa tinha cipó... agora não, agora a gente tem que se deslocar pra mais longe. Antes atravessava o rio e já tinha cipó ali... agora não, agora tem que ir mais longe. Porque agora alí é proibido... na Weg no caso, nessa fazenda que pertence à Weg já não pode mais tirar cipó. Onde eu tiro não é autorizado também, só que os proprietários não se importam, eles querem a terra, eles não querem o que tem em cima, desde que não haja invasão de terras, não tem como eles se negar a dar cipó... Caça tem bastante ainda, desde que não seja caça esportiva

né?! No caso de caçá pra comer tem... e tem até onça pra quem quizé [risos]... e, tem peixe, ainda tem bastante no rio, quando não tem excesso de veneno de arroizera... Palmito tem muito pouco, porque quanto mais proibido, mais se tira... Palha tem, o musgo, tem lugar que tem, que é o veludo que dizem, né, que é o musgo molhado e musgo seco... Que mais, tem a samambaia, tem o cipó timbopeva que é o cipó de liaça, isso quase ninguém tira também... só que depende do lugar, varia de um lugar pra outro, tem lugar que tem e lugar que não tem... acho que é, a palha, o musgo, o palmito, palmito mesmo é muito difícil de você achar um palmito na matriz, só palmitinho novo, porque os palmito melhor mesmo já foi tirado tudo, porque quem não tira de algumas fazenda, o pistolero mesmo vende, por isso que eles não permite as muitas vezes que as pessoa entra pra tirá cipó, porque eles qué vendê o palmito né, se aparece uma pessoa tirando cipó lá, vai vê que tá sendo tirado palmito e vai botá a boca no trombone...aí... por isso que eles não qué mistura de cipozeiro com pistolero... [sobre as caças:] Tem veado, tem capivara, tem quati, tem o tamanduá, tem onça, tem cutia, tem tatú, que é o que mais tem, tem... porco do mato... o cateto... isso só o que eu conheço que eu sei que tem que eu já vi...” (02/2011)

Mesmo hoje a cobertura vegetal remanescente, é de extrema importância à sobrevivência dos cipozeiros em seu modo de vida. Como já mencionado no capítulo anterior, são diversas as fontes de recursos naturais utilizadas na cultura material dos cipozeiros, que vale relembrar na tabela abaixo:

Tabela 2.5: Recursos naturais utilizados pelos cipozeiros e suas categorias de uso. Fonte: pesquisa de campo e mapeamento situacional.

Recurso Natural	Categoria de uso*	Grau de Beneficiamento	Finalidade
Cipó imbé	Utilitários como balaies, cestos, bandejas, decorativos, pequeno uso da casca como em cercas	Cipó bruto mas principalmente limpo	Uso (menor) e comercialização (maior)
Timbopeba ou Timbopeva (cipó liaça)	Vassouras, cestos, balaies, etc	Descascado e “rachado”	Uso (U) e comercializ. (C)
Perí	Esteiras	Seco	U e C
Tabôa	Esteiras, bolsas, utilitários	Seco	U e C

Taquaras e Bambus	Pequenas soluções construtivas, covo, vara de extração, peneiras, etc	Maduro ou verde, depende da demanda	U
Veludo ou Musgo verde	Material para floriculturas e funerárias	Seco	C
Plantas medicinais**	Medicinal, (garrafadas e benzimentos)	Verde ou seco	U
Samambaia	Material para floriculturas	Verde	C
Palmito	Alimentação - subsistência,	-	U, antigamente tinha comercialização livre
Tucum (“antigos”)	Fios, redes, café de tucum com os coquinhos	Fiação	U
Imbira (“antigos”)	Tapetes, esteiras, amarrações	Fiação	U
Madeiras, como a Cacheta, Gapiruvú, etc. (“antigos”)	Canoas, caixas, casas, estruturas e esculturas diversas	-	U
Palhas / Guaricana	Arranjos para floricultura, telhado de casas	Seco	C e U (“antigos”)
Palha de bananeira (em menor escala)	Bolsas, adereços, etc	Seca	C
Samambaia Verde	Floricultura	Verde	C
Frutas (pitanga, goiaba, araçá, acerola, etc)	alimentação	<i>In natura</i> / congelado	U
Solo	Agricultura (verduras, frutas, aipim, etc)	-	U e C
Caça (quati, paca, tatu, macuco, queixada, capivara, veado, etc)	Alimentação - subsistência		U
Pesca Artesanal (tainha, robalo, etc)	Alimentação - subsistência		U
Coleta de	Alimentação - subsistência		U e C

Caraguejo			
“ <i>Criação</i> ” (vaca, galinha, porco, etc)	Alimentação - subsistência		U

* a categoria de uso é feita a partir de uma tradução externa, com base em evidências verificadas em campo.

** não pesquisei.

No Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina, (Klein, 1978), refere-se à região de estudo com a predominância da Floresta Tropical Atlântica, sendo que (...) “ao norte da costa catarinense, bem como no Vale do Itajaí, as encostas são bastante íngremes, formando vales estreitos e profundos, cobertos por densa floresta até quase o alto. (...)”. Esta floresta atlântica é formada por árvores de 30 a 35 metros de altura

“(...) entremeadas por diversos estratos ou sinusias inferiores, constituídas por árvores, arvoretas e arbustos, a sua principal característica. É portanto estruturada em forma sinusial formando diversos estratos ou andares (sinusias) definidos por tamanhos e espécies diferentes, a saber: o estrato das árvores, das arvoretas, dos arbustos e finalmente do herbáceo. Além das supramencionadas sinusias a floresta apresenta uma densidade extraordinária em **epífitas**, onde se destacam os representantes das famílias Bromeliáceas, Orquidáceas, **Aráceas**, Piperáceas, Gesneriáceas, Cactáceas, e diversas famílias de samambaias (Pteridófitas), e grande número de **lianas lenhosas** (...) / Ao longo do litoral norte de Santa Catarina, desde a desembocadura do **Rio Saí-guaçú** até o **Rio Itapocú**, se estendem vastas planícies quaternárias, cobertas por um tipo bem característico de mata, bastante uniforme quanto à sua composição, bem como quanto ao seu aspecto fisionômico. (...) / O mais importante, em virtude de ocupar maior parte da área, é caracterizado pela abundância de capivá (Tapira guianensis), canela-sassafrás (Ocotea pretiosa), canela-amarela (Ocotea aciphylla), canela-garuva (Nectandra rigida), o guanandi ou olandi (Calophyllum brasiliense) e o tanheiro (Alchornea triplinervia), entremeadas por grandes figueiras (Ficus organensis), que emprestam ao conjunto destas matas um aspecto homogêneo e bastante característico. / O outro se situa nas depressões do terreno, onde há pequenos cursos de água, sendo caracterizado principalmente pela abundância do pau-de-santa-rita (Richeria australis), árvore exclusiva da zona norte das planícies do litoral, abrangendo assim, área bastante limitada. / Como árvores características destas planícies quaternárias convém citar ainda: o pau-angelim (Andita fraxinifolia), a canela-sebo (Persea racemosa), o

capororocão (*Rapanea venosa*) e a baga-de-pomba (*Byrsonima ligustrifolia*). (...) / Espécies arbóreas de valor econômico: Olandi, figueira, canela-sassafrás, canela-garuva, e o pau-de-santa-rita. (...)” (grifos meus, 1978:3-4)

Destaco o esclarecimento anterior de Klein (1978) para compreendermos melhor a disponibilidade de recursos madeiros, inclusive com uso de valor econômico, assim como sua descrição sobre a presença de epífitas, samambaias e lianas (trepadeiras), sendo que este último grupo inclui o cipó imbé. A disponibilidade de tais recursos compõem os saberes e práticas tradicionais dos cipozeiros, assim, como os cipozeiros influenciam na permanência e disponibilidade de recursos em seu ambiente, entendendo que a natureza é resultado deste um jogo de relações. De fato, a posse e titularidade da terra em domínio de fazendeiros: empresários da produção agropecuária, tem configurado uma nova composição paisagística, de características menos diversas em espécies e de predominância de plantas exóticas, que, como apontam muitos depoimentos, resultam na supressão da vegetação descrita por Klein (1978).

3.2.1. O Mapeamento Situacional

O processo de mapeamento situacional, descritivo da situação atual dos cipozeiros é também conhecido por mapeamento social. Seu foco central está no uso de tecnologias acessíveis para a elaboração de mapas que expressem as situações sociais vividas, e, em que ao mesmo tempo seja um meio de pesquisa - em nosso caso qualitativa, e instrumentalização dos grupos auto-cartografados. As formas de mapeamentos “participativos” vem sendo realizados no mundo todo, cada qual com enfoques e interesses específicos. Para Acselrad & Coli (2008), embora a

elaboração de mapas por pessoas de comunidades remonte o início dos anos 1970, sua disseminação de uso ocorreu somente por volta dos anos 1990 em diversos lugares do mundo. Os autores afirmam que

A partir dos anos 2000, constituem-se no mundo diversas redes, grupos e “comunidades” envolvidas com o uso de SIG e de mapeamentos que se afirmam participativos, constituindo uma espécie de “sub-campo” da cartografia participativa no campo mais amplo das práticas da representação cartográfica. Este sub-campo da cartografia participativa constitui o domínio social delimitado por premissas institucionais, culturais e cognitivas, onde atores sociais orientam estrategicamente suas ações disputando legitimidade no âmbito das representações espaciais. Neste sub-campo constroem-se fronteiras simbólicas, técnicas e morais com relação a outras práticas organizadas, configurando certa perícia legitimada, redes inter-pessoais e organizacionais, distribuição de recursos e regras internas de jogo. Tendo como referência o campo da produção cartográfica, este sub-campo caracteriza-se pelo fato de nele certos empreendedores institucionais empenharem-se em problematizar a cartografia convencional promovendo as tecnologias do mapeamento dito participativo, alegando sua autoridade/perícia legítima para fazer valer as reivindicações sobre territórios e seus recursos por parte de populações locais. (Acselrad & Coli, 2008:17-18)

As formas de uso das tecnologias de registro cartográfico são variadas, desde aquelas elaboradas “ilustrativamente” a partir de mapas “mentais” em representações por desenhos até as elaboradas com o uso de equipamentos como GPS e Sistemas de Informações Geográficas - SIG. Para Corbett *et alli* (*apud* Acselrad & Coli, 2008), os mapeamentos participativos podem ser definidos como:

Cartografia efêmera: Este método muito básico envolve o traço de mapas no chão. Os participantes utilizam matérias-primas, tais como terra, seixos, gravetos e folhas para representar a paisagem física e cultural. / *A cartografia de esboço* é um método ligeiramente mais elaborado. Esboça-se um mapa com base na observação ou memória. Não conta com medidas exatas, tais como escala consistente ou referências geográficas. Normalmente envolve o desenho de símbolos em folhas grandes de papel para representar as características da paisagem. / *A cartografia de escala* é um

método de produção de mapas mais sofisticado, que visa a gerar dados de referências geográficas. Isso permite o desenvolvimento de mapas de escala relativamente exata e com referências geográficas que podem ser comparadas diretamente com outros mapas. / *A Modelagem 3D* integra os conhecimentos geográficos com os dados de elevação, produzindo modelos de relevo tridimensionais autônomos, de escala e com referências geográficas. Assinalam-se no modelo as características geográficas relativas aos usos da terra e sua cobertura usando tachas (pontos), estames (linhas) e tintas (polígonos). Ao completar o modelo, aplica-se uma grade de escala e geo-referências para facilitar a extração ou importação de dados. Os dados representados no modelo podem ser digitalizados e marcados graficamente. Os *foto-mapas* são impressões de fotografias aéreas (ortofotografias) que são corrigidas geometricamente e dotadas de referências geográficas. Os mapas de ortofotografias constituem uma fonte de dados precisos, obtidos por sondagem remota, que podem ser utilizados para projetos cartográficos comunitários de grande escala. Os membros da comunidade podem delinear o uso de terras e outras características significativas em transparências sobrepostas no foto-mapa. (2008:20-21)

Para os autores o emprego de tecnologias digitais pode repercutir no afastamento das pessoas das comunidades do processo de sua construção. O que é um fato, à medida que o manuseio de *softwares* e computadores se tornem inacessíveis por exigirem especialização. Assumindo a existência destas possíveis limitações, o que ocorreu no campo de pesquisa foi o afastamento da comunidade no processo computacional, de uso de softwares para a preparação do mapa final, porém, mesmo assim é inegável sua importância quanto processo de discussão, formação e apropriação do discurso sobre os conflitos territoriais vividos na extensão do território, não se limitando à visão particular da família em sua comunidade; o que caracteriza a formação política dos atores envolvidos no processo cartográfico. Como enfatiza Acselrad & Coli, 2008:

Verificamos como, no Brasil, as experiências podem estar associadas tanto à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a formas de explicitação de conflitos sócio-territoriais ou a formas de antecipação dos

mesmos para fins de controle estatal do território. É importante, por essa razão, buscar-se identificar a natureza das tramas territoriais subjacentes às práticas de mapeamento, assim como da trama propriamente cartográfica em que estão envolvidos os distintos sujeitos dos mapeamentos, e, por fim, a interação entre esses dois planos, o da disputa cartográfica e da disputa territorial. Para clarificar o sentido dos esforços realizados em nome de uma democratização das políticas cartográficas, caberá sempre perguntar: **qual é a ação política a que o gesto cartográfico serve efetivamente de suporte?** Esta ação política terá, em permanência, que ser esclarecida nos termos das linguagens representacionais, das técnicas de representação e dos usos dos resultados, assim como, da trama sócio-territorial concreta sobre a qual ela se realiza. (2008:40-41) (grifos meus)

No caso específico dos cipozeiros, em termos práticos / metodológicos, a discussão estratégica sobre a pesquisa territorial envolvendo o mapa ocorreu sobre a base cartográfica da região delimitada, sendo ela mesma uma elaboração demandada pelo grupo a partir de diferentes bases¹¹ dos estados do Paraná e Santa Catarina. A base cartográfica foi montada no Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social de Guarapuava, sendo impressa em *plotter* (em formato A1) e tendo os registros dos lugares¹² principais feitos manualmente, à caneta. A referida estratégia de pesquisa se deu nas discussões em reuniões, quando foram

11 Foram utilizadas as seguintes bases cartográficas: Hidrografia 1:1.000.000 - Serviço Geológico Brasileiro; Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina - EPAGRI/IBGE 2004; Mapa de Unidades Hidrográficas de Santa Catarina - EPAGRI/SDS 2005; Remanescentes Florestais de Mata Atlântica - Centro de Sensoriamento Remoto/IBAMA 2007; Malha Municipal Digital do Brasil IBGE/DGC/DECAR 2001; Base Digital da América do Sul - NIMA 2005; Levantamento de Campo 2010.

12 Para Bourdieu (2008:160) (...) O lugar pode ser definido absolutamente como o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe. Quer dizer, seja como localização, seja, sob um ponto de vista relacional, como posição, como graduação em uma ordem. (...) Os agentes sociais que são constituídos como tais em e pela relação com um espaço social (ou melhor, com campos) e também as coisas na medida em que elas são apropriadas pelos agentes, portanto constituídas como propriedades, estão situadas num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa pela relação com os outros lugares (acima, abaixo, entre, etc) e pela distância que os separa. (...)

estabelecidas as partes do território de início de pesquisa e seu desencadeamento. Em um segundo momento do mapeamento houve o espaço aos esquemas de representação do grupo, digamos simbólicos, no processo de elaboração das legendas, pois foi quando alguns elementos gráficos representativos emergiram durante o debate sobre os conflitos territoriais e as práticas tradicionais existentes, como será visto mais adiante.

Em termos de procedimentos de pesquisa empírica, o mapeamento situacional, ou mapeamento social foi uma forma muito apropriada para a coleta de informações, tendo em vista a qualidade dos depoimentos registrados. Esta qualidade se deu principalmente pela forma de abordagem das entrevistas, feitas pelos próprios cipozeiros, em que, se estabelecendo uma relação de confiança, a partir de um reconhecimento entre “iguais” e da solidarização aos problemas apontados, muitos temas “vieram à tona” sem receios em sua colocação. Em alguns momentos os depoimentos foram tomados à medida que os “cipozeiros entrevistadores” ajudavam no “tecido” do artesanato do “cipozeiro entrevistado”. Por se caracterizar como pesquisa qualitativa, as entrevistas foram realizadas por indicação de conhecidos entre uma entrevista e outra, tendo como “pergunta -chave” a solicitação da indicação¹³ de um nome considerado referência quanto cipozeiro em cada localidade, de forma que cada entrevistado fosse reconhecidamente identificado como cipozeiro em sua comunidade. Algumas entrevistas, por ocorrerem sem agendamento prévio e simplesmente com a abordagem dos informantes no decorrer de suas práticas diárias, aconteceram com mais de uma família ao mesmo tempo, em ocasiões em que

13 A pergunta específica praticada era “Tem algum cipozeiro que mora por aqui?” - no caso das regiões em que não havia referência conhecida.

coincidentalmente estavam reunidas.

Ilustração 2.18: Cipozeiras em campo - entrevista para o Mapeamento



em Bom Futuro. Foto: Douglas Ladik Antunes.

Mesmo que determinadas famílias estivessem afastadas do “tecido” atualmente, elas foram consideradas e registradas como “cipozeiras”, por entendermos que parar o tecido é uma condição circunstancial, devido à motivos específicos que impediram a continuidade do “tecido” quanto atividade econômica, sendo que, para estas famílias, continua havendo o domínio do saber ligado ao artesanato, e quando necessário tal saber pode ser acionado quanto prática. Esta compreensão temporal se estende ao conceito de “situacional” do mapeamento, pois este é proposto como uma forma de compreensão da situação atual, podendo ser reelaborado conforme as dinâmicas territoriais que exijam uma compreensão futura das formas de relação dos sujeitos e das comunidades.

O processo de mapeamento situacional pode ser entendido como a continuidade do processo de auto-cartografia dos cipozeiros, esta última, por sua vez, foi realizada em universo mais focado, e publicada no Fascículo 9: Cipozeiros de Garuva, da série Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil em 2007. Nesta ocasião foram observados os locais de conflitos, os principais pontos de

coleta de diversos recursos naturais - incluindo o cipó imbé, as principais dificuldades e reivindicações do grupo articulado e mobilizado nesta discussão. Foi um momento, fora toda a sistematização do conhecimento produzido, de afirmação da identidade social quanto cipozeiros tradicionais, e início da definição mais precisa dos antagonistas sociais, na tentativa de ganho de visibilidade e ampliação da luta pelos direitos coletivos.

A cartografia social é normalmente realizada na abrangência territorial da cultura em estudo, porém, em nosso caso ficou focada na região conhecida como Mina Velha, devido ao maior envolvimento de pessoas dessa região. Hoje, reconhecidamente tal processo cartográfico tornou-se insuficiente para explicitar toda abrangência territorial e situacional em que vivem os cipozeiros articulados no Movimento Interestadual de Cipozeiros e Cipozeiras - MICI. Tal fato de fundação do MICI se deu como repercussão da publicação do Fascículo 9, em articulação com outros movimentos sociais representantes das identidades coletivas do estado do Paraná, mobilizados na Rede Puxirão¹⁴ dos Povos e Comunidades Tradicionais. Em outras palavras, parafraseando Almeida (2008), são as identidades coletivas objetivadas nos movimentos sociais, claro que não compreendendo a identidade somente nesta objetivação, mas sim como algo muito mais amplo que, para determinados encaminhamentos produzem a objetivação.

O processo de ampliação da visibilidade dos cipozeiros envolveu principalmente o citado fascículo e a divulgação, no âmbito nacional, do vídeo Cipozeiros da Mata Atlântica, no programa Globo Ecologia. Após tal divulgação,

14 Puxirão aos faxinalenses significa mutirão, aos cipozeiros o termo mais usado em referência ao mutirão é matirão. A origem etimológica provavelmente faz referência ao tupi-guarani *Potyrõ* e significa “todas as mão juntas”, no dicionário Tupi-Português Luiz Tibiriçá (2001) o termo significa “trabalho em grupo”.

membros da Rede Puxirão passaram a participar de reuniões de articulação em Garuva, e posteriormente os representantes indicados dos cipozeiros passaram a atuar nas ações da Rede no Paraná. Tal processo de articulação vem repercutindo no amplo processo de formação política dos cipozeiros, que é facilmente perceptível nas elaborações discursivas dos mais participantes, bem como no maior envolvimento e comprometimento com as ações em rede. Vale ressaltar a contiguidade entre Garuva e o município de Guaratuba - PR, e a grande proximidade entre Garuva e Curitiba, capital desse estado.

O trabalho da Rede Puxirão, em ampla frente de ação, envolve no âmbito local tanto a mobilização das identidades coletivas, com a frente política de discussões de leis municipais, acordos comunitários, elaboração de denúncias contra aqueles que ferem os direitos das comunidades envolvidas, quanto no âmbito regional a articulação de frentes parlamentares e a integração de grupos de trabalho naquele estado. Atualmente, em constante articulação, a Rede envolve os seguintes povos e comunidades tradicionais: faxinalenses, ilhéus (atingidos pela represa da usina de Itaipú, até hoje sem indenização), quilombolas (de diversas comunidades), guaranis mbyá, xetás, benzedeiros, pescadores artesanais, cipozeiros e integrantes das religiões de matriz africana. Desta Rede foram indicados um representante por grupo, ou segmento - como os mesmos se referem, que constituíram um grupo de trabalho para a elaboração da minuta¹⁵ da Lei Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (que é a versão estadual do Decreto nº 6.040), tal grupo de trabalho foi instituído mediante um decreto do então governador do Estado Roberto Requião.

15 Veja a minuta da Lei no Anexo 4.

Em meio a este processo de instrumentalização dos cipozeiros com o processo cartográfico, e na ampliação da compreensão política sobre a existência de sua identidade coletiva em um amplo território, os cipozeiros propuseram e iniciaram o mapeamento situacional do grupo, com o apoio de assessores da Rede Puxirão e pesquisadores de outras instituições, onde me incluo. Neste novo tipo de processo cartográfico seu foco foi a fundamentação de informações mais condizentes às realidades dessa identidade coletiva em suas respectivas localidades, como o número de famílias cipozeiras por comunidade, seus principais conflitos locais, seus recursos específicos e seus meios de relação com a natureza, seus antagonistas sociais, suas principais atividades econômicas entre outros elementos que serão pormenorizados posteriormente. Adianto que tais “novos” conhecimentos me levaram ao repensar o Design, problematizando e construindo uma crítica ao seu enfoque quanto “solucionador de problemas”.

Como forma de comprovação da coleta das informações em suas respectivas comunidades, os locais de entrevista foram geo-referenciados com o uso de GPS - *Global Positioning System* (ou Sistema de Posicionamento Global), também foram feitos registros fotográficos das famílias entrevistadas (entrevistas semi-estruturadas), as entrevistas foram gravadas em sua maioria e transcritas. As entrevistas não gravadas foram imediatamente descritas nos cadernos de campo e nas planilhas de dados. Assim, as informações foram sistematizadas com o apoio dos pesquisadores¹⁶ e encaminhadas para o processo de elaboração cartográfica em ArcGis, com apoio do

16 A equipe de pesquisadores e assessores incluem: Taísa Lewitzki (assessora da Rede Puxirão), Roberto de Souza Martins (professor do Instituto Federal do Paraná), Renato Alves Ribeiro Jr. (ex-bolsista de iniciação científica da UFPR).

Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social em Guarapuava. Como tais informações são de propriedade específica dos cipozeiros me reduzirei aqui a relatar as atividades em que participei e demonstrar meu olhar sobre essa experiência.

Os roteiros de mapeamento foram definidos pelos cipozeiros do grupo de coordenação das ações do MICI, com participação direta de 5 adultos e jovens - filhos e netos dos cipozeiros envolvidos (vale salientar a participação de Dona Maria Hernaski, Dona Judith, Dona Judith Lopes, Dona Ruth, Dona Marlene, Seu Jango, Seu Carlos, Dona Laurinda, Seu Avelino, Dona Irene, e entre os jovens - Leslie, Neguinho e Bianca). Tais interessados foram capacitados, em novas oficinas, para o uso dos equipamentos: máquina fotográfica digital, GPS e gravador portátil, na ocasião das saídas a campo para registro dos depoimentos. Os adultos se sentiram mais a vontade ao uso de gravadores e máquina fotográfica, enquanto que os jovens manusearam com facilidade todos equipamentos, ficando ao seu encargo principalmente a “marcação” de pontos no GPS, visto que praticamente todos os adultos tinham maior dificuldade com este equipamento e delegaram seu uso ou aos jovens ou aos pesquisadores, sempre lembrando: *“pegue o ponto aqui”*, ou ainda: *“já marcou o ponto? Então marque!”*. Fora a importância das informações coletadas, e descritas adiante, a situação social de realização do mapeamento foi muito rica, por conta das discussões geradas a partir dos depoimentos e também pelos relatos ao longo dos trajetos entre as comunidades.

Na definição dos roteiros foi perceptível uma predileção por localidades no Paraná, por estarem participando de ações da Rede Puxirão na elaboração de instrumentos jurídicos nesse estado. Outro elemento que influenciou na escolha do Paraná como ponto de partida foi,

segundo a representante dos cipozeiros na Rede, o depoimento de um técnico do Instituto Chico Mendes - ICMBio (antigo IBAMA) da possibilidade de estabelecimento de uma Unidade de Conservação, onde é atribuído o rótulo de “Alvo de Conservação” ao território de uso coletivo, sem contar com a existência da APA de Guaratuba, onde cipozeiros são sistematicamente vítimas de violência. Tal pretensão foi confirmada quando vi um mapa de elaboração da referida ONG com menção ao território em questão.

Na imagem abaixo são destacadas as comunidades de cipozeiros onde foram coletados e registrados os depoimentos e marcados os pontos. Os pontos amarelos se referem a saídas de campo em que participei diretamente como motorista, ocasionalmente como mecânico, e claro, como pesquisador. Destaco tais “papeis” por considerar inerente a este tipo de pesquisa, ou ainda à pesquisa-ação - onde vale lembrar Thiollent (2004) sobre a distinção entre os objetivos de pesquisa e os objetivos de ação; em que cabe ao pesquisador “descer de seu pedestal” e “carregar caixas”.

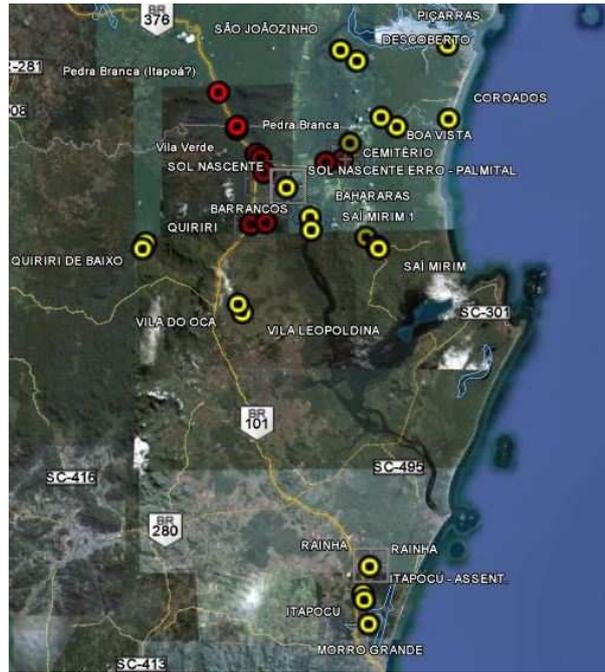


Ilustração 2.19: Imagem das localidades do Mapeamento Social (até abril de 2010). Adaptado do programa Google Earth em 17/05/2010.

Certa vez, em saída ao Descoberto, no município de Guaratuba - PR, em estrada de terra 13 Km “mato a dentro”, ao passar em uma enorme poça d’água o carro pifou e parou, eu estava com mais três senhoras cipozeiras, sem qualquer sinal de celular e boa ameaça de chuva. Imediatamente pensei: “tomara que o distribuidor esteja molhado”, pois, por estar sem nenhuma ferramenta, seria a única coisa que poderia fazer ali: secá-lo. Desci do carro, abri o capô, abri o distribuidor, sequei-o, entrei no carro, acionei a chave - o carro ligou - que alívio. Neste momento entre o nervosismo e o alívio Dona Ruth afirmou – “*olha, além de motorista ele é mecânico*”; rimos bastante, e em uma breve discussão resolvemos retornar, e retomar o mapeamento naquela localidade em um dia mais seco.

Minha participação na qualidade de motorista e pesquisador foi igualmente “roteirizada” pelos cipozeiros, que ao definir os locais de destino do mapeamento enfatizavam a importância, a justificativa por tal localidade, e com o tempo começaram a exigir minha presença mais

assídua, assim como a de outros pesquisadores. Munidos dos equipamentos fomos às localidades com uma estratégia de abordagem que produziu efeitos positivos na coleta dos depoimentos; assim como com ações que parecem banais, em princípio, mas que foram fundamentais no alcance de certos depoimentos, como situações de ameaça de morte, despejo, repreensões diversas, etc. Primeiramente, nunca seguíamos às comunidades sem referências de conhecidos, ou mesmo acompanhados por antigos moradores dessas comunidades. Mas nem sempre isso foi possível. Certa vez em Guaratuba - PR, na procura por cipozeiros no bairro de Piçarras - batendo de porta em porta - fomos abordados e revistados pela Polícia Militar. Segundo o policial, haviam recebido uma denúncia anônima de um carro, com descrição semelhante ao nosso, munido de armas de fogo. Nesta ocasião estávamos em quatro pessoas, eu, duas senhoras cipozeiras (Dona Judith e Dona Ruth) e uma criança (Leslie, ou Lele), neta de uma das senhoras. Somente eu fui revistado, assim como o carro, e, em meio à ação uma das senhoras se pôs a explicar nossa pesquisa. Este fato produziu boas risadas depois, em suas falas, Dona Ruth sempre afirmava (...) “*o preto ficou branco na hora*” (referindo-se a mim), e fechava a conversa com orgulho - “*o policial pediu mil desculpas no fim*”.

Tal acontecimento foi marcante de que a estratégia de chegada e abordagem nas comunidades era um fato a ser bem pensado. E com o processo de pesquisa apropriado pelos cipozeiros, essa estratégia era definida anteriormente às saídas - incluindo convites à pessoas conhecidas para a saída nas comunidades em questão, procura de referências geográficas mais específicas dos potenciais informantes locais, etc; de maneira que, com minha chegada em Garuva, para essas saídas a campo, tudo já estava preparado e articulado, restando minha contribuição principal: dirigir. Nas

comunidades sempre os cipozeiros eram os primeiros à fazer a abordagem nas casas e a apresentação dos objetivos de estarem em pesquisa, nestes minutos iniciais permanecia-me no carro, em organização do caderno de campo. Quando me juntava ao grupo era apresentado como pesquisador, aparentemente não produzindo apatia inicial, pois somente somava ao trabalho, e não o realizava. Assim, as conversas se davam de iguais para iguais, naturalmente, minha participação se resumia a dúvidas ocasionais, à lembretes sobre informações em esquecimento, e em algumas ocasiões em maior detalhamento sobre aspectos de direitos como a Constituição Federal de 1988, a Convenção 169 da OIT, o Decreto 6040 de 2007, entre outros (tais pontos serão detalhados em sub-capítulo 2.4. Os Cipozeiros e seus Direitos).

A ordem cronológica das saídas de campo em que participei são dispostas na Tabela 2.6, os informantes foram ocultados, porém, mantêm-se sob registro nos materiais de pesquisa; adiante enfatizarei os aspectos mais importantes relatados. Nesta tabela, as linhas em verde representam as entrevistas realizadas em 2009, as cinzas em 2010.

Tabela 2.6: Localidades de entrevistas e principais conflitos relatados.

Ponto no GPS	Município	Comunidade	Número de Famílias	Data	Principais Conflitos Relatados
70	Garuva	Cemitério	0	06/07	muitas famílias residiam no local antigamente, hoje há somente uma fazenda com restrição de entrada.
72	Guaratuba	Descoberto	60	07/08	fiscalização pela força verde em relação a diversos recursos, falta de matéria-prima, acesso restritivo por jagunço, plantio de pinus, preço muito injusto, longos trajetos para a retirada, acesso restrito na conflorresta, fiscalização de cargas na saída
73	Guaratuba	S. Joãozinho	5	07/08	fiscalização pela força verde, falta de matéria-prima, acesso restritivo por jagunço, repressão da força verde nos roçados
74	Garuva	Mina Velha	15	07/08	falta de matéria-prima, acesso restritivo por jagunço, desmatamento
75	Garuva	Mina Velha	11	07/08	fiscalização, grilagem, falta matéria-prima, desmatamento
76	Guaratuba	Coroados	3	07/08	falta matéria-prima, fiscalização sobre a pesca, especulação imobiliária

79	Garuva	Mina Velha	14	04/09	preço muito injusto, falta matéria-prima,
80	Garuva	Mina Velha	20	04/09	falta de compradores, falta matéria prima
81	Garuva	Mina Velha	-	04/09	parou de tecer por causa da estrada, calote do atravessador, falta matéria prima
82	Garuva	Mina Velha	-	04/09	parou de tecer por causa da estrada, ameaças pelo estado (fiscais do projeto), falta matéria prima
86	Garuva	Sol Nascente	2	02/10	fiscalização polícia ambiental; falta apoio governo; pouco cipó; grilagem; jagunço (weg); ameaças governo - expulsão da terra; impactos extração de saibro e rocha; rio baixo (degradado)
87	Garuva	Bom Futuro	3	02/10	falta matéria-prima.; exodo intenso; restrição a pesca; ameaças "tubarão"; contaminação de rios (sacos de pássaros mortos); fiscalização polícia; restrição de roçado; rio baixo
88	Garuva	"cidade"	200	19/11	grilagem bananeiro, conflito fazendeiro mst, preço mal pago
89	Garuva	"cidade"	-	19/11	grilagem, falta matéria-prima, preço injusto, restrição por jagunço, dependência do atravessador
95	Guaratuba	Piçarras	70	15/12	falta matéria-prima; fiscalização policia ambiental; jagunços; longos trajetos; palmito
97	Guaratuba	Mirim	-	15/12	longos trajetos para tirar de cipó
97	Guaratuba	Mirim	-	15/12	preço mal pago; muitas dívidas por calote
112	Guaratuba	Cedro / Empanturrado	11	15/12	preço baixo; falta matéria-prima; longos trajeto para tirar cipós; restrição caça; restrição roçado / obs: utilizam remédio do mato
115	Joinville	Vila do Oca	2	16/12	fiscalização polícia ambiental; falta matéria-prima; restrição de acesso; pistoleiro
116	Joinville	Vila Leopoldina	54	16/12	falta matéria-prima; pistoleiro; ameaça pela especulação imobiliária; restrição ao palmito e liaça
118	Garuva	Quiriri de baixo	1	16/12	preço baixo; falta liaça; restrição de acesso; não reconhecimento
121	Garuva	Quiriri	7	16/12	acesso ao comércio; falta liaça; fiscalização org. ambientais; preço injusto; restrição pela apa; excesso de valorização da terra; não reconhecimento do trabalho
124	Garuva	Barrancos	2	12/03	plantio de pinus e eucalipto (confloresta); exodo intenso; fiscalização
125	Garuva	Bahararas	1	12/03	fiscalização meio ambiente; restrição ao uso de diversos recursos; pouca matéria prima; "não pode tirar uma taquara que o meio ambiente vem"
128	Itapoá	Braço do Norte	3	12/03	preço mal pago; restrição ao livre acesso
126	Itapoá	Sai-mirim	8	13/03	muito trabalho e preço mal pago; longas distâncias; só uma área com retirada autorizada; "tem quem cuide" dessa terra; restrição ao livre acesso
127	Itapoá	Sai-mirim	9	13/03	restrição ao livre acesso (trevisa entre outros); longas distâncias; preço mal pago; produção de eucalipto e banana.
87	Garuva	Palmital	5	13/04	preço mal pago; longas distâncias; veneno no rio; livre acesso ao rio; pouca matéria-prima
129	Araquari	Itapocú	7	17/04	restrição à pesca em local próximo (IBAMA), falta de

					compradores (devido a distância), preço mal pago
130	Araquari	Itapocú	2	17/04	pouco cipó, falta de compradores, difícil venda, ganho pouco, palmito, golpe na titularidade da terra (?)
131	Araquari	Morro Grande	10	17/04	“IBAMA”, palmito, fiscalização, (pescadores artesanais, roça)
132	Araquari	Rainha	9	17/04	preço baixo, longas distâncias

Nos oito meses de mapeamento social foram entrevistados informantes de 46 famílias, em 23 comunidades de cinco municípios diferentes; onde registramos a referência a 534 famílias de cipozeiros nestas localidades (149 em Guaratuba - PR, 281 em Garuva - SC, 56 em Joinville - SC, 20 em Itapoá - SC e 28 em Araquari - SC). Vale considerar que acompanhei parte do mapeamento realizado.

Os relatos no mapeamento, bem como anteriores a ele, enaltecem alguns elementos em que arrisco classificá-los como categorias nativas. O fato relatado em “*tirar cipó*” está muito além que simplesmente “*ir pro mato*” e coletar a matéria necessária ao artesanato, estando mais relacionado à uma forma de operacionalizar os fazeres da vida diária da família que resulta de uma estreita relação com a natureza, onde as atividades se dividem claramente entre as feitas “em casa” e as “fora de casa”. Muitos dos conflitos relatados estão relacionados à restrição em “*tirar cipó*”, ou seja, na restrição da relação entre o cipozeiro e a natureza. Esta relação se dá de diversas maneiras, uma delas é a extração de cipó e outros materiais necessários, vinculados ou não ao ganho econômico, dentre estes materiais posso destacar os seguintes, com base nos depoimentos registrados: veludo, tibupeva (ou liaça), bambu (taquara, mambu ou bambu), peri, taboa, tucum, palha, etc, como listados anteriormente. Com usos que se originaram na necessidade de subsistência no passado, e a partir de determinados momentos passaram a entrar no “estado de mercadoria”; um fato importante foi a construção de estradas locais, como a BR 101 e a estrada

estadual que liga Garuva à Guaratuba (SC 415), que permitiu a venda de artefatos aos turistas e transeuntes das estradas.

O ato de “*tirar*” se relaciona aos fatos de acessar, pegar, utilizar, coletar, matar e pode ser acionado ainda em relação à outras práticas culturais como pescar (ou matar um peixe), caçar (matar uma caça), tirar palmito, etc, tendo repercussões profundas na educação dos filhos e parentes, pois para “*tirar cipó*” é necessário que se saiba “*andá no mato*”, entre outras coisas, e assim, para cada atividade relacionada ao modo de vida são acionados uma diversidade de saberes e práticas que os definem num sentimento de pertencimento, e conseqüentemente e dialeticamente constroem sua territorialidade específica, hoje ameaçada ou mesmo compulsoriamente subtraída no caso de muitos. Entre as práticas tradicionais constantemente mencionadas estão a roça, a pesca, os diversos artesanatos, a caça, etc. Ficando clara uma relação de oposição entre as práticas na “casa”, o refúgio da família, o símbolo da família, e o fora da casa, nas práticas relacionadas ao “mato”, à roça.

Outra categoria que merece ênfase é o “tempo”, sendo referido em diferentes situações, como na afirmação de sua tradicionalidade quando acionam as lembranças do “*tempo dos antigos*”; ou ainda quando enfocam a “*exploração do trabalho*” que lhes impõe uma rotina de trabalho fixa à prática do artesanato, não restando tempo para outras práticas “fora da casa”, visto que um tempo significativo do artesanato ocorre no “*tecido*”, dentro de casa. Assim, o trabalho como meio de exploração, como forma de poder, impõe uma “nova” lógica de relações sociais e espaciais, significando, além da relação de dependência financeira, sua ingerência, sua perda de domínio sobre o próprio tempo. Quando os cipozeiros, como Dona Judith Lopes (2006), afirmam que “*ir pro mato*” é como uma

“*terapia*”, entendo sua perspectiva em compreendê-lo quanto um momento “raro”, em oposição ao trabalho com artesanato, que nunca seria afirmado quanto “*terapia*”, mas sim já o registrei quanto “*cachaça*”.

Os conflitos verificados nas localidades parecem apontar uma articulação com fatos da globalização da economia, ao se relacionar ao plantio de pinus e eucalipto, produção de banana, arroz, etc, implementação de unidades de conservação, em que Acselrad & Bezerra (2010) chamam de “nova geopolítica mundial dos recursos naturais”, em que explicam que

(...) A “grande” geopolítica, com seu jogo de interesses expresso na arena internacional, seus macromovimentos de cena nos fóruns multilaterais, é acompanhada, também, por ações “no terreno”: implantação de redes de infraestrutura, reconversão de atividades, alteração das formas de ocupação do espaço em função de inserção crescente de territórios latino-americanos nos fluxos internacionais de acumulação. Assim é que o avanço da fronteira de exploração de recursos choca-se, com frequência, com a disposição de sujeitos sociais localizados a dar outros sentidos a seus territórios, atribuir outros destinos a seus recursos comunais, optar por outros modelos de regular o tempo-espaço aos quais, muitas vezes, associam suas próprias identidades. Esta é a raiz do que se tem visto na América Latina como uma crescente disseminação de conflitos ambientais. (2010:34)

Os conflitos relatados em cada comunidade são muito específicos às mesmas, e, embora sejam perceptíveis semelhanças entre eles não há possibilidade de generalizações, da mesma maneira que entender o cipozeiro como um traço genérico do sujeito seria um enorme erro.

Uma terceira categoria de realidade, que deriva das anteriores é a noção de injustiça, quando os cipozeiros mencionam o “*preço injusto*”, ou “*o grande pode tudo, o pequeno não*”, por estar atrelada ao processo de exploração de sua força de trabalho, e conseqüentemente ao domínio externo sobre seu tempo cotidiano, ao fechamento do

território tradicionalmente ocupado, onde os grandes proprietários além de restringir o acesso, não são alvos sistemáticos da fiscalização ambiental, ao mesmo peso que os cipozeiros. Enfim, a noção de injustiça permeia de um lado a condição imposta por domínio de poderes sobre os cipozeiros, e de outro por uma desigualdade de tratamentos estabelecidos pelo poder público.

Assim, os conflitos tem relevância e graus de importância diferentes de uma localidade para outra. Desta forma, procuro interpretar e especificar os relatos sobre os conflitos que foram mais marcantes no processo de mapeamento social, ou mapeamento situacional. Caracterizar o mapeamento quanto situacional, como dito anteriormente, leva em consideração justamente o fato de que a situação relatada atualmente é essa em cada comunidade, ou lugar, podendo mudar a dinâmica de relações justamente como se considera a dinâmica da cultura.

3.2.2. Conflitos no Território Tradicionalmente Ocupado

A ênfase aqui dada em conflitos relatados se justifica no fato da necessidade de compreensão entre a problemática do contexto de pesquisa e sua relação com temas abordados na área de Design, e mais especificamente na epistemologia do Design. Embora essa área se ocupe, em grande parte, de respostas técnicas relacionadas a demandas tecnológicas, como já foi discutido, lembro da constante necessidade de exercício de problematização e análise conjuntural para que não se resuma ao olhar de objetos - sejam gráficos ou tridimensionais - em detrimento ao olhar sobre os sujeitos da cultura. Afinal, tecnologia é inerente à cultura, e a cultura é

uma constante construção social de seus sujeitos. Assim, as circunstâncias históricas e sócio-espaciais de reprodução, leia-se existência da cultura, se relaciona aos meios de materialização dessa cultura e ao universo simbólico dessa materialização.

Procuro colocar em questão central ao Design o dilema de que não há soluções técnicas específicas possíveis em um campo cujos pilares, que suportam tais elementos técnicos específicos, estejam abalados ou desestruturados por ameaças diversas em um contexto de indeterminações e disputas territoriais. Primeiramente há de se compreender tal contexto. Neste sentido, justifica-se a importância das “transversalidades” de outras áreas do conhecimento que deem subsídios à análise conjuntural. Em meu entendimento necessitamos olhar os sujeitos em seus conflitos, em suas condicionantes que operacionalizam a dinâmica simbólica e a prática material da cultura em trânsito.

Assim, são elencados adiante os aspectos que mais chamaram a atenção no processo de construção do mapeamento situacional, que enaltecem os impasses sobre as práticas dos cipozeiros em sua territorialidade específica. Embora tais conflitos sejam plenamente correlacionados e de natureza imbricada, eles estão dispostos de maneira subdividida como forma de facilitar sua análise, bem como representam a forma de enunciação das dificuldades vividas e percebidas dos cipozeiros entrevistados. Em seus depoimentos ficam claras as características específicas de cada localidade bem como sua correlação no território mais ampliado, não sendo possíveis homogenizações e generalizações, mas sim campos e jogos de correlações. Os termos utilizados a seguir, sob grifos em negrito, são expressões interpretadas a partir de minha compreensão dos depoimentos dados:

A **restrição do livre acesso ao território** é o processo de usurpação ao direito de livre acesso ao território tradicionalmente ocupado, sendo histórico, e vem se caracterizando localmente de formas diferentes ao longo do tempo. Sua origem pode estar relacionada, no passado, aos antigos processos de titularização das terras ainda na época do Império. Vieira (2007) explica o processo de titularização das terras, onde hoje se encontram os municípios de Garuva, Joinville, Itapoá e São Francisco do Sul, mediante as sesmarias, que era o processo de concessão de terras devolutas pelo Império - através do pedido formal de interessados, frente à justificativa de propriedade de escravos e necessidade de produção agropecuária. Para tal titularização era feito o pedido formalizado e justificado pelo interessado, cujas posses eram descritas, sendo tal meio formal de domínio dos letrados conhecedores das circunstâncias gerais para o processo burocrático. Assim, mesmo que “caboclos”, ao que diria Vieira (2007), mantivessem pequenas roças e tirassem da natureza seus meios de sobrevivência, a concessão de título estava vinculada a fatores externos às práticas territoriais destes sujeitos, mantendo-os alheios e/ou submissos às decisões de acesso aos territórios de uso comunal pelos então titulados “posseiros”.

Muitas das antigas terras de uso comum em que historicamente os recursos naturais são acessados, como o próprio cipó imbé, a pesca, a caça, a tibupeva, a taboa, etc, são hoje de título privado com cercamento e acesso restrito aos proprietários ou pessoas de seu interesse. A figura do “*pistoleiro*” ou “*jagunço*”, que é de contrato direto pelo “*fazendeiro*”, surge como a figura de controle ao acesso à diversas áreas de manejo ou mesmo de importância ritual, como o cemitério. A restrição do livre acesso ao território é enunciada como a ameaça dos “*pistoleiros*” aos cipozeiros,

salvo exceções por laços de familiaridade e amizade. Certos “*pistoleiros*” mais restritivos ficam famosos por sua rigidez e maldade, como é o caso do chamado “*Maneco Preto*”, que segundo Dona Maria Pedro (08/2009) era um cara ruim que matava, arrancava a cabeça e com o corpo ainda quente violentava sexualmente a vítima. A veracidade sobre tal fato fica em dúvida, como enfatiza a própria informante, porém a permanência do “*Maneco Preto*” quanto um “mito” local, citado por muitos, mostra claramente a relação entre a violência simbólica e a restrição de acesso ao território imposto pela ameaça direta e o medo.

Em determinadas localidades os próprios “*pistoleiros*” tem maiores permissividades mediante cobranças pelo acesso, como por exemplo no caso em que cipozeiros devem deixar parte do material coletado, como o cipó imbé, como forma de pagamento ao direito de acesso. Em muitos casos os depoentes afirmam maior restrição devido à caça e palmito, que, sendo confundidos com caçadores ou palmiteiros perdem todo e qualquer direito pelo manejo de diversos recursos antes utilizados. Assim, uma tendência apontada é a maior restrição aos territórios notoriamente mais abundantes em caça e palmito. Segundo a informação de uma cipozeira, isso ocorre porque os próprios pistoleiros seriam “agentes” de venda do palmito, autorizando seu “roubo” no território sob seu cuidado, assim os cipozeiros representariam aos mesmos um risco de denúncia aos órgãos de fiscalização ambiental. Os depoimentos apontam que existem também pessoas “especializadas” na caça, realizando uma forma de caça esportiva - sem respeito às formas corretas e critérios de manejo “sustentável”, “*tirando*” mais que o necessário ao sustento, como também aos palmiteiros - entendidos socialmente como ladrões, numa forma de crime organizado.

Ouvi, de informantes que optaram por não se identificar, de que alguns chacreiros fazem a “ceva” (engorda) da paca para posterior caçada “esportiva” local, e que, os interessados deste tipo de caça seriam autoridades de cargos públicos da região de Joinville. Recentemente um caso muito comentado foi sobre o vice-prefeito de Guaratuba, que foi preso sob acusação de liderar uma quadrilha de “roubo de palmito”, segundo Seu Narciso (12/2009) esse fato é sabido há muitos anos. Para os cipozeiros, “*no mato*” fica difícil diferenciar quem é cipozeiro, quem é palmiteiro e quem é caçador; sendo todos considerados potenciais suspeitos de crimes, e assim tanto a caça quanto o palmito passam a figurar como uma auto-evidência, que mesmo por serem historicamente utilizados, hoje são discursivamente recusados por se relacionarem ao estigma do criminoso, do “*bandido*”, do ilegal. Enquanto de um lado há depoimentos sobre o envolvimento de autoridades na caça “esportiva”, de outro, cipozeiros são violentamente reprimidos por policiais da Força Verde, que invadem suas casas sem ordem judicial, e com força “*prenderam uma senhora que tava com o tatu na panela*” e deram “*um soco na boca*” de um cidadão que negou-o acesso à casa¹⁷.

A restrição do livre acesso aos recursos naturais obviamente é fato correlato à restrição de livre acesso ao território, porém está também figurado após a saída do território em manejo, visto que o cipozeiro passa a estar susceptível à fiscalização e ameaça de prisão pelo porte do material manejado. Neste caso, a “ambientalização do direito” (Almeida, 2008) coloca em situação vulnerável os sujeitos da ação sem ao menos considerar e verificar a existência de estratégias de manejo “sustentável” e a relação

17 Depoimentos (em fevereiro de 2011) de pessoas moradoras da APA de Guaratuba, que optaram por não se identificar por medo de repressões locais.

entre a cultura local e sua materialidade, em suas práticas espaciais. Cabe-nos lembrar as colocações de Almeida (2008) quando problematiza sobre quem são os verdadeiros agentes da degradação.

Em sua territorialidade os recursos são acessados de maneiras diversas, atualmente certos depoimentos mostram a violência física e a violência simbólica quando demonstram os mecanismos de restrição direta. Dona Nica e seu marido (10/2009) afirmaram que “(...) *se colocar o barco na água, leva tiro (...)*”, enfatizando a impossibilidade de pesca em rio próximo à sua casa, pois o mesmo corta uma propriedade privada. Dona Ruth (2006) contou sobre outro cipozeiro, que quando abordado pela polícia ambiental teve todo seu cipó picotado com facão pelo policial, em outro depoimento foi afirmado que “(...) *se cortar uma vara de bambu, o meio ambiente vem (...)*” (Seu Zé Cadomiro, 03/2010). Tais meios restritivos ignoram completamente as práticas de manejo do recursos, pois existe um forte laço entre o reconhecimento quanto cipozeiro tradicional e o reconhecimento social sobre as práticas de manejo local. Dona Judith (2006), assumindo a necessidade de caça para consumo da proteína, afirmou que “(...) *sei quando posso tirar uma paca, por exemplo agora não é época de paca, ela tá prenha (...)*”, o mesmo afirmou ainda que na caça para o consumo é retirado somente o necessário para a alimentação, que é dividida entre os familiares vizinhos. Existe uma ética de silêncio por tal assunto, visto sua forte restrição legal e violência praticada pela Polícia Ambiental e Força Verde. Uma afirmação é recorrente, de que cipozeiro não é caçador nem palmiteiro.

Outra prática em vulnerabilidade é a “*roça*”. Em certas localidades a prática de “*roça*”, ou corte de árvores em áreas com regime de pousio e rotatividade, é restritiva por ação do “*meio ambiente*”, em referência aos órgãos de

fiscalização ambiental, como a Força Verde por exemplo (polícia ambiental do Paraná). Nesta situação a limitação da prática tradicional da roça - que é algo muito mais amplo que o simples plantio de espécies como mandioca, milho, feijão, etc - torna-se um problema de ordem alimentar, econômica e de saúde, pois não recorrendo ao próprio alimento o cipozeiro passa a necessitar de ganho econômico para a compra de alimentos industrializados. Tal fato, não se restringindo aos cipozeiros, é bem explicado por Litaiff (1996) como uma ameaça aos Guarani Mbyá, quando investem seu tempo de trabalho na prática do artesanato - na perspectiva de venda em grandes centros -, e assim deixam de plantar sua roça e passam a consumir produtos industrializados, com claros prejuízos à saúde. Analogamente, aos cipozeiros a falta de alternativas econômicas e a impossibilidade de subsistência na “roça” agravam suas condições de práticas em sua territorialidade específica, mediante mecanismos de violência direta e simbólica. O aparecimento dos órgãos de fiscalização, para Dona Judith (02/2011), ocorre devido à queimada posterior ao roçado da área, assim, ao ver a fumaça da queima, ou mediante denúncias anônimas, ocorre a fiscalização sobre a área, podendo resultar na prisão do “*dono da roça*”.

As formas de **Ameaças e Repressão** acontecem em diversas situações sociais que envolvem o acesso ao território tradicionalmente ocupado e aos recursos naturais, porém não somente restritas à essas situações. Mais recentemente a região de Garuva e Itapoá, principalmente, vem recebendo recursos oriundos do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento, do governo federal, para a construção do porto de Itapoá e as estradas de acesso à ele. Nessas localidades, em depoimentos gravados, alguns cipozeiros da Mina Velha afirmaram formas de ameaças que vem recebendo dos

agentes do governo, que segundo eles são fiscais das obras, que em suas investidas mais duras ordenaram a saída de suas casas para a construção da estrada, visto que o traçado da estrada passava sobre seus terrenos (Seu Antonio Laite, 09/2009). Ao que tivemos notícias em tempo, tal depoente - conhecedor de seus direitos -, não se retirou, moveu ação judicial, recebeu indenização, construiu sua casa e finalmente mudou-se; desconheço a natureza de outros ocorridos, além destes relatados. Entre o tempo de a abertura da ação e a mudança, as ameaças ocorriam sistematicamente como afirmou Seu Antonio Laite, de que não ganharia nada e que “(...) seria melhor pegar os três mil reais, senão não vai ficar com nada (...)”, o fiscal sugeria assim sua mudança imediata, e, de fato, o litígio sobre essa área atrasou o desenrolar das obras. Essa forma de violência abateu de tal forma o cipozeiro que o mesmo afirmava ter “*parado de tecer*” por causa da estrada, pois “(...) o estado tá ameaçando (...)”, e que pretendia “*voltar a tecer*” tão logo fosse possível, o que mantinha-o economicamente era a aposentadoria (09/2009).

Em situação muito semelhante, Dona Maria (de Sol Nascente) foi obrigada recentemente ao seu deslocamento pelo mesmo motivo, embora não tenha informações sobre sua devida indenização; a mesma (em 10/2009) demonstrou grande indignação com a obra da mesma estrada, que passou em sua proximidade, como demonstrado em fotos anteriores. Neste caso, visitamos sua casa que situava-se defronte a um pequeno morro, que segundo ela era de grande importância natural pois existiam ali duas nascentes de água e duas cachoeiras que alimentavam um rio que delimitava seu terreno. Ela dizia que antigamente não se podia nem fazer uma roça ali, pois logo vinha o “*meio ambiente*” para multar, nessas condições ela foi impedida de possuir uma vaca, por conta da proximidade do rio, de fazer carvão - oriundo das

áreas de roça -, de tirar cipó, etc. Certa vez ela afirmou ao policial: “(...) *se vocês trouxer cinco litros de leite todo dia não precisa desmatá isso aqui (..)*”, se referindo à uma área de roça. Nesta condição a cipozeira afirmava que a sobrevivência ficou tão difícil naquela localidade que “(...) *todo mundo foi embora (...)*”, a restrição dos meios materiais, das práticas de sobrevivência foram condicionados de tal forma, que não houve alternativas locais para a maioria dos antigos moradores, que se mudaram, dando lugar aos novos proprietários - grandes produtores de banana e arroz. A indignação desta senhora morava no fato de que as ameaças que sofreu historicamente foi em nome de um meio ambiente “preservado”, e que hoje, os mesmos “agentes da preservação” estavam destruindo as fontes d’água, as duas cachoeiras e a mesma natureza preservada em que antes ela era acusada de prejudicar. Mais recentemente em nova saída para o mapeamento, passamos em frente à casa desta senhora e percebemos que o mesmo morro que havíamos visto desmatado na época da entrevista hoje não existe mais, a terra que o constituía foi utilizada como aterro da estrada para o porto de Itapoá.

Histórias como essas são recorrentes em muitas das comunidades visitadas, que apontam a existência de **Grilagem, Golpes, Expulsão do Território e Êxodo**, como fatos ocorridos e vividos por familiares, vizinhos e amigos. Nestas últimas situações relatadas em Mina Velha e Sol Nascente, respectivamente, ficam claras as formas de ação de agentes do estado - em diversos órgãos -, e dos empresários agrícolas, que sob a égide da necessidade de produção encabeçam duras investidas aos “*pequenos*”, limitando cada vez mais as possibilidades em manter seu modo de vida. No primeiro depoimento, do cipozeiro de Mina Velha, a conquista pelo direito de indenização aconteceu

primeiramente por seu conhecimento de seus direitos fundamentais em viver com dignidade, porém o conhecimento por seus direitos aconteceu da ocasião em que foi expulso de sua casa em situação anterior.

Os relatos de grilagem de terra e golpes também demonstram uma lógica, talvez histórica, onde, em alguns casos os domínios da grande propriedade avançam sobre os “*pequenos*”, derrubando-lhes a cerca e atropelando até seu direito pela propriedade; em outros casos, são relatados fatos que começam na parceria da produção agrícola, e que avançam no domínio do mais forte - seja por força física, ou outras formas de violência - em golpes que repercutem no êxodo de seu território de origem (Seu Felício e Dona Maria, 11/2009). Tais situações sociais colocam frente a frente os antagonistas sociais e influenciam profundamente as relações sociais locais, visto que, no caso das grandes propriedades, seus trabalhadores são também moradores locais, que em alguns casos agem sob ordens contra os próprios vizinhos, e assim encampam um jogo de forças presente no dia a dia da comunidade - do boteco ao mato.

Os relatos sobre os êxodos das comunidades foram coletados, obviamente, em sua maioria, a partir da sede do município, ou nas comunidades de destino dos “retirantes”. Na grande maioria dos relatos as pessoas raramente declararam que viviam na mesma localidades desde o nascimento, porém, originários da região, ou não, sempre houve a prática de uso comum do território tradicionalmente ocupado principalmente em atividades relacionadas ao “*mato*”, à pesca, e claro à roça. Em depoimento (Dona Maria, Dona Ruth e Dona Marlene, 06/2009) na região onde se localiza o cemitério próximo ao Morro Grande, considerado um local sagrado por muitos cipozeiros, fica clara a residência de aproximadamente trinta famílias até a década

de setenta, e que hoje não há mais ninguém, somente um fazendeiro que restringe o acesso àquele antigo território ocupado (vide foto anterior da placa de restrição ao acesso). Uma antiga moradora da localidade (Dona Maria Hernaski) afirmou que houve um projeto do governo municipal na década de sessenta em levar os cipozeiros das comunidades mais afastadas à sede do município, e que o bairro nesta sede conhecido como Jorgia Paula, foi construído a partir dessa mudança “em massa”; para ela o motivo de tal mudança foi de abrir caminho aos grandes produtores de banana e arroz no município a partir da desocupação do território, outros depoimentos convergem com este, embora Vieira (2007) aborde a transformação da região do Lamim em um “deserto populacional” não investiguei outros documentos historiográficos que confirmem tais indicações, nesse ponto faz-se necessária uma pesquisa objetivada ao assunto. Segundo Dona Maria, concomitante a este processo foi a implementação da empresa madeireira Batistella, na sede do município, que foi responsável por grande transferência de “mão-de-obra” das comunidades.

A concentração de mão-de-obra especializada em artesanato na sede do município de Garuva é um fato amplamente conhecido, que, se por um lado garantiu a desocupação de parte do território da região para a produção em regime de monocultura, por outro, garantiu o exército de reserva e o lucro dos empresários do artesanato. O afastamento de práticas como a roça, a pesca, o mato - que faz com que os cipozeiros se realizem na plenitude de sua cultura e se reconheçam como tal - tem repercussões psicológicas muito negativas que envolvem baixa auto-estima, submissão, baixa coesão social, etc. Os relatos sobre depressão ou “*tristeza*” são frequentes, um pouco menos frequentes são os relatos sobre suicídios. Isso parece estar

relacionado ao distanciamento entre o modo de ser e existir em uma cultura, passando a virar um trabalhador ou trabalhadora de um fazer especializado da relação capital / trabalho. Onde o afastamento de suas práticas culturais em sua territorialidade específica gradativamente significa o afastamento de sua identidade cultural e coletiva.

Este cenário histórico e complexo abre campo ao fato facilmente verificável da **Exploração do Trabalho e Baixa Remuneração**. Já em minha pesquisa preliminar foi verificada a renda média mensal individual de aproximadamente cento e cinco reais, ou um quinto de um salário mínimo, com o trabalho no artesanato de cipó imbé. Tal fato se explica em diversos aspectos. Primeiramente pela exploração do trabalho exercida pelos atravessadores, que apesar de remunerar muito mal os cipozeiros e artesãos, são a única garantia de renda mais perene aos mesmos. Outro problema relatado em relação aos atravessadores é a recorrência de calotes no pagamento, cheques sem fundo, encomendas que não são retiradas, etc, que produzem um certo “mapeamento” local dos atravessadores “bons” que pagam pouco, mas pagam “*direitinho*”, dos atravessadores caloteiros, que não trabalham por muito tempo na região com os mesmos cipozeiros e artesãos, diferenciando as fontes de fornecimento do artesanato na medida que realizam seus “*calotes*”.

A falta de coesão social dos cipozeiros contribui para a compra de artesanato distribuída na extensão do território (pelos atravessadores), com a comercialização centralizada em grandes centros e mercados como os CEASAs, impondo também a prática de barganha e certa concorrência entre um pequeno produtor e outro. Outro aspecto que verifiquei em certas comunidades foi a prática comercial exploratória de famílias de cipozeiros moradores

de comunidades em localidades remotas, como é o caso do Descoberto, Empanturrado, Riozinho, Rasgado, Rasgadinho, Saí-mirim. Os próprios cipozeiros que realizavam o mapeamento ficaram impressionados com alguns preços relatados, como foi o caso dos “*lequinhos*” - leques trançados em miniaturas - que o valor pago era de um real e setenta e cinco centavos a dúzia produzida, ou quinze centavos a unidade. Neste caso, a impossibilidade de envio aos mercados interessados, e o completo desconhecimento sobre tais mercados, coloca os cipozeiros em condição de dependência dos atravessadores para a comercialização do artesanato que garante uma renda extra à família. São poucos os casos em que as famílias de cipozeiros vivam exclusivamente do artesanato de cipó imbé. Na oportunidade de venda direta em 2010, em uma feira promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, Seu Avelino vendeu a dois reais e oitenta centavos uma bandeja que normalmente é vendida pelo mesmo a trinta centavos ao atravessador. Assim, novas perspectivas tem sido investigadas por alguns cipozeiros mais sensibilizados às problemáticas da exploração comercial, fato que será exposto com mais cuidado no Capítulo 3.

Assim, a **Dificuldade de Comercialização** também é fruto deste cenário onde figura a existência de atravessadores exploradores, o distanciamento entre o mercado de consumidores finais e os cipozeiros produtores do artesanato, a falta de coesão social e mobilização política pelos interesses e direitos coletivos fundamentais, e a concentração de produção direcionada somente à mercados de produtos com baixíssimos valores agregados. A dependência em relação aos atravessadores somada à distância dos pontos de coleta tem submetido algumas famílias de cipozeiros à dependência da compra da matéria-

prima, fato que agrava a situação, pois, para tecer não é mais necessário “*ir pro mato*”, o que caracteriza uma especialização do trabalho ligado exclusivamente à mão-de-obra do artesanato, “descolando” os cipozeiros das práticas e fazeres que caracterizam sua cultura, sendo empregados somente como força de trabalho. Este deslocamento, esta especialização, resulta no distanciamento entre o sujeito e seu ambiente, inclusive entre o sujeito e sua identidade cultural, que repercutem na perda de seu “domínio” territorial pelo afastamento direto. Assim, através da imposição de um poder econômico, comercial, há uma forma de “desterritorialização” dos sujeitos e suas práticas. Penso que a dependência de uma lógica comercial, que produz a dependência material, inclusive com a encomenda de peças diretamente ligada ao fornecimento de matérias-primas, é um fato extremamente grave visto que é reflexo da desterritorialização do grupo, ligado é claro, ao processo histórico - como vem sendo exposto.

A dificuldade de comercialização e exploração do trabalho artesanal, vem trazendo outra preocupação aos pais de família, que é o **Desinteresse dos Filhos**. Esta leitura, do afastamento dos filhos como uma preocupação, não foi algo diretamente exposto na ocorrência das entrevistas feitas nas comunidades, mas surgiu como produto dos debates das Oficinas de Legendas, ocorridas ao final de 2010. Assim, nestas situações de discussões sobre as categorias de conflitos e sistematização do processo de entrevistas, algumas mães (Dona Iracema, Dona Ruth, Dona Ângela) expuseram que seus filhos não querem mais tecer, não se interessam pela atividade que propiciou renda à sua própria criação, sob a justificativa de que é “*muito trabalho para pouco ganho*”, que é algo lógico e compreensível, frente tais formas de exploração.

Os relatos por **Falta de Matéria-Prima** são bem frequentes, embora também seja enunciado como as “*longas distâncias*” que devem ser percorridas para o manejo do cipó, entre outros materiais. Em uma saída à campo para “*o mato*”, ocorrida em 2006, percorri cerca de dois quilômetros e meio mata adentro com Dona Judith, sendo aproximadamente um quilômetro de barco, no rio Saí-Guaçú, e um quilômetro e meio a pé, em pequenas trilhas e mata fechada; as medições foram feitas com uso do GPS. Ida e volta totalizaram aproximadamente cinco quilômetros e meio, em um dia inteiro de trabalho e trinta quilos de cipó imbé coletados, segundo os critérios de manejo utilizados pela cipozeira. Entre tais critérios de manejo posso destacar: a seleção de fios maduros - reconhecidos principalmente pela coloração da casca em marrom escuro e a flexibilidade, medida com o pressionamento da raiz entre dedos utilizando o polegar em contraposição aos dedos indicador e médio; o corte organizado dos fios escolhidos e o período de pousio das áreas e das mãezeiras em até três anos.

Estes critérios de manejo, passados de pais para os filhos, permitem, segundo os cipozeiros, a permanente presença de cipó nas áreas naturais, visto que muitas dessas áreas são acessadas há muitos anos. Em outras palavras, tendo o manejo correto não falta cipó. E nesse sentido os cipozeiros tradicionais, que se reconhecem na detenção e prática de tais conhecimentos sobre o manejo, acusam a presença mais recente do que eles chamam de cipozeiros ocasionais, que não possuem práticas de manejo com critérios, e portanto destroem as mãezeiras, tiram cipó verde, aumentam o peso do feixe com pedras ou banho do cipó em água e tiram só para vender. Tais práticas predatórias, segundo eles, exercem maior pressão sobre o recurso natural pois além da coleta em grandes volumes não há o respeito ao

ciclo natural da planta, que é compreendida como um bem somente comerciável. Essas práticas são mais relatadas pelos cipozeiros residentes na sede do município, onde há grande concentração dos mesmos, e uma procura por “*extratores*”, tendo em vista a necessidade de grande volume de matéria-prima para suprir o mercado dos atravessadores e a falta de localidades próximas com livre acesso e disponibilidade de recurso ao manejo. A compra do “*cipó de fora*” teve início na década de 90, segundo os informantes da Linha do Tempo (Ilustração 1.1)

Em uma ocasião em que estava presente na casa de uma família de cipozeiros no bairro de Jorgia Paula, passou um rapaz vendendo cipó imbé porta a porta; na recusa pelo material, o jovem solicitou que pudesse deixar o feixe na casa enquanto ia visitar um amigo, autorizado ele partiu; foi quando fomos verificar a qualidade dos fios à venda: grande parte de fios eram finos e verdes; particularmente fiquei impressionado com a existência da comercialização de cipó porta a porta.

Outro fato que decorre na falta de matéria prima é o **Desmatamento**. Afinal, sem “*mato*”, ou, sem floresta, não há cipó, sendo uma importante forma de geração de renda com as florestas em pé. Mas claro que sua importância não se resume à geração de renda, como venho defendendo neste trabalho. A percepção pelos desmatamentos é concordante com o “*fechamento*” de grandes fazendas na região, entre algumas mais citadas: da Comfloresta, da Weg - a Sentinela, entre outras que tiveram como marco o plantio de pinus e eucalipto em monocultivo; para Vieira (2007) esse processo ocorre desde a ação das empresas da Paix e Cia, a partir das concessões por semarias. Nestas localidades os cipozeiros apontam a supressão da floresta para a produção agrícola, como a banana, o arroz, e as espécies exóticas como o

Plantio de Pinus e Eucalipto. Sendo o desmatamento associado a formas de produção em escala, geralmente em regime de monocultura.

Estas formas de produção também são associadas, em diversos depoimentos, à **Poluição e Envenenamento de Rios**. Em depoimento na região de Bom Futuro os cipozeiros (Dona Nica e seu marido, 10/2009) afirmaram que na ocasião do início da produção de arroz neste local, eles encontravam muitos pássaros mortos, que “(...) *chegava a tirar de saco (...)*”, e que antigamente “(...) *tinha cipó no quintal (...)*”, não precisando entrar grandes distâncias mato adentro para o manejo. Já na região conhecida como Palmital, onde se localiza o Rio Palmital (principal afluente da Baía de Babitonga - que divide a ilha de São Francisco do Sul de Joinville), ocorreu em mais de uma ocasião a morte de grande quantidade de peixes, quando os cipozeiros desconfiavam do lançamento de “*veneno*” pelo arroseiros; em 2009 dois senhores passaram mal ao ingerir os peixes “*contaminados*” (Dona Ruth, Seu Jango e Dona Marlene, 2009). Tal fato foi denunciado à prefeitura e nada foi feito. Localmente surgiu um boato de que os peixes haveriam morrido “(...) *por causa de uma fábrica de queijos, que lançou o soro na água (...)*”. Até hoje ninguém sabe exatamente os motivos. Justamente este último fato coincidiu com minha saída a campo, onde tentei intervir afirmando que a mortandade de peixe poderia ter ocorrido por diversos motivos como a falta de oxigênio na água, por exemplo, que poderia acontecer pelo excesso de carga orgânica ou química; assim, nós pesquisadores auxiliamo-os a preparar uma denuncia formal ao Ministério Público Federal, solicitando providências e investigação, porém o grupo desta localidade não conseguiu mobilização para o abaixo-assinado da denuncia, muito provavelmente por medo, pela

desarticulação e pela falta de apoio das instituições locais competentes. Chegamos também a congelar alguns peixes mortos para posterior encaminhamento à perícia técnica, mas infelizmente houve uma falta de energia elétrica, quando os peixes estragaram e foram descartados.

As histórias de **Assassinatos** ocorreram em algumas localidades de maneira mais enfática, como no caso do Rasgado e Rasgadinho, em que eram apontadas já em um primeiro contato para o mapeamento, mas de maneira mais cuidadosa em outras localidades. Nestas, informantes ilustram a violência do “*pistoleiro*” como no Descoberto, em menção ao famoso e temido “*Maneco Preto*”, ou em situações de ameaça como o dito em que “(...) *o pistoleiro não matou meu marido porque ele tava na cerca e falou que era pistoleiro também, mas o feixe tava amarradinho escondido (...)*” (Dona Margarida, 11/2009). Assim, os assassinatos estão envoltos por um receio ao depoimento, figurando de certa forma o que Arruti (2006) denomina como o *ethos do silêncio*, mas também são mais abertamente declarados nos casos de brigas pessoais como no conflito em uma ocupação de terra em Sol Nascente. Os fatos mais impressionantes foram declarados em Rasgado e Rasgadinho (Guaratuba - PR), quando do assassinato de cinco pessoas em um ano, em 2008. Os informantes declararam que na ocasião das mortes, eram implantados pequenos feixes de palmito ao lado dos corpos dos ditos cipozeiros, para que fossem confundidos com palmiteiros. Nestas localidades o conflitos deflagrados colocam em linha de frente algumas famílias de cipozeiros que vivem “*do mato*”, das pequenas roças, entre outras atividades, com os grandes produtores de banana e arroz. Em tais localidades os trabalhadores da agricultura extensiva são trazidos do nordeste do Brasil e moram em casas padrão de madeira branca e azul, que muito lembram

pequenas vilas operárias.

Os conflitos são muito particulares a cada comunidade, e, como dito, não é possível afirmar sua generalização no território mais abrangente. Estes resultados estão postos no processo de mapeamento situacional dos cipozeiros, cujo mapa final é apresentado no Anexo 2. As subdivisões dos conflitos apontados são de minha interpretação e das discussões da equipe de pesquisa, considerando as ricas declarações obtidas e me valendo das anotações tomadas e das gravações feitas nas ocasiões das saídas a campo em oito meses de mapeamento, principalmente. Devo declarar que o impacto em ouvir tais depoimentos, bem como a força de sobrevivência dos informantes foram, mais que resultados de uma pesquisa coletiva, uma verdadeira lição de vida. Não há como sair igual de um processo como este.

A organização das informações dispostas no mapa final foi feita em duas Oficinas de Legendas, que ocorreram nos meses de outubro e novembro de 2010. Assim, foram discutidas todas as categorias de conflitos, e estes reorganizados de maneira agrupada para sua exposição mais clara. Para cada conflito significativo foi elaborado um desenho representativo, cujo ícone central do desenho foi um consenso do grupo (composto por sete adultos e três crianças). Assim o grupo foi dividido em três grupos menores, para divisão dos trabalhos e maior envolvimento de todos, bem como maior produção de desenhos no curto período de tempo, sendo dois grupos formados por três pessoas e um grupo de quatro pessoas. O trabalho das crianças foi concentrado em grupo só, sendo estas orientadas por um adulto no direcionamento dos desenhos. Com a elaboração dos desenhos, houve sua transformação em ícones, a partir de uma síntese gráfica feita por estudantes do

curso de Bacharelado em Design Gráfico¹⁸, os maiores detalhes da síntese dos desenhos estão apresentados no Capítulo 3.

Ilustração 2.20: Cipozeiros e assessores trabalhando na primeira Oficina de Legendas para o fechamento do Mapeamento Situacional. Foto:



Douglas L. Antunes.

A construção das legendas foi um momento muito interessante para o entendimento de determinados elementos simbólicos e representativos às famílias presentes, que me levaram a novas conclusões no campo do design, que também serão dispostas no Capítulo 3. Avalio que o ideal, em termos de debate, seriam mais que duas oficinas, visto que só a categorização dos conflitos e sua discussão tomou um longo tempo, fora a elaboração de desenhos, que ocorreu no período de uma tarde inteira, enquanto penso que o ideal seria o dia inteiro de trabalho de desenhos. A cada conflito a ser representado era feita a pergunta ao grupo de trabalho: “o que pode representar este conflito?”. E escolhido o elemento central mediante debate, passava-se à elaboração do desenho. A Tabela 2.7 detalha as categorias de conflitos organizadas e a estrutura da legenda do mapa elaborado, a coluna à direita apresenta o elemento gráfico representativo; a síntese gráfica gráfica e a legenda final pode ser vista no Anexo 2.

18 As estudantes Andrea Gnecco, Débora Pícolli e Elisa Baasch, fizeram os ícones dos conflitos como atividade pedagógica da disciplina Tópicos Especiais em Design Gráfico 3, ministrada por mim no semestre 2010-2,

Os desenhos finais tiveram que ser “sintetizados” por apresentarem um complexo de ideias que ficariam muito dispersos no mapa, exigindo muito espaço e podendo ter pequena legibilidade. Assim, os desenhos foram ponto de partida à arte final, à forma final das informações. Mais que elencar elementos gráficos, a importância das Oficinas de Legendas residiu no debate sobre os conflitos levantados, práticas tradicionais e formas de reivindicações do grupo, portanto foi uma atividade de formação, sobre os procedimentos de pesquisa, seus respectivos resultados e estratégias coletivas que acabaram por definir uma nova agenda de atuação.

Tabela 2.7: Estrutura da Legenda do Mapeamento Situacional dos cipozeiros e o conceito representado por elemento gráfico elaborado.

COMUNIDADES VISITADAS E MAPEADAS/FORMAS ORGANIZATIVAS	
De 1 à 10 famílias de cipozeiras e cipozeiros	Uma casa
De 11 à 30 famílias de cipozeiras e cipozeiros	Duas casas
De 31 à 70 famílias de cipozeiras e cipozeiros	Três casas
Presença do MICI	Logomarca do MICI
USO DOS RECURSOS NATURAIS NAS PRÁTICAS CULTURAIS E TRADICIONAIS	
Artesanato de Cipó Imbé	Chapéu
Artesanato do Timbopeba / liaça	Vassoura
Coleta e Palmito para consumo	Planta
Coleta de Palha / Guaricana	Planta
Coleta de Samambaia Verde	Planta
Coleta de Veludo	Planta
Coleta de Musgo Verde	Planta
Pesca Artesanal	Peixe
Caça para consumo	Paca
Roças (Mandioca, batata doce, banana, frutas, verduras, milho, arroz,	Casa com horta

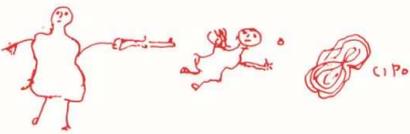
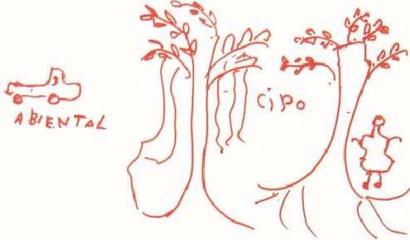
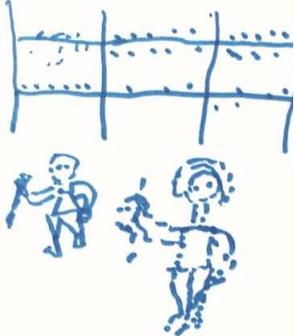
etc)	
Engenho de Farinha de Mandioca	Casa com Roda d'água
Benzimentos	Mão com Planta
Ervas medicinais	Planta
Coleta de baração	Planta
Coleta de taboa	Planta
Coleta de peri	Planta
Coleta de bambu	Planta
RESTRIÇÕES DE LIVRE ACESSO AOS TERRITÓRIOS E AOS RECURSOS NATURAIS	
Assassinato de Cipozeiros na coleta	Homem morto
Desmatamento	Árvore cortada
Monocultivo de Pinus, Eucalipto, banana, arroz e palmeira real	Vários Pinus
Poluição e envenenamento de rios	Água suja
Falta de matérias primas	Planta riscada
Ameaças e Repressões por fazendeiros e grileiros	Arma
Grilagem dos territórios e golpes	Cerca derrubada
Expulsão do território	Homem com trouxa
Mineração em rios	Barco draga
Repressão dos órgãos ambientais, policia ambiental e força verde	Carro da polícia
Especulação imobiliária	Casa e dinheiro
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL	
Legalização da atividade	Caneta
Dificuldade na comercialização	Estrada interrompida
Preço Injusto	Atravessador com dinheiro
Atravessadores	Caminhão
Calotes	Atravessador

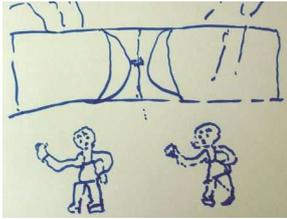
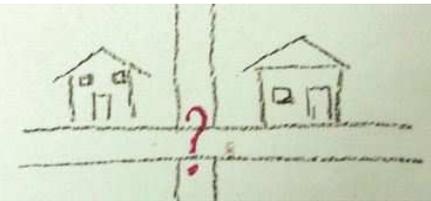
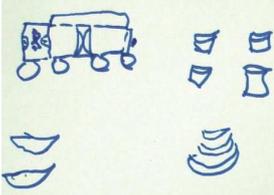
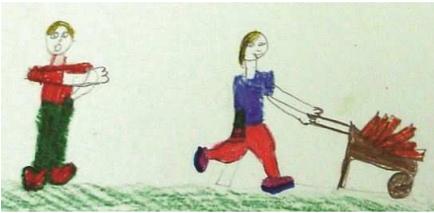
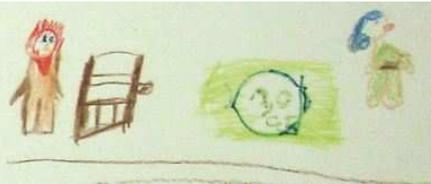
As categorias de subdivisão dos conflitos acima foram assitidas e sugeridas pela equipe de assessoria da Rede Puxirão¹⁹, visto que, a forma de organização dos mesmos, contava com o planejamento de disposição no mapa, onde a experiência em construção de outros mapas ajudou muito o encaminhamento prático do mapa dos cipozeiros. Assim, nas Oficinas de Legendas, vencidas as dificuldades e indisposições “*por não saber desenhar*”, fato que comprovadamente estava equivocado, foram tocadas atividades de representação por desenhos. Como dito, para cada conflito era escolhido coletivamente um elemento representativo, e este sintetizado e redesenhado como ícone no mapa situacional dos cipozeiros (Anexo 2).

Ao final de todos desenhos elaborados os mesmos eram apresentados ao grupo e discutidos, embora o objetivo deste fechamento não fosse aprovar ou reprovar o desenho, bastando lhe conferir compreensão e legitimidade ao tema correlacionado. O trabalho posterior de síntese gráfica do desenho, teve por objetivo capturar o elemento representativo central e aumentar sua legibilidade, mas também de enaltecer a compreensão ao relato do conflito, da enunciação deste fato na pesquisa em campo. Neste sentido, tomamos por liberdade a alteração completa de alguns desenhos, visto que divergiram do dado coletado em campo, demos prioridade então à coleta do dado em campo, que foi gravado ou anotado em cadernos de campo. Irei dispor abaixo os aspectos mais relevantes observados.

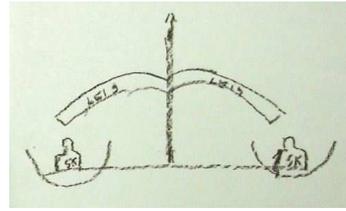
19 Participaram desta atividade, José Carlos Vandresen - assessor político da Rede, Fernanda Alves Fagundes - assessora jurídica da Rede, Mariluz Marques Follman - professora e membro da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha Fundão.

Tabela 2.8: Temas de legenda e elementos gráficos representativos.

Tema da Legenda / Descrição da categoria	Desenho Representativo
<p>Expulsão do território / foi desenhado e compreendido por Seu Jango como uma forma de violência direta, mais que por ameaça, representado pelo tiro dado pelo pistoleiro no cipozeiro. Na pesquisa de campo o termo “Expulsão” surgiu em relação às ameaças diretas na construção de estradas (pelo Estado), e na perda da posse da terra.</p>	
<p>Repressão dos órgãos ambientais / elaborado por Seu Jango, mostrou claramente o carro da polícia como ícone da chegada, da abordagem e conseqüente repressão. Neste caso ele se representou escondido atrás de uma árvore, fazendo referência à sua atitude quando vê o carro da polícia ambiental. Neste caso a opção de ícone representativo em síntese foi o carro.</p>	
<p>Grilagem dos territórios / aqui representado por Dona Ruth com figura central da cerca como limite, que também pode ser compreendido pelo fechamento do território. Não compreendemos muito bem os objetos em punho das pessoas. Na pesquisa o fato associado à grilagem foi a derrubada de cerca, quando a cerca de divisão entre terrenos era sistematicamente derrubada e avançada sobre o terreno grilado. Foi usado, neste caso, a síntese gráfica da cerca derrubada.</p>	
<p>Ameaças e Repressão / Representado aqui por Dona Ruth pelo mato, árvores sobrepostas, e por pessoas com algo em punho, dirigidas ao mato. Como os fatos de ameaça são sempre evidenciados em pesquisa na figura do pistoleiro, optamos por fazer a síntese gráfica na arma, visto que o pistoleiro anda armado no mato.</p>	
<p>Número de Famílias / representado aqui por Dona Ruth, e por Seu Olavo em outro desenho semelhante, a família foi associada à representação da casa. Assim, a casa aparece como elemento simbólico de família. Tal fato terá análise mais cuidadosa no Capítulo 3.</p>	

<p>Livre acesso aos recursos naturais / categorizado como reivindicação de direito, aqui aparece no desenho de Dona Ruth figurado no sentido oposto, na porteira fechada, indicando o problema do “fechamento” do território. Na síntese foi representada a abertura da porteira.</p>	
<p>Dificuldade na Comercialização / foi representada aqui por Seu Hélio, além da representação da casa, a família, a unidade de produção, a estrada como representação de fluxo, e dúvida, desconhecimento, pela interrogação.</p>	
<p>Atravessadores / na categoria exploração do trabalho artesanal, foi aqui novamente por Dona Ruth, representado pelas mercadorias repetidas, que nos remete à produção seriada e pelo caminhão, instrumento de coleta dos grandes volumes encomendados.</p>	
<p>Calotes / também na exploração do trabalho artesanal, os calotes são representados pela Marcela como o sujeito que leva “tudo”, podendo ser entendido tanto como peças quanto dinheiro e o sujeito que fica espantado, quase que como “roubado”.</p>	
<p>Preço injusto / cuja categoria “injusto” foi debatida como mais adequada ao “preço baixo”, citado em pesquisa. Aqui o dinheiro figura ao lado da pessoa que olha pro outro lado, aparentemente ao lado do cipozeiro figura uma passadeira.</p>	
<p>Reconhecimento formal / categorizado na legenda como reivindicação de direito, coloca aqui no desenho de Dona Judith a representação da caneta, como forma de formalização “escrita”, de direito, ao lado da casa, como família e unidade de produção.</p>	

Legalização da atividade / representado aqui no desenho de Seu Hélio como o peso equilibrado da balança, simbolizando a igualdade de direitos dos cipozeiros frente às reivindicações.



O mapa situacional em sua forma final (Anexo 2) contou com longo trabalho de síntese das legendas, e também um longo trabalho de adequação da base cartográfica, juntamente com um geógrafo²⁰. Na adequação da base cartográfica, houve vasta investida na adequação de cores e conteúdos ao reconhecimento das localidades do território pelos cipozeiros, como por exemplo na especificação de rios, estradas de terra, escolas, igrejas, estradas estaduais e federais, nomes de municípios, distritos e comunidades. Tal trabalho rendeu a elaboração de dezoito versões do mapa, em aproximadamente seis meses de trabalho, desde o envio dos primeiros dados como os pontos coletados nas comunidades até o fechamento propriamente dito. Importante salientar que esse trabalho só foi possível por nossa viabilidade de comunicação pela internet (através do *software skype*), interface do GPS através de software livre (*Track Maker*) e trocas de arquivos pesados por sites de acesso livre (*4shared*). Sem tais ferramentas a velocidade do trabalho iria aumentar muito.

Saliento tais aspectos de procedimentos para registrar que toda a descrição detalhada dos conflitos e domínios sobre o território, feita pelo trabalho de pesquisa dos cipozeiros, e por mim assessorada, teve como objetivo a publicação e validação do mapa final cuja linguagem deveria representar essa tradução de maneira eficiente, em tempo

²⁰ O geógrafo Erwin Becker Marques do Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social de Guarapuava - PR.

hábil ao seu lançamento no 1º Encontro Interestadual de Cipozeiros e Cipozeiras, promovido pelo MICI em 17 de dezembro de 2010, tendo como foco a mobilização política do grupo. Assim, não bastassem os objetivos específicos à pesquisa de campo, para levantamento de informações e sua sistematização, o mapeamento como sistema de representação de fatos direcionou-se à síntese e ampliação da visibilidade da identidade coletiva objetivada em seu movimento social, cujas repercussões ainda estão em andamento, não cabendo aqui uma avaliação conclusiva sobre seus resultados, e sim somente sobre os meios de sua elaboração.

3.3. O grupo

A formação da identidade coletiva dos cipozeiros funda-se principalmente na contracorrente ao processo de estigmatização social, na ampliação de sua visibilidade na sociedade e na busca da garantia de direitos coletivos, em seu reconhecimento. Pode-se dizer que este processo encontra-se em andamento, e, em pequena parte foi influenciado pelas ações de pesquisa com os então “artesãos” de cipó imbé em andamento desde 2003. Assim, ser Cipozeiro Tradicional significa, entre tantas outras coisas que estão aqui postas, conhecer e trabalhar com cipó imbé desde criança, saber “tirar” cipó sem prejudicar a planta mãe “*mãezera*”, ser “lutador” pela sobrevivência, ser reconhecido como tal pelos seus iguais. Para Arruti (2006:232):

(...) As “identidades” e as “fronteiras” não resultam de determinadas heranças, mas do conflito entre elas, por isso, a “identificação” surge em meio a esse embate como o risco de giz sobre o solo, desenhado pelo ordenamento jurídico que atribui e suprime direitos, fundando uma distinção e um limite onde antes havia um território aberto às trocas sociais. A identificação é como um lance da conjuntura, ao mesmo tempo em que o resultado de uma longa negociação, em que

se vão firmando vários compromissos, que, retrospectivamente, tornam inevitável, verdadeiro e necessário o caminho realizado. (...)

Lembro que os fatos de nomeação e enunciação ocorreram em meio ao processo de afirmação, frente às instituições de assistência, de que determinado processo social de usurpação de direitos coletivos não seria mais possível, às custas das inúmeras formas de prejuízos à cultura e aos sujeitos dessa cultura. Assim, como sugere Arruti (2006) a enunciação da identidade dos cipozeiros surge em meio aos conflitos de diversas naturezas que cercam as possibilidades de sobrevivência do grupo segundo suas práticas tradicionais em seu território.

Ao analisar o processo de formação da identidade quilombola da comunidade de Mocambo - SE, Arruti define o processo como sendo

(...) “Um modelo processual quadripartido entre nomeação, identificação, reconhecimento e territorialização. Cada um desses processos encontra-se empiricamente imbricado aos outros, mas podem ser relativamente autonomizados para efeito de análise:

Chamaremos de *processo de nomeação* o movimento de instituição de uma categoria jurídica ou administrativa que, englobando uma população heterogênea com base em determinadas características comuns, a institui como um sujeito de direitos e deveres coletivos e como um objeto de ação do Estado.

Chamaremos de *processo de identificação* o movimento de passagem do desconhecimento à constatação por parte dos sujeitos sociais atingidos por um tipo de situação de desrespeito com caráter coletivo, instituindo, assim, tal coletividade como fonte de pertencimento identitário e como sujeitos de direitos, moralmente motivado para a mobilização contra tal desrespeito.

Chamaremos de *processo de reconhecimento* o movimento de passagem do desconhecimento à constatação pública de uma situação de desrespeito que atinge uma determinada coletividade, do que decorre a admissão de tal coletividade como sujeito (político e de direito) na esfera pública e de tal desrespeito como algo que deve ser sanado ou reparado.

Finalmente, chamaremos de *processo de territorialização* (e retomando as formulações de Pacheco de Oliveira), o movimento de reorganização social, política, ecológica e cultural de uma coletividade que está em processo de fixação

e delimitação espacial por meio de sua objetificação jurídico-administrativa.” (45-46:2006)

Esse processo de formação identitária, na arguição de determinados direitos, frente a mecanismos de imposição de limites culturais por antagonistas sociais, transcorre de maneira muito específica em cada contexto. Certa vez me surpreendi com o depoimento de Dona Dijé²¹, quebradeira de coco de babaçú e membro do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçú - MIQCB, que dizia que “*estamos no processo de formação de nossa identidade há 20 anos*”.

Em relação aos cipozeiros e cipozeiras, no início do trabalho de pesquisa, os tratávamos como “artesãos”, não só pelo fato de os entender simplesmente como tal, mas pela nomeação não estar claramente enunciada para mim, principalmente. Quando os conflitos começaram a ser mais claramente expostos na ocasião da realização da oficina de cartografia, surgiu a declaração mais explícita aos meus olhos: “*somos cipozeiros*”. Tal nomeação, embora já colocada em diversas situações anteriores como elemento de diferenciação, porém não sendo antes percebida com clareza simbólica por nós pesquisadores, arregimentou uma enunciação coletiva de um grupo que tinha critérios de manejo de cipó imbé, que vivia de uma relação com a natureza - e se diferenciando dela, e que se influenciavam por práticas compulsórias de afastamento de seu território, impostas por fatores e antagonistas externos a sua cultura.

Consoante ao processo de formação da identidade coletiva de outros grupos, os cipozeiros passam também a auto-atribuir sua identidade social dissociada aos fatores naturais, da mesma maneira que fizeram os chamados “povos

21 Depoimento registrado na ocasião da abertura do IV Encontro de Pesquisadores e Movimentos Sociais - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, dia 4 de novembro de 2009 em São Luis - MA.

da floresta”, e que Almeida esclarece que:

A categoria “povos da floresta”, que emerge em 1988, a partir de mobilizações políticas que agrupam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas, sintetiza este processo social e identitário. Trata-se de um primeiro momento para se compreender o surgimento de novas identidades coletivas e sua objetivação em movimentos sociais, apoiados na força mobilizatória de etnias, de comunidades extrativistas, que agrupam famílias de produtores diretos com consciência ambiental aguçada e laços locais profundos, recolocando o significado de “natureza.” Neste processo os agentes sociais deixam de ser vistos como “indivíduos biológicos”, de existência serial e atomizada, para assumir sob condições de existência coletiva uma posição de sujeitos sociais. Antes mesmo de mencionar floresta expressam a categoria povos, denotando com a expressão “povos da floresta” uma primeira percepção da diversidade social como fator político, tornada fenômeno observável pelas ciências sociais. (...) Constata-se ocorrências sucessivas de antagonismos sociais, nas quais as identidades coletivas vão sendo reforçadas pelos laços de solidariedade que vão sendo criados pelas unidades de mobilização face ao Estado e aos que intrusam terras indígenas e usurpam terras tradicionalmente ocupadas. (2008:37-38)

Não só quanto afirmação do grupo social, a nomeação e diferenciação do grupo enunciado surge como resposta à estigmatização que se encontra no bojo do processo de usurpação de terras e dos mecanismos de exercício de poder, numa luta para enfatizar “o risco de giz sobre o solo”. Segundo Elias (2000), em seu estudo que abordou o processo de estigmatização social, *Os Estabelecidos e os Outsiders*, os processos de estigmatização de grupos supostamente “inferiores” por grupos supostamente “superiores” faz parte de um contexto de dominação e poder, e tal fato repercute na baixa auto-estima do grupo estigmatizado. Este autor ainda afirma que a falta de coesão social do grupo estigmatizado contribui na assimilação desta condição pelo mesmo, e, conseqüentemente, em sua baixa auto-estima (2000). Assim, a afirmação da identidade coletiva torna-se uma forma de luta

avessa à estigmatização e à desterritorialização através da mobilização.

Certo depoimento pareceu-me bem característico do processo de estigmatização sofrido pelos cipozeiros, quando uma cipozeira (Dona Maria Hernaski) afirmou que “*antes cipozeiro era ladrão*”, que confundido com o ladrão do palmito era impedido de entrar no mato e manejar recursos de seu interesse. Essa afirmativa evidencia alguns elementos de diferentes naturezas, primeiramente de que haveria um certo comportamento social de desconfiança em relação ao sujeito cipozeiro, quanto aquele que adentrava determinadas propriedades privadas para retirada de recursos por interesse próprio, indiscriminadamente; entre tais recursos estão manifestos o palmito e a caça, que, por terem sido proibidos por lei, colocam os agentes de seu uso numa situação de ilegalidade, antes mesmo de se compreender a natureza e o histórico de seu uso em sua cultura. Assim, surge o discurso auto-evidente do cipozeiro, visto que imposto por mecanismos externos às suas práticas culturais, de que “*não tiro palmito*” e “*não caço*”.

A autoevidência é a apropriação, pelo grupo, de categorias classificatórias externas ao mesmo, inculcadas no processo de interação. Almeida esclarece que “(...) As inspirações alimentadas pelas autoevidências não perscrutam, não pesquisam e só fazem repetir. Tão somente procedem à repetição. A redundância, no entanto, é um componente essencial do mito, porquanto facilita sua reprodução” (2008:13). O fato de uma declaração quanto “ladrão” coloca paralelamente a imposição de um comportamento auto-evidente sobre um aspecto cultural de um sujeito em relação com a natureza, assim como submete-o à estigmatização em ser tratado como um criminoso. Obviamente temos que questionar quem são os reais “agentes da degradação”,

mesmo porque sem critérios de manejo que definam uma territorialidade específica, como poderiam sobreviver indivíduos de uma cultura que vem praticando seu modo de vida há gerações?

Outro aspecto que merece destaque no depoimento anteriormente citado, de que “*antes cipozeiro era ladrão*”, se relaciona ao fato de que “antes era”, ou seja, a auto-identificação e afirmação da identidade coletiva surge também por um processo inerente ao sujeito social em recusar adjetivos e o estigma imposto por seus antagonistas sociais. Esta forma de enunciação da identidade coletiva quanto “cipozeiro” correlaciona também, no locus teórico, um certo distanciamento com a compreensão da identidade cultural estar imbricada com a etnia de origem, como indígena ou quilombola, por exemplo. É enunciada uma nova etnicidade que evidencia o processo de formação de sujeitos políticos que se destacam de concepções destes sujeitos quanto “biologizados” ou naturalizados a um contexto histórico e geográfico.

Abner Cohen (s/d:1-2) explica que

Para começar esta discussão, um grupo étnico pode ser operacionalmente definido como uma coletividade de pessoas que (a) partilham alguns padrões de comportamento normativo e (b) constituem parte de uma população mais ampla, interagindo com pessoas de outras coletividades na estrutura de um sistema social. O termo etnicidade se refere ao grau de conformidade pelos membros da coletividade a essas normas partilhadas no curso da interação social. É óbvio que tal definição é tão ampla que inclui coletividades que não são normalmente descritas como “étnicas” (...). / Por padrões de comportamento normativo refiro-me às formações e atividades simbólicas encontradas em contextos como parentesco e casamento, amizade, ritual e outros tipos de cerimonial. Alguns antropólogos referem-se a esses padrões como costumes ou simplesmente como cultura. Estes não são hábitos, alucinações ou ilusões idiossincráticas de indivíduos isolados, mas representações coletivas amplas, mesmo que manifestem-se no comportamento individual. Elas estão relacionadas a processos psíquicos e assim podem ser subjetivamente experimentadas pelos atores. Elas são,

entretanto, objetivas no sentido de que as formações simbólicas que as representam, ou seja, os estereótipos, as mitologias, os slogans, as “teorias”, as ideologias e os cerimoniais são criados socialmente e internalizados através de uma contínua socialização. Frequentemente são as formas simbólicas objetivas que produzem a experiência subjetiva da etnicidade e não o contrário. Em termos de critérios observáveis e verificáveis, o que importa sociologicamente é o que as pessoas efetivamente fazem, não o que elas subjetivamente pensam ou o que acreditam pensar.

Por categorias ou ainda por determinados “padrões”- e devemos ter muito cuidado com esse termo - compreendo a maneira de ser e existir específica de uma territorialidade. Para Boissevain (1987:199-200)

Padrões emergem ou emergiram no passado – uma vez que herdamos muitas instituições – porque as pessoas tomam decisões semelhantes em face de influências semelhantes. Estas influências podem abarcar desde diretrizes de comportamento culturalmente definidas, passando pelas demandas feitas por relações sociais, amigos e associados, até os limites dados pelo ambiente físico. Dentro dos parâmetros sociais, culturais e ecológicos assim estabelecidos, as pessoas decidem seu modo de agir baseadas no que é melhor pra elas e não, como os funcionalistas estruturais nos fariam crer, somente baseadas nas normas de comportamento aceitas e sancionadas. Portanto, o homem é também um manipulador, um operador com interesses próprios, do mesmo modo que um ser moral. Ou seja, ele está constantemente tentando melhorar sua posição escolhendo entre rumos alternativos de ação. (...)

Particularmente discordo de uma possível generalização do homem quanto “manipulador” ou simplesmente “operador de interesses próprios”. Da mesma maneira que entendo a relação dialética entre a subjetividade e a objetividade da realidade dos sujeitos da cultura e conseqüentemente da realidade social da coletividade nesta cultura, como sendo elementos definidores de decisões, de escolhas e práticas frente a um jogo de oportunidades. Para Villar (2004), essa categorização dos sujeitos quanto “ator racional” é uma característica também na obra de Frederick Barth,

“(...) os atores barthianos passam seus dias “escolhendo”, “optando”, “negociando”, “avaliando”, “calculando” e “maximizando”. Quando se trata de conceber a ação em sociedade, Barth apela para a liberdade ou a racionalidade *absolutas* do indivíduo que, calculadora na mão, avalia criticamente os custos e os benefícios de cada um de seus atos (...)” (2004:181)

Na mesma obra, Villar analisa o conceito de etnicidade na obra de Barth, que se faz muito útil à nossa compreensão dos cipozeiros quanto grupo étnico, que define sua etnicidade a partir da relação, do confronto de seu universo cultural com outros grupos. Assim a construção de sua etnicidade se dá neste processo de diferenciação e afastamento dos grupos que impõem práticas territoriais que competem com suas formas de reprodução cultural e física. O autor enfatiza que

Os grupos étnicos não são unidades sociológicas discretas nem unidades sociais estruturadas em torno de traços culturais distintivos, “portadores” da especificidade grupal. Barth critica a “definição de tipo ideal” de grupo étnico, ou seja, o inventário indutivo de uma série de conteúdos culturais como territórios, línguas, costumes ou valores comuns. Esta visão pressupõe, primeiro, uma equação errônea (uma raça = uma cultura = uma linguagem = uma sociedade); segundo, supõe que essa formação discreta seja o “sujeito” ou o “ator” social, responsável por aceitar, recusar ou discriminar outras formações similares. Os grupos étnicos são, ao contrário, *categorias* adscritivas nativas, que regulam e organizam a interação social dentro e fora do grupo, sobre a base de uma série de contrastes entre o “próximo” e o “distante”. Tais contrastes se “ativam” ou não segundo os requisitos do contexto. A manutenção das fronteiras da etnicidade não resulta do isolamento, mas da própria inter-relação social: quanto maior a interação, mais potente ou marcado será o limite étnico. Não somente o contato com outros grupos, mas também o vínculo com o ambiente influi para que, em um contexto determinado, se ative ou não uma categoria étnica: “Certamente, um mesmo grupo de indivíduos, com suas próprias idéias e valores, posto diante das diferentes oportunidades oferecidas por diferentes meios, se veria obrigado a adotar diferentes padrões de existência e a institucionalizar diferentes formas de conduta” (2004:172-173)

Em Pacheco de Oliveira podemos ver uma

compreensão sobre o conceito de etnicidade que procura superar as contradições (ou oposições) teóricas de outros autores, produzindo uma síntese esclarecedora quando afirma que

Os debates teóricos sobre etnicidade apontam sempre para uma bifurcação de posturas: de um lado, os instrumentalistas (Barth 1969; Cohen 1969; 1974; e muitos outros), que a explicam por processos políticos que devem ser analisados em circunstâncias específicas; de outro, os primordialistas, que a identificam com lealdades primordiais (Geertz 1963; Keyes 1976; Bentley 1987). A imagem figurativa por mim utilizada tem, justamente, como finalidade superar essa polaridade, também objeto de reflexão de Carneiro da Cunha (1987), mostrando que ambas as correntes apontam para dimensões constitutivas, sem as quais a etnicidade não poderia ser pensada. A etnicidade supõe, necessariamente, uma trajetória (que é histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem a se acoplar). O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade. (Pacheco de Oliveira, 1998:64)

A compreensão de padrões de comportamento, estratégias pessoais de ação e aspectos pessoais subjetivos é um complexo que pode ser, de certa maneira, explicado através da territorialidade específica do grupo. Entendo que a construção da territorialidade específica seja uma construção histórica através das práticas culturais específicas que definem uma forma de organização, de “arranjo” do espaço físico e ecológico. Assim, o grupo etnicamente se constrói a partir dos meios de relação com seu ambiente, que por sua vez re-constroem o ambiente, e manifestam sua etnicidade tendo em vista as novas estruturas de relações culturais que sistematicamente alteram sua lógica de reprodução física e cultural. Vejo que a importância da compreensão da territorialidade específica se dá ao passo da necessidade de entendê-la quanto processo cultural histórico,

cuja manifestação atual é uma repercussão da politização dos sujeitos na busca da continuidade de sua reprodução sócio-cultural. Neste sentido Almeida (2008) contribui quando afirma que

Acho que o desafio colocado aos cientistas é deveras complexo. Ele traz em si também uma outra maneira de definir a idéia de “terra.” Usualmente nós separávamos “terra” de “território”; a terra na sua “fiscalidade” ou dimensão geográfica e o território, por sua vez, incorporava elementos identitários, incorporava elementos de cultura. Agora é outra a colocação do problema de acesso aos recursos naturais e de construção social da “natureza.” As mobilizações políticas contra a derrubada de seringueiras, de palmeiras e de castanheiras erodiram as antigas distinções. A afirmação do uso comum tornou-se uma consigna imprescindível e consiste num dos mais destacados fatores da invenção do tradicional como reivindicação do presente./ Vou convidar vocês para pensarmos em processos de territorialização que estão em curso, e não tanto em terra, nem tanto em território, mas em diferentes processos de territorialização que estão em curso na Amazônia e cujos resultados remetem à consolidação de “territorialidades específicas.” Estes processos diferenciados de territorialização, evidenciam os agentes sociais como sujeitos que estão mobilizados pelo reconhecimento de seus direitos de livre acesso aos recursos naturais. Eles levam em conta uma redefinição do que se chama de “conhecimento tradicional”, ao viabilizarem o reconhecimento jurídico-formal de formas de acesso aos recursos naturais não mediadas exclusivamente pelo direito de propriedade ou mais precisamente pela propriedade privada. Há uma multiplicidade de formas de propriedade, que se entrecruzam na vida social, e suas articulações com os múltiplos usos de recursos naturais exigiria uma pesquisa sistemática e compendiosos volumes. Há simultaneamente uma pluralidade de formas de uso que estimula distinções. (...) (2008:84-85)

Almeida ainda explica em nota que o termo “tradição inventada” deriva de Hobsbawn (2002) e se aproxima de Sahlins em que “todas as tradições são 'inventadas' no e para os objetivos do presente” (Sahlins, *apud* Almeida 2008:85). Segundo Dias (2006:95) em Hobsbawn e Ranger, é explicado que “no processo de institucionalização muitas vezes torna-se necessário inventar uma continuidade histórica, através da criação de um passado

antigo que extrapole a continuidade histórica real, como uma busca de origem”, complementando que

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (Hobsbawm & Ranger, 1984, *apud* Dias, 2006:96)

A autora também diz que Berger e Luckmann, definindo o conceito de sedimentação coletiva, “falam na invenção de uma origem como elemento da tradição” (Berger & Luckmann, 1984; *apud* Dias, 2006:95).

Longe do fato de “invenção” estar relacionada à criação utilitária de elementos discursivos sobre as práticas tradicionais, e sim, à lógica de continuidade entre o passado e o presente na reprodução histórica da cultura em sua territorialidade específica penso ser necessária a explicação de como esse trânsito entre teoria e prática, subjetividade e objetividade, passado e presente, se definem no universo de pesquisa relacionado aos cipozeiros tradicionais, que na ocasião da realização de seu mapeamento situacional como processo metodológico de articulação, levantaram dados que nos remetem à melhor compreensão de categorias nativas e de aspectos específicos da cultura em questão e da definição de sua territorialidade específica.

A unidade social de pesquisa aqui em evidência, pode ser caracterizada como a “unidade de mobilização” da identidade coletiva (Almeida, 2008). Em outras palavras, a partir da enunciação da identidade e do processo de sua formação e territorialização (Pacheco de Oliveira, Arruti, Almeida), foi fundada uma instituição de defesa de interesses e direitos dos cipozeiros. Apesar de sua breve história e incipiente institucionalização de fato, esta unidade de

mobilização passou a reunir diferentes atores, que compartilham determinadas práticas, que os permitem um sentimento de pertencimento grupal e similaridade, ou simplesmente quanto “iguais” que pretendem “mudança”. A lógica de mudança proposta se direciona à contraposição da situação atual, como vem sendo explicada, na busca de “novos” direitos em permanecer como são, culturalmente.

Seria absurdo afirmar aqui um traço, um perfil identitário, uma definição precisa do sujeito cipozeiro, visto que qualquer generalização esconderia as nuances e diferenças entre uma pessoa e outra, uma comunidade e outra, entre aspectos específicos à uma família e suas peculiaridades “culturais”. Da mesma maneira seria igualar o processo de formação da identidade coletiva ao longo do território. Cada sujeito participa de maneira diferente e se insere ao processo com percepções diferentes, e conseqüentemente contribui de maneira diferente. Permite afirmar que o processo de formação política, e formação do grupo é difuso e heterogêneo. E isso impõe uma dinâmica de aproximação e afastamento dos sujeitos em relação à “unidade de mobilização” condicionada às peculiaridades pessoais.

Como afirma Arruti, 2006, o processo de formação da identidade coletiva se dá por um processo quadripartido entre nomeação, identificação, reconhecimento e territorialização, e embora sejam de natureza imbricada, sua divisão deve ser entendida em termos analíticos. Assim, por mais distantes que estejam da territorialização de fato, como “(...) *processo de fixação e delimitação espacial por meio de sua objetificação jurídico-administrativa.*” (idem:46), penso que seja possível afirmar sua “territorialidade específica” (Almeida, 2008), visto que as práticas espaciais são fatos históricos que definem técnicas, que os caracterizam

culturalmente de forma equivalente, para não dizer semelhante. Minha tentativa anterior em explicitar os objetos de uso e formação de mercadorias vinha justamente nesta lógica de compreender as práticas espaciais e técnicas, empreitadas em seu processo histórico de relação com a natureza. Neste sentido, ao afirmar em alguns momentos sua “desterritorialização”, pretendi enfatizar sua perda de acesso ao território, e conseqüentemente o afastamento de suas práticas, fundada na imposição de outras práticas territoriais - caracterizadas por um domínio de poder predominantemente econômico, jurídico e administrativo, de seus antagonistas sociais. Almeida explica que:

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como “nômades” e “itinerantes”. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes. Em virtude do caráter dinâmico destas formas de apropriação dos recursos é que preferi utilizar a expressão processo de territorialização (Oliveira Filho: 1999) em vez de insistir na distinção usual entre terra e território, que vem sendo adotada notadamente nas formulações inspiradas nos trabalhos de P. Bohannan sobre a representação da terra entre os Tiv. Embora Oliveira Filho faça distinção entre processo de territorialização e territorialidade, que considera um termo mais próximo do discurso geográfico, recuperei o termo com outro significado, aquele de uma noção prática designada como “territorialidade específica” para nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados. As “territorialidades específicas” de que tratarei adiante podem ser consideradas, portanto, como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território. Por seus desígnios peculiares, o acesso aos recursos naturais para o exercício de atividades produtivas, se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito, que reforçam politicamente as redes de solidariedade. Neste sentido a noção de “tradicional” não se reduz à história, nem tão pouco a laços primordiais que

amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. O critério político-organizativo sobressai combinado com uma “política de identidades”, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado. Aliás, foi exatamente este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra, que me motivaram a refletir novamente sobre a profundidade de tais transformações no padrão “tradicional” de relações políticas. (2008:29-30)

O sentimento de grupo²² se estabeleceu à medida em que se organizaram para reivindicar direitos ao território às instituições locais, e vem se desenrolando com maior objetivação com a formação política assessorada pela Articulação Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais. Contudo, embora seja um longo processo, alguns avanços são perceptíveis, bem como é possível avaliar, ainda que de maneira superficial, a dinâmica da rede de relações estabelecidas. A formação do grupo de coordenação não é algo estável, sendo susceptível às relações familiares, ao jogo de oportunidades e à problemas diversos.

Entendo que as estratégias de aproximação individuais²³ seguem lógicas próprias de compreensão de oportunidades, desde daqueles que compreendem com mais clareza a dimensão político-organizativa quanto unidade

22 Formalmente o Movimento Interestadual de Cipozeiros e Cipozeiras - MICI se definiu como tal no Encontro de Faxinal do Céu em 2008, articulado pela Rede Puxirão, em que um grupo de cipozeiros entendeu a importância de sua mobilização “institucional”. Estavam presentes neste encontro: Dona Judith, Seu Avelino, Dona Maria (Mina Velha), Dona Isabel, Dona Margarida, Dona Maria Hernaski, Dona Marlene, Dona Ruth, Seu Jango, entre outros.

23 Aqui, tomei a liberdade de me abster da citação de nomes e indicações pessoais, assumindo, por precaução, uma análise mais geral das relações com base em evidências verificadas em campo. Tal precaução é sugerida pela vulnerabilidade do processo de mobilização.

mobilizatória da identidade coletiva, até aqueles que tendem sua aproximação à oportunidade de benefício financeiro. Não que o benefício financeiro seja um fato latente, mas existe essa compreensão e expectativa premente - em alguns casos. Assim, tão logo sejam verificadas as impossibilidades de retorno imediato, ocorre o afastamento. Este “benefício financeiro” não deve ser entendido simplesmente como ganho de recursos, mas também como por exemplo o reconhecimento trabalhista, do cipozeiro quanto categoria de trabalho, que potencialmente se relaciona à aposentadoria entre outros benefícios (como já testemunhei este tipo de percepção). Ou ainda, quanto uma forma organizativa-administrativa que proveria melhoria da renda pelo domínio de percentuais de comercialização. Entendo que diferentes compreensões e apreensões de oportunidades, produziram aproximação, da mesma forma que resultaram em afastamento, à medida que as expectativas não foram respondidas. Vejo que o trabalho de formação política inclui este discernimento à priori entre uma coisa e outra.

Em alguns casos, a dinâmica de afastamento do grupo se orientou à trabalhos cuja dedicação promovia renda. Em outras palavras, participar de um processo de articulação e mobilização exige tempo, em participar de reuniões, levar convites em outras comunidades, fazer ligações, conseguir espaço físico, organizar o espaço físico, preparar o lanche para a reunião, enfim, de assumir determinadas responsabilidades que simplesmente consomem tempo. Muitos não dispõem desse tempo, na justificativa compreensível de que precisam “*trabalhar pra ganhar dinheiro*”, seja para a manutenção da casa, para o pagamento de dívidas em lojas e no mercado, para entregar a encomenda atrasada. Entendo que o regime de trabalho exploratório, através dos atravessadores, condiciona o tempo da vida

cotidiana somente ao trabalho, senão a renda torna-se insuficiente. Assim, participar da unidade de mobilização concorre em tempo com o trabalho e sua respectiva renda. Essa perda de domínio sobre o tempo é algo imposto por aqueles que ganham de sua força de trabalho - os atravessadores. E é justamente o domínio sobre o tempo um dos elementos centrais de reivindicação dos cipozeiros ao afirmarem a exploração do trabalho e o preço injusto. Vejo que uma faceta do conceito de injustiça refere-se à insatisfação no retorno equivalente à excessiva dedicação e tempo, visto que não sobra tempo a outras práticas sociais e atividades.

O endividamento sistemático de alguns cipozeiros também influencia na necessidade de contínua dedicação ao trabalho artesanal, com a renda vulnerável suas metas centrais tornam-se então a remuneração. São contínuos também os relatos de problemas de saúde; inclusive uma antiga coordenadora se afastou plenamente das atividades do MICI por um grave problema psiquiátrico. É provável que a excessiva carga de trabalho, a alimentação cada vez mais dependente de produtos industrializados e o afastamento do ambiente natural estejam ligados à tais problemas. Existe certa expectativa também de um retorno imediato à mobilização, tendo em vista a gravidade da situação sócio-econômica atual, já ouvi depoimentos como *“a gente se reúne, se reúne, e nada acontece”*, o que causa desmotivação.

Muitas das últimas reuniões, nos últimos dois anos, ocorreram em torno do Mapeamento Situacional, cujo enfoque mais político-organizativo não é compreendido por todos, bem como não são apreendidas mais claramente as formas de encaminhamentos do dia-a-dia, como se muitas informações do próprio mapeamento não tivessem sido *“incorporadas”*, ou corporeificadas (Freire, 1996), na

fundamentação do enfrentamento e da sensibilização em cada comunidade. Quero dizer que existe certo clima de “abatimento” e falta de apropriação do Mapeamento (por alguns) como ferramenta de sensibilização, entre os mesmos, e articulação em suas respectivas comunidades, quando as conversas me parecem acontecer somente nas reuniões. Parece-me que a forte carga de trabalho tem influência sobre isso. Claro que tais fatos não são homogêneos no território, e a aproximação de novas lideranças podem influenciar em uma nova dinâmica.

Desde o início das atividades do MICI há a participação das mesmas pessoas no grupo de coordenação das atividades (Seu Avelino, Dona Judith, Dona Judith Lopes, Seu Jango, Dona Ruth, Dona Maria Hernaski), e mais recentemente novas lideranças se aproximaram (ainda que fragilmente) ao grupo (Dona Maria Pedro, Seu Sebastião, Cristiane), em determinados momentos de reuniões da Rede mais pessoas se fizeram presentes (Dona Isabel, Dona Maria (Esaú), Dona Margarida), assim, não nos convém apontar um padrão persistente de lideranças do grupo. Para cada um, o processo de mobilização em movimento é compreendido de maneira diferente, e, embora haja um processo de formação política em curso, sua velocidade é lenta, ela acaba ocorrendo ao ritmo de cada particularidade. Em outras palavras, cada um tem uma compreensão político-organizativa, motivação e expectativa, e, por mais que os temas políticos sejam exaustivamente debatidos em reuniões, as apreensões são diversas. Atualmente a coordenação geral das atividades está sob responsabilidades de Seu Avelino²⁴, que tem tarefas internas, como a organização geral das reuniões, distribuição de convites, contatos para estrutura básica (como

24 Seu Avelino Rodrigues é cipozeiro, de Três Barras - Garuva, e músico. É criador do Hino do Cipozeiro (Anexo 3), e gaitero “oficial” dos encontros da Rede Puxirão.

alimentação, transporte e articulação de local) e tarefas externas, como participação de reuniões da Rede, participação em Grupo de Trabalho²⁵ da Rede, prestação de contas dos projetos de apoio²⁶, participação de reuniões com instituições de apoio, etc. Sendo que os outros coordenadores por comunidade atuam mais nas articulações internas das comunidades, com convites à reuniões, articulações de espaço, etc. Mais recentemente, esta rede de relações vem se organizando em torno de pessoas específicas (Seu Avelino, Dona Judith e Dona Judith Lopes), cujas atribuições foram decididas coletivamente, contando com sua pré-disposição às atividades específicas. Tais encaminhamentos coletivos foram dados a partir da compreensão da necessidade de sua organização em uma rede de relações, ou simplesmente em sua “*união*”. Podemos então nos apropriar da ideia de Rede Social, com base na noção de Barnes (1987), que afirma que

Embora existam outras maneiras de se descobrirem grupos sociais, o conceito de rede é indispensável na discussão referente àquelas situações onde, por exemplo, o indivíduo está envolvido em “relações interpessoais que transpassam as fronteiras da vila, subcasta e linhagem” (Schriivas & Béteille, 1964:166). O conceito de rede social é apropriado em situações em que grupos persistentes, como partidos e facções, não estão formados, bem como em situações em que indivíduos são continuamente requisitados a escolher sobre quem procurar para obter liderança, ajuda, informação e orientação. Deste modo, o emprego da rede social nos ajuda a identificar quem são os líderes e quem são os seguidores, ou a demonstrar que não há padrão persistente de liderança. (1987:163)

Embora essa concepção estrutural seja, como afirma o autor “uma abstração da realidade”, e em termos analíticos pouco contribua em nosso caso, faço-me valer deste conceito

25 O último grupo de trabalho que participou foi para a elaboração da Lei Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, uma lei equivalente ao Decreto 6040, de 2007, porém com abrangência estadual (Anexo 4)

26 Os últimos trabalhos de mapeamento foram apoiados pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos - FBDH e pelo Fundo Luterano de Diacronia - FLD.

no intuito de melhor explicitar a ideia de “conjunto-de-ação” do processo organizativo do grupo pesquisado. Em que o mesmo autor esclarece que

(...) Um conjunto-de-ação tem um Alfa [indivíduo] originador que toma a decisão de agir para atingir um objetivo específico. Alfa ativa algumas ou todas as relações sociais em sua estrela primária, e aqueles contatos de primeira ordem por ele ativados respondem e, por sua vez, ativam algumas ou todas as relações de suas estrelas primárias. (...) Este processo continua até que os objetivos de Alfa sejam alcançados. (1987:181)

Assim, as ações de mobilização política vem sendo articuladas à Rede Puxirão, como dito, e portanto a objetivação na unidade mobilizatória é resultado de um processo de aprendizagem com outras unidades desta Rede, os “movimentos”, ou “segmentos”. As reuniões da Rede Puxirão tem produzido diversos debates de cunho político-organizativo, e alguns encaminhamentos seguem em andamento.

Ilustração 2.21: Mesa de debate da reunião ampliada da Rede Puxirão,

em Garuva, 2008. Foto: Douglas Ladik Antunes.

A compreensão desta organização em rede, tendo a Rede Puxirão como uma rede ampliada de formação e mobilização esclarece as estratégias internas ao grupo, como a própria proposta do Mapeamento Situacional como

instrumento tanto de pesquisa quanto de mobilização política. Neste contexto, as informações contidas nas diversas comunidades vieram a público, para a ampliação de sua visibilidade social e consequente reivindicação de direitos e resultou também na ampliação da base de mobilização para comunidades até então “inacessíveis”. Como forma central de divulgação do Mapeamento e seus dados, foi realizado o 1º Encontro Interestadual de Cipozeiros e Cipozeiras, dia 17 de dezembro de 2010 em Garuva - SC. No encontro, à exemplo de outros encontros dos “segmentos” da Rede, toda moderação e organização foi feita por cipozeiros do MICI, com a participação de representantes de instituições como o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio, a EMATER e a Prefeitura de Garuva; embora outras instituições²⁷ tivessem sido convidadas, não houve presença de representantes.

No 1º Encontro participaram cinquenta cipozeiros de diversas comunidades, e os trabalhos se concentraram na discussão sobre “ser cipozeiro”, suas práticas e usos de recursos naturais e os encaminhamentos necessários para a salvaguarda de sua reprodução sócio-cultural.

Ilustração 2.22: Foto final do 1º Encontro Interestadual de Cipozeiros e



27 Entre as instituições convidadas vale ressaltar: Ministério Público Federal, EPAGRI e prefeituras municipais dos municípios mapeados.

Cipozeiras. Foto: Douglas Ladik Antunes.

Com isso foi elaborada a Carta Final do encontro - de manifestação de existência coletiva e reivindicações, que fundamentaram a construção da agenda coletiva de 2011. Nesta Carta Final, cabe ressaltar os seguintes apontamentos, fruto do debate e deliberação coletiva:

(...) Reivindicamos aos poderes constituídos o reconhecimento de nossos direitos de reproduzirmos nossa cultura (conforme Arts. 215, 216 CF, OIT 169) e a demarcação urgente de nossos territórios, segundo o que rege a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040/2007) que é uma política pública, conquistada por nossas lutas ao longo das últimas décadas, mas que até o presente momento não se efetivou. Finalmente, indicamos nossas principais reivindicações encaminhadas pelo encontro:

1. Efetivar as políticas e ações já existentes nos governos municipais, estadual e federal;
2. Fazer valer os direitos dos cipozeiros e cipozeiras junto ao Ministérios Públicos Estaduais e Federal, bem como no judiciário e na Secretarias de Estado de Segurança em ambos os estados.
3. Continuar os convites a fazer reuniões com as comunidades para discutir todos os conflitos tomando decisões coletivas em assembléia.
4. Garantir o acesso dos povos aos territórios tradicionais para extração de cipó, palha, samambaia, palmito, etc.
5. Que os secretários de segurança pública de Santa Catarina e Paraná, orientem suas delegacias a registrarem Boletins de Ocorrência denunciados pelos cipozeiros e cipozeiras atuando na averiguação das ameaças e conflitos praticadas contra as comunidades de cipozeiros e cipozeiras.
6. Que os gestores públicos municipais tenham a consciência da identidade de povos tradicionais dos cipozeiros e cipozeiras, principalmente tocados em sentido ao povo tradicional de Garuva, Guaratuba, etc, que estão na luta por seus direitos de ir e vir.
7. Que os gestores públicos competentes tenham consciência das legislações que tratam sobre os povos e comunidades tradicionais, antes de tomar qualquer medida, como a OIT 169, decreto federal 6040, etc.
8. Que a partir das demandas das comunidades sejam propostas as criações de RESEX para garantia da biodiversidade e do livre acesso das comunidades tradicionais aos recursos naturais.(...) (Carta Final, 2010)

Em reunião de abertura aos trabalhos em 2011, na comunidade de Riozinho-PR, impressionou-me o número de participantes, quinze no total, talvez motivados pelos conflitos locais, muito relacionados à forma truculenta das ações da Força Verde naquela região pertencente à APA de Guaratuba, os depoimentos sobre esses fatos foram realmente impressionantes. Nesta reunião, foram priorizados os itens 4 e 5 da Carta acima, como encaminhamentos mais imediatos. Embora o foco da reunião tenha se concentrado na questão jurídica e no direito de auto-atribuição da identidade cultural, foi fechada a agenda anual de continuidade dos trabalhos.

Entendo que a possibilidade de fortalecimento do grupo e maior coesão social será resultado de sua capacidade em objetivar e encaminhar processos jurídicos e administrativos que aos poucos resultem em seu reconhecimento pela sociedade e pela esfera pública e produza efetivos direitos sobre o território, ou seja, em sua territorialização propriamente dita. Mesmo que este processo ainda esteja inacabado, alguns avanços aconteceram, e seu porvir depende exclusivamente da formação e comprometimento deste grupo em construir seu próprio caminho.

A formação do Movimento, que na prática é uma forma de institucionalização do grupo, da identidade coletiva, tem produzido uma agenda e uma série de encaminhamentos organizacionais que também tem representado um desafio, à medida que em termos práticos sua formação não corresponde diretamente à representação da organização social do grupo, dividida em muitas comunidades diferentes com formas de relações específicas. Os indivíduos que tem se disponibilizado à coordenação dos processos, não tem representado uma efetiva liderança àqueles mobilizados, e

isso tem produzido seguidas tensões internas que também repercutem em desmobilização. Embora a atribuição destas responsabilidades sejam produto de uma discussão coletiva, em diversas reuniões de coordenação, com o tempo de prática acabam ocorrendo questionamentos e até mesmo desconfianças que colocam em questão a própria possibilidade de continuidade dos trabalhos.

Entendo que a formação de uma coesão, de um processo mobilizatório efetivo seja resultado de um amadurecimento das relações internas ao campo “institucional” do próprio grupo. Não que não seja legítimo o Movimento quanto forma de representação, não é isso, mas que a dinâmica dos processos práticos de encaminhamentos e articulações pouco tem se relacionado com as relações sociais que efetivamente acontecem na realidade cotidiana. Em outras palavras, àqueles que realmente tem o papel social de liderança não tem se disponibilizado à coordenação dos trabalhos político-organizativos. Entre as motivações existentes, vale relembrar aquelas apontadas anteriormente como “falta de tempo”, sistemáticos endividamentos financeiros, sobrecarga de trabalho, problemas de saúde, comprometimento e cobranças familiares, enfim, uma série de justificativas fundadas na concentração das motivações ligadas à casa, ao núcleo familiar como reduto central de preocupações.

Parte desse processo pode ser compreendido como resultado do próprio processo histórico que vivem de desterritorialização, afastamento das práticas tradicionais e meios que eram responsáveis pelas formas de relações sociais e consequente organização social. Tal identidade coletiva é manifesta em um território espaçado, que se pese, cujos locais de definição da territorialidade específica são objeto de expropriação pelo mercado de terras, que decorrem no

distanciamento compulsório da relação entre os sujeitos e a natureza, e repercutem nas relações sociais produzindo novos *habitus*²⁸. Tais *habitus* acabam por contrapor as “novas” demandas organizacionais, pois concentram as práticas cotidianas na busca da renda econômica, por inexistir aos “antigos” meios de subsistência centrados na roça, caça, criação e extrativismo e consequentes práticas sociais. Parece-me que o que mantém-se em certa “integridade” neste processo de desterritorialização, além de determinadas práticas sociais, é a família, sendo o lugar “seguro” das relações sociais, digno merecedor de todos esforços pessoais.

Em termos organizacionais os envolvidos no processo de mobilização que tem demonstrado maior sentimento de indignação com a situação social atual, com maiores intensões de mudança ao estabelecido, são aqueles que tem sofrido não somente a violência simbólica do processo de desterritorialização, mas também a violência física, da truculência da polícia, dos grileiros de terra, dos pistoleiros. E, neste cenário, a luta dos cipozeiros se figura contra o processo de desterritorialização e contra o próprio *habitus* desassociado das práticas em coletividade, onde historicamente o cipozeiro se fez cipozeiro mediante relações sociais estabelecidas em estreita relação com a natureza e fundada em trocas recíprocas de aprendizados, de materiais, e de produção de um tipo de conhecimento territorial em que sua reprodução social está atrelada à disponibilidade, uso e permanência de diversos recursos naturais. Um novo *habitus*, que traduza a nova perspectiva político-organizativa, se faz no aprendizado a partir deste processo histórico e no estabelecimento de relações centradas no objetivo comum -

28 Segundo Bourdieu (1996), em seu livro Razões Práticas, “o *habitus* é o princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unitário, isto é, um conjunto unitário de pessoas, de bens, de práticas” (*apud* Souza, 2010:82)

em torno de novas perspectivas que repercutam na garantia de determinados direitos fundamentais para a reprodução de seu jeito de ser e existir.

3.4. Os Cipozeiros e seus Direitos

A existência de territorialidades específicas dos cipozeiros não significa, em si, a garantia de direitos fundamentais aos sujeitos da cultura. Sua objetivação em torno do acionamento de determinados dispositivos jurídicos e administrativos, da esfera pública, podem levar à sua territorialização. Por mais que existam fatos históricos que levam a compreender a perda dos direitos territoriais, sua consequente “reconquista”, no caminho da prática jurídica se mostra mais dificultoso, menos direto, e dependente de uma objetivação bem orquestrada. Neste percurso muitos desafios estão postos. O reconhecimento legal das comunidades tradicionais vem sendo acionado não só na garantia de seus direitos territoriais, de livre acesso aos recursos naturais e territórios, mas também na (...) “regulamentação do acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade e à repartição de benefícios, sobretudo após a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) (...)” (Shiraishi Neto, 2010:58).

Neste caminho mora a importância do reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades tradicionais, fundadas em sua auto-determinação - sua consciência coletiva de existência, e também os riscos da mercantilização dos conhecimentos tradicionais como consequência de sua regulação. Shiraishi Neto esclarece que

Partindo do pressuposto de que os direitos devem ser plenos, é imprescindível garantir aos povos e comunidades tradicionais a sua reprodução física e social, consubstanciada numa “prática social”, que se relaciona a um modo de “criar”, de “fazer” e de “viver”. (...) (2007:30)

Para o autor existem desafios ao campo do direito à medida que há um engessamento da noção de “prática social” por ser compreendida como regra e não como costume, e na prática

Observa-se que em determinados momentos, o direito tal como tradicionalmente formulado, tem servido como “obstáculo” às pretensões dos povos e comunidades tradicionais, evidenciando assim o grau de disputas internas no campo jurídico, em que se coloca em questão a própria forma de dizer o direito. (2007:31)

E complementa ao afirmar que

A dinâmica vivenciada pelos povos e comunidades tradicionais na busca pelo direito de viver a diferença, joga luz no direito, na medida em que obriga ao reconhecimento de outras “práticas jurídicas”, as quais se encontram coadunadas a outras formas de saber, mais localizadas, situadas nas experiências de cada grupo social. (2007:32)

Para além destas discussões que colocam em foco a universalização do direito e as dificuldades interpostas às “novas” práticas jurídicas, à medida que estas encontram-se “presas” à doutrina pátria do direito consuetudinário (Shiraishi Neto, 2007), cabe-me enfocar mais especificamente os dispositivos que alicerçam os direitos fundamentais dos cipozeiros. Temos como ponto de partida a própria Constituição Federal de 1988 que coloca em seus artigos 215 e 216 que

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (...)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (...) (BRASIL, 1988)

No texto constitucional é manifesto o direito de “referência à identidade” da coletividade cujas praticas sociais os caracterizem quanto um grupo culturalmente diferenciado, em que suas “formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver” componham o patrimônio cultural brasileiro, devendo portanto o Estado garantir o “pleno exercício dos direitos culturais”. Embora aspectos territoriais, vinculados à territorialidade específica do grupo não seja claramente enfatizado no texto da C.F., Almeida (2010:385) indica que “(...) Negar o reconhecimento do território pode significar a negação da identidade coletiva (...)”. Se compreendermos que o grupo social culturalmente diferenciado se faz a partir de seu território específico, seria dever do Estado garantir o pleno acesso ao território como forma de proteção ao patrimônio cultural nacional. Mas, como visto na prática, em minha pesquisa, o Estado, à revelia, tem figurado como antagonista social do grupo à medida de suas investidas nas variadas formas de desterritorialização em prol de grandes obras de infraestrutura e nas ações coercitivas sob a égide da “preservação ambiental”.

Ao abordar outros dispositivos jurídicos, como a CDB e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, também fundadas no direito à auto-definição da identidade dos grupos sociais, Shiraishi Neto & Dantas explicam que

Desde que os grupos sociais autodesignados como “populações indígenas” ou “comunidades locais” definam-se

enquanto tal, devem ser “amparados” por esses dispositivos, que se aplicam aos grupos sociais indistintamente. Não há definição prévia de quem seriam os grupos sociais, mas instrumentos que permitam aos sujeitos se definirem segundo a sua consciência. O Decreto que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, deu o mesmo tratamento a essa discussão, não definindo quem são os grupos sociais no Brasil, o que possibilita uma maior inclusão dos grupos. (2010:65-66)

Mais especificamente sobre a Convenção 169 “(...) o critério de distinção dos sujeitos é o da consciência, ou seja, da auto-definição. (...) é o que o sujeito diz de si mesmo, em relação ao grupo ao qual pertence.” (Shiraishi Neto, 2007:45). Tal tratado tem força de lei no Brasil por ter sido promulgado através do Decreto n.º 5.051 de 19 de abril de 2004, e é dirigida aos “povos tribais” e “povos indígenas” sendo regidos total ou parcialmente pelos próprios costumes. No Artigo 5 do texto é posto que “deverão ser reconhecidos e protegidos os valores e práticas sociais, culturais, religiosas e espirituais desses povos, e **dever-se-á levar devidamente em consideração a natureza dos problemas que lhes afligem tanto coletiva como individualmente;**” (grifos meus) (BRASIL, 2004:4).

Mas qual é a abrangência do conceito de “povos tribais”? Qual sua aplicabilidade à auto-definição do grupo social quanto cipozeiros? Para Shiraishi Neto não há no Brasil “povos tribais” no mesmo sentido estrito de outros países,

(...) mas existem grupos sociais distintos que vivem na sociedade e essa distintividade é que aproxima da noção de “povos tribais”. O significado de “tribal” aqui deve ser considerado “lato sensu”, envolvendo todos os grupos sociais de forma indistinta: seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto dentre outros grupos.” (2007:46)

Mais pontualmente sobre a questão territorial, buscando a correlação direta do conflito dos cipozeiros em relação à sua restrição de livre acesso ao território e aos recursos naturais, o texto da Convenção dispõe em seu Artigo 14 que

Deverão ser reconhecidos os direitos de propriedade e posse dos povos em questão sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser tomadas medidas para salvaguardar o direito dos povos em questão a usarem terras não ocupadas exclusivamente por eles, mas às quais tenham tradicionalmente tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. A este respeito, dever-se-á prestar atenção especial à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes. (BRASIL, 2004:6)

Neste parágrafo o texto faz menção ao conceito de “terras tradicionalmente ocupadas”, em “que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza.(...)” (Almeida, 2008:25). Já no Decreto n.º 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais encontramos a compreensão dos referidos Territórios Tradicionais, como sendo: “(...) os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (...)” (BRASIL, 2007:1). Em ambas compreensões sobre o território, seja tradicional ou tradicionalmente ocupado, nas letras dos decretos e tratados, cabe enfatizar sua ênfase nas práticas sociais de uso dos territórios e seus respectivos recursos naturais quanto definidores dos grupos sociais em suas culturas distintas, e não necessariamente na relação com a posse do território. Em outras palavras, a posse não é fator determinante ao direito de uso do território, e sim suas práticas sociais sobre o mesmo. Em estreita relação com as práticas sociais sobre o “território

tradicionalmente ocupado”, o Artigo 23 da Convenção 169 dispõe que

O artesanato, as atividades rurais e comunitárias, a economia de subsistência e as atividades tradicionais dos povos em questão, como a caça, a pesca, a caça com armadilhas e a coleta, deverão ser reconhecidos como fatores importantes de manutenção de sua cultura, bem como de sua auto-suficiência e desenvolvimento econômicos. Os governos deverão, com a participação desses povos e sempre que apropriado, garantir que estas atividades sejam fortalecidas e estimuladas. (BRASIL, 2004:9)

Embora a Convenção 169 deixe claro sobre os direitos dos “povos tribais”, em que a partir de sua auto-definição passam a ser amparados juridicamente na garantia de sua reprodução física e social (que convém nos lembrar as dificuldades postas aos grupos frente as convencionais práticas jurídicas), Shiraishi Neto aponta omissões importantes no texto da Convenção: “(...) a primeira omissão, diz respeito ao fato de não ter empenhado no tratamento da propriedade intelectual; e a segunda, é a não previsão de formas de controle social. (...)” (2007:41). Para o autor, sobre a primeira omissão, trata-se de ler o texto da Convenção 169 conjugada à Convenção da Diversidade Biológica.

Recentemente houve uma nota de esclarecimento da OIT²⁹ buscando uma maior clareza e definição sobre a referência e pressupostos da “consulta”, (e os respectivos “procedimentos apropriados”) nos Artigos 6, 7, 15 e 17 da Convenção, em que trata dispor de mecanismos de consulta “(...) em particular, através de suas instituições

29 OIT - CEACR. Observación General 2011 sobre la obligación de consulta. Convenio sobre pueblos indígenas y tribales, 1989 (num. 169). Publicada en: Informe 2011 de la Comisión de Expertos en la Aplicación de Convenios e Recomendaciones. Referência: ILC.100/III/1A.

Fecha de Publicación: 16 de febrero de 2011. Fonte:

<http://www.politicaspUBLICAS.net/panel/oit/oit-ceacr/725-2011-ceacr-obs-general-consulta.html>, acesso em 23 de março de 2011.

representativas, toda vez que sejam examinadas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetar-lhes diretamente;”, entre outros aspectos (BRASIL, 2004:4). No novo texto há a definição ao que se refere quanto “consulta”, sendo papel dos governos a intermediação dos processos de consulta. Porém fica-me a dúvida: como ocorre a intermediação e consulta pelo órgão ou instituição, que na prática, figura quanto “antagonista social” do grupo? Talvez minha dúvida seja uma decorrência do que Shiraishi Neto aponta como a omissão na Convenção referente as “formas de controle social”. O conteúdo do texto aponta condições para as “consultas” que levem à prevenção e resolução de conflitos (entre outros meandros), o que converge o que é apontado por Acselrad & Bezerra (2010) sobre o tratamento das agências multilaterais em mecanismos de negociação e “resolução negociada” aos conflitos ambientais. Embora a OIT e a referida Convenção não sejam citadas em sua análise, para os autores:

As avaliações das experiências concretas de resolução negociada variam desde a caracterização de uma pacificação de espíritos sem alteração dos fundamentos da conflitualidade, até o registro da recusa efetiva de certos atores, que desenvolvem visão crítica dos limites da arena de diálogo que lhes é oferecida. (Acselrad & Bezerra, 2010:51)

Reconhecendo toda a importância da Convenção 169 da OIT para os povos tribais e indígenas, não eximo a importância da reflexão crítica sobre como determinados mecanismos operam, ou podem operar, na prática; mesmo porque, assumindo determinados riscos ao acessar tais dispositivos jurídicos, temos que ter claros os “fundamentos da conflitualidade” relacionadas aos grupos sociais, e assim garantir o que rege o pressuposto da Convenção em proteger as práticas culturais e sociais dos grupos levando em consideração a natureza de seus problemas.

Mais recentemente no Brasil foi promulgado o Decreto n.º 6.040, ao ano de 2007, que rege a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, e, embora sua simples promulgação não garanta políticas efetivas de implementação, depende dos grupos - em sua mobilização política - sua articulação e efetivação nos respectivos territórios. Foi isso que tentou a Rede Puxirão ao propor a equivalente Política Estadual no Paraná (Anexo 4) no ano de 2010, sendo poder do Estado sua deliberação e regulamentação. Por mais que os cipozeiros tivessem reconhecimento, no Paraná, obtendo assento à um representante no Grupo de Trabalho que propôs a minuta da Política Estadual, seu debate ainda não foi arregimentado em campo. Mesmo assim cabe-nos enfatizar determinados pressupostos e diretrizes colocadas pela Política Nacional no sentido de respaldar os interesses e direitos dos cipozeiros em relação aos seus conflitos territoriais. A PNPCT define inicialmente

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2007:1)

Esta definição, à mesma maneira da Convenção 169 da OIT atribui direito de auto-definição da identidade coletiva ao grupo social e estabelece a correlação direta entre a ocupação e uso do território como fator preponderante à sua reprodução física, social e cultural. Em outras palavras, todas as práticas de restrição de acesso ao território e recursos naturais fere tanto a Convenção supra citada quanto a Política Nacional, e, embora os fatos apontados aqui e verificados em campo indiquem a supressão compulsória dos direitos

fundamentais, o acionamento de tais dispositivos dependem de encaminhamentos relacionados à formação e mobilização política dos sujeitos quanto “operadores de direitos”. O objetivo central da PNPCT é

(...) promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007:3)

Num duplo sentido, embora a “sofisticação” das leis, convenções e políticas governamentais, em Santa Catarina o Estado figura seu antagonismo à medida em que boa parte de suas políticas públicas se centram no estabelecimento do agronegócio (a exemplo do pinus e eucalipto), em detrimento das populações tradicionais, e, por outro lado no não estabelecimento da Defensoria Pública que arregimentaria o embate jurídico dos grupos em defesa de seus direitos fundamentais. O que existe em Santa Catarina é a Defensoria Dativa, que, segundo a lei complementar estadual n.º 155/97 exerce a função de Defensoria Pública (DACLOBE, 2011). Para Sousa Santos, 1997, esse sistema surgiu no pós guerra e a qualidade dos serviços prestados eram muito baixas, à medida que os processos podem recair nas mãos de advogados sem experiência e ainda muitas vezes não profissionalizados “(...) em geral sem qualquer dedicação à causa (...) a denúncia sobre esse sistema privado e caritativo levou a que, na maioria dos países, ele fosse sendo substituído por um sistema público e assistencial organizado ou subsidiado pelo Estado.” (*apud* DACLOBE, 2011:5).

Fica a dúvida - a quem recorrer? - considerando a complexidade do contexto em que os conflitos territoriais ocorrem, a supressão dos direitos fundamentais, e a condição de “isolamento” dos grupos sociais em relação aos alcances

do Estado, acabam por configurar um cenário onde a existência de leis não é suficiente à garantia de sua aplicabilidade e efetivação. Digamos que, leis não faltam. Outra lei recente é a conhecida Lei da Mata Atlântica (Lei n.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006), onde são colocadas condições de uso de recursos e procedimentos inclusive para a supressão de madeiráveis. Podemos ver nessa lei a conceituação de “populações tradicionais”³⁰, e inclusive certa abertura ao uso de recursos não-madeiráveis. Nos Artigos 9 e 18, respectivamente, é posto que

A exploração eventual, sem propósito comercial direto ou indireto, de espécies da flora nativa, para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais ou de pequenos produtores rurais, independe de autorização dos órgãos competentes, conforme regulamento. (BRASIL, Art.9º, 2006:4)

No Bioma Mata Atlântica, é livre a coleta de subprodutos florestais tais como frutos, folhas ou sementes, bem como as atividades de uso indireto, desde que não coloquem em risco as espécies da fauna e flora, observando-se as limitações legais específicas e em particular as relativas ao acesso ao patrimônio genético, à proteção e ao acesso ao conhecimento tradicional associado e de biossegurança. (BRASIL, Art.18º, 2006:6)

Isso posto, é válido ressaltar que a lei da Mata Atlântica não restringe o uso de recursos não-madeireiros (“subprodutos florestais”) para uso e consumo, desde que não dedicado a fins comerciais. Podemos também lembrar que, ao que afirmado por técnicos³¹ do ICMBio, o cipó imbé não possui lei restritiva ao manejo (ao exemplo do palmito - *Euterpe Edulis*), claro que salvaguardando sua renovabilidade, em outras palavras não existe ilegalidade na extração, porém sua extração livre - mediante manejo apropriado - também não é objeto de lei específica ou

30 população tradicional: população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental; (BRASIL, Art.3º, II, 2006:2)

31 Em reunião dia 20 de julho de 2010, em Garuva, a afirmativa foi feita pelos técnicos Walter Steenbock e Érika Fernandes-Pinto do ICMBio.

instrução normativa, o que coloca sua atividade comercial em uma lacuna legal. Aqui reside a demanda de estudos técnicos que viabilizem a criação do amparo legal ao manejo com fins de comercialização.

Amparados pelo método da Etnobotânica Aplicada, pesquisas anteriores³² indicam a renovabilidade das raízes aéreas do cipó em um ano e meio, ou seja, uma mesma mãezera com suas raízes maduras manejadas, após período de pousio poderia ser remanejada neste intervalo de um ano e meio. Tal técnica é garantida através do conhecimento tradicional dos cipozeiros que, desde seus antepassados, atuam nas mesmas áreas de extração, selecionando raízes maduras no corte, mantendo um número mínimo de raízes à alimentação da planta mãe e respeitando o período de pousio para o crescimento das novas raízes e sua respectiva fixação no solo. Esta ênfase “botânica” é dada aqui, nesta parte do trabalho, como ilustração aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, em que, mesmo não havendo regulamentação oficial, as práticas sociais permanecem em relação duradoura no ambiente natural, mesmo porque o inverso inviabilizaria a reprodução física e social do grupo em sua história.

Devo lembrar que, mesmo havendo o estudo mais pormenorizado sobre os aspectos do artesanato, a identidade auto-definida dos cipozeiros se baseia em práticas relacionadas às diversas formas de subsistência no território, que incluem a pesca, a caça, a roça, a extração de diversos tipos de recursos e mais recentemente, com o fechamentos dos recursos naturais e dos territórios, a prestação de determinados tipos de serviços, como “chacreiros”, pedreiros, faxineiras, etc. Assim, o acionamento dos dispositivos

32 Realizadas pelas biólogas Renata M. Zambonim e Silvia Venturi, em 2006.

jurídicos e o encaminhamento de processos deve respeitar fundamentalmente suas práticas sociais em sua complexidade contextual, levando em conta os conflitos ambientais que sistematicamente, e compulsoriamente, restringem seus direitos fundamentais quanto grupo culturalmente distinto.

A perspectiva da abordagem deste “lexico” cultural, quanto práticas diversas, pode arregimentar determinados tipos de estratégias jurídicas bem específicas como o acionamento da OIT 169, Decreto 6.040, C.F. (Art. 215 e 216), que divergem das possibilidades colocadas em seu tratamento quanto “posseiros”, por exemplo ao acionar a Lei de Terras. Esta diferenciação no tratamento jurídico pôde ser visto no caso do Agricultores e Pescadores dos Areiais da Ribanceira³³, em Imbituba - SC, onde a estratégia de argumentação do grupo quanto “posseiros”, após longo e conturbado processo judicial, culminou em sua perda do território tradicionalmente ocupado, para um forte grupo econômico da região. Mesmo considerando, por hipótese, o ganho da posse da terra, ou posses de domínio familiar, corre-se o risco da inserção destas posses na rota do mercado de terras - no caso de frágeis acordos comunitários e no cenário de dificuldades financeiras latentes. Em outras palavras, acionar o direito à posse da terra, pela lei de terras, não levará em consideração as práticas sociais sobre o uso comum do território tradicionalmente ocupado, visto que, podemos exemplificar que atividades como a caça e a pesca não podem se limitar à áreas restritas, significando o uso e relação com um amplo território de uso comum - indispensável às práticas e condições de plena reprodução física e cultural do grupo. Qualquer procedimento jurídico deve considerar tais fatos.

Uma das conquistas mais marcantes no campo

33 Atualmente os Agricultores e Pescadores dos Areiais da Ribanceira estão elaborando seu fascículo da Cartografia Social, evidenciando seus problemas territoriais e suas práticas culturais.

jurídico em prol das comunidades tradicionais pode ser vista na Lei do Babaçú Livre, em que as quebradeiras de cocô de babaçú, articuladas no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Cocô de Babaçú - MIQCB abrangente à quatro Estados da região norte (Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins), garantiram acesso livre aos babaçuais e portanto à um território amplo, que estão situadas em fazendas de posse privada de empresários.

(...) Basicamente, ela garante às quebradeiras de coco do município e às suas famílias o direito de livre acesso e de uso comunitário dos babaçus (mesmo quando dentro de propriedades privadas), além de impor restrições significativas à derrubada da palmeira. Essa iniciativa vem se alastrando e, atualmente, 13 municípios (oito no Maranhão, quatro no Tocantins e um no Pará) possuem legislação do gênero³⁴. (...) (Reporter Brasil, 2006)

Em Souza, 2010, podemos encontrar os acontecimentos associados aos dispositivos jurídicos acessados pelos faxinalenses no estado do Paraná, valendo destacar a criação da Lei Estadual n.º 15.673 que “Dispõe sobre o reconhecimento da identidade faxinalense e estabelece acordos comunitários.”. Ressaltando as Leis Municipais nos municípios de Pinhão, Antonio Olinto, São Mateus do Sul, Rebouças e São João do Triunfo, que

Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses e dos seus ‘acordos comunitários’, que regulamentam a construção e manutenção das cercas e tapumes dos faxinais e proíbem a colocação de fechos em áreas de uso comum nas localidades que tiverem criador comunitário no sistema faxinal no município (...) (Souza, 2010:227-228)

O autor enfatiza que o fortalecimento da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses - APF, quanto unidade de mobilização dos faxinalenses, parece ter criado um “padrão de regularidade das contra-estratégias” que visam sobretudo

34 Reporter Brasil. Babaçú Livre. In: Reporter Brasil - Agência de Notícias. Em 03 de abril de 2006. Disponível em <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=521>.

três aspectos: a afirmação étnica, a mobilização social e o reconhecimento de direitos específicos em defesa do livre acesso aos recursos naturais (Souza, 2010). Sua afirmativa assentua que

Essas medidas jurídicas têm relativizado o poder absoluto do conceito da propriedade privada da terra, quando exalta-se seu direito em áreas em que se sobrepõem aos atuais perímetros em que se situam as terras de uso comum dos faxinalenses, fazendo transparecer nas interpretações dos operadores do direito novas perspectivas de análise, cuja baliza interpretativa passa a ser orientada pelas práticas e normas estabelecidas pelos faxinalenses, no que convencionou-se denominar de “acordos comunitários” garantidos pelas leis municipais e a lei estadual. (Souza, 2010:234)

Ainda que as conquistas postas se firmem no terreno da afirmação étnica e da mobilização política do grupo, os desafios estão colocados aos cipozeiros à medida que vagarosamente avançam, percebendo seus próprios conflitos, assumindo seu discurso coletivo e garantindo aos poucos seu reconhecimento, que, se pese a fragilidade do processo em andamento, suas estratégias devem incorporar as dificuldades do processo de desterritorialização vivida em sua história.

Por mais que o caminho ainda seja longo tenho que valorizar seu imenso esforço na ampliação de sua visibilidade social através dos sistemas de representação coletivamente elaborados que traduzem uma nova percepção da realidade e perspectivas. Nessa lógica da criação do novo, ainda ligada a seus sistemas de representação, mora a importância da área de Design engajada aos temas da realidade social dos cipozeiros.